



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE) E O MERCADO DE TRABALHO EM
SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE.**

PATRICIA MARQUES SAMPAIO

FORTALEZA

2020

PATRICIA MARQUES SAMPAIO

O INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE) E O MERCADO DE TRABALHO EM
SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE.

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal do Ceará, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Licenciado no referido curso.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandra
Maria Vieira Muniz

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S185i Sampaio, Patricia Marques.

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) e o mercado de trabalho em São Gonçalo do Amarante – CE / Patricia Marques Sampaio. – 2020.

113 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Alexsandra Maria Vieira Muniz.

1. Industrialização. 2. Formação profissional. 3. Complexo Industrial e Portuário do Pecém. 4. São Gonçalo do Amarante. 5. IFCE – Campus Avançado Pecém. I. Título.

CDD 910

PATRICIA MARQUES SAMPAIO

O INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE) E O MERCADO DE TRABALHO EM
SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE.

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal do Ceará, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Licenciado no referido curso.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandra
Maria Vieira Muniz

Aprovado em: 26/10/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Alexandra Maria Vieira Muniz (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ma. Gerlaine Cristina Silva Franco

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a Deus, minha família e aos que estiveram ao meu lado durante a minha graduação, principalmente meus amigos por todos os incentivos e apoio que me deram, comemorando comigo todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a oportunidade de estar na universidade, apesar das dificuldades financeiras e a dificuldade de locomoção devido a distância.

A minha família, por ser um dos meus principais alicerces. Essencialmente agradeço aos meus pais, Francisco Sérgio Ferreira Sampaio e Regina Claudia Marques Sampaio, que aceitaram as escolhas e o caminho que tomei, nunca me deixando desistir. Aos meus avós, José Marques Sobrinho e Maria Zeneida Marques por me engajarem a ser grande e acreditarem no meu potencial como professora. Aos meus tios, José Cícero Marques e Francisca Antônia Bezerra Marques por me oferecerem um lar e me ajudarem no que for preciso para conseguir graduar-me.

Aos meus amigos de Graduação, Anderson Marreira, Bianca Pitombeira, Kaian Paulino, Karen Monaliza, Karolayne Araújo, Lídia Marques, Matheus Girão, Pedro Ribeiro, Ruth Paulino, Tiago Duarte, Yara Alves, Weyner Bezerra, por terem me apoiado, me amparado e tornado a rotina acadêmica mais agradável. Aos amigos ao longo da vida que foram importantes, Ana Ester, Amanda Lima, Daniela Lima, Morgana Lima, Felipe Anderson, Marília Karine, Nicole Moreira, Wine Barbosa.

Aos professores, Maria Edivani, Tiago Vieira, Christian Dennys, Sandra Soares e Clélia Lustosa por terem me mostrado o melhor lado da Geografia, com ótimas indicações de leitura, a troca de conhecimentos necessários para assumir minha profissão e os simples gestos de carinho durante a rotina acadêmica.

Agradeço também a minha orientadora Alexsandra Muniz por aceitar conduzir a pesquisa proposta, pelo incentivo a sua realização e dedicação do seu tempo com valiosas contribuições durante o processo de escrita.

EPÍGRAFE

Existem inúmeros motivos para você seguir
em frente e ter orgulho de você.

(Iandê Albuquerque)

RESUMO

A reestruturação capitalista tem acarretado transformações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho metropolitano de Fortaleza, notadamente nos municípios mais integrados à dinâmica nacional e internacional. Alguns estados têm se beneficiado com a descentralização industrial fortalecendo a infraestrutura local, o crescimento no emprego e a proximidade com as matérias-primas. Desde os anos 1990, foram ampliados os incentivos para o Ceará, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação. Neste contexto, temos no município de São Gonçalo do Amarante a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém que despertou a atração de unidades industriais, aumentando a expectativa de renda e emprego, e conseqüente mudança na base de qualificação da mão-de-obra. Assim, buscou-se investigar os impactos socioespaciais da implantação do empreendimento educacional IFCE – Campus Avançado Pecém em São Gonçalo do Amarante - CE. Tendo como objeto de estudo o IFCE – Campus Avançado Pecém que iniciou suas atividades no ano 2015 em parceria com o Complexo Portuário e Industrial do Pecém para efetuação da pesquisa utilizou-se da abordagem quali-quantitativa e como procedimentos metodológicos: Levantamento Bibliográfico e Documental; Coleta de dados secundários e Trabalho de Campo com aplicação de formulários eletrônicos para estudantes e trabalhadores. Como resultado constatou-se o aumento na taxa de escolaridade do ensino básico e formação continuada com cursos técnicos ofertados pelo IFCE – Campus Avançado Pecém e assim maior taxa de participação da faixa etária de 18-24 anos no preenchimento das vagas de trabalho. A unidade educacional foi decisiva na inserção dos jovens diante da mudança do perfil econômico da região com impactos espaciais e no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Industrialização; Formação profissional; Complexo Industrial e Portuário do Pecém; São Gonçalo do Amarante; IFCE – Campus Avançado Pecém.

ABSTRACT

The capitalist restructuring has come to changes in the productive structure and in the metropolitan labor market in Fortaleza, notably in the municipalities more integrated to the national and international dynamics. Some states have benefited from industrial decentralization by strengthening local infrastructure, job growth and proximity to raw materials. Since the 1990s, incentives have been extended to Ceará, including to sectors of industry, tourism, services and export agribusiness. Inside this context, we have in the São Gonçalo do Amarante municipality the installation of the Pecém Industrial and Port Complex, which has attracted industrial units, increased expectations of income and employment, and a consequent change in the qualification base of the workforce. Thus, we sought to investigate the socio-spatial impacts of the implementation of the educational enterprise IFCE - Advanced Campus Pecém in São Gonçalo do Amarante - CE. Had as object of study the IFCE - Advanced Campus Pecém, starting its activities in 2015 in partnership with the Pecém Port and Industrial Complex to carry out the research. It uses the qualitative and quantitative approach and such as procedures: Bibliographic and Documentary Survey; Secondary data collection and Fieldwork with application of electronic forms for students and workers. As a result, was seen an increase in the schooling rate of basic education the and continued training with technical courses offered by IFCE - Campus Advanced Pecém. Thus, a higher participation rate for the 18-24 age group filling in job vacancies. The educational unit was decisive in the insertion of young people in the face of changing the economic profile of the region with spatial and labor market impacts.

Keywords: Industrialization; Professional qualification; Pecém Industrial and Port Complex; São Gonçalo do Amarante; IFCE - Pecém Advanced Campus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização da Região Metropolitana de Fortaleza – CE.....	21
Figura 2 – Mapa de Localização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.....	26
Figura 3 – Produto Interno Bruto dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (2016).....	31
Figura 4 – Área de construção da indústria Prisma Solar do Brasil na localidade de Sítio Bolso.....	41
Figura 5 – Projeção de mão de obra por setor no CIPP.....	52
Figura 6 – Localização do Instituto Federal do Ceará – Campus Avançado Pecém.....	74
Figura 7 – Área de influência do CIPP.....	77
Figura 8 – Empresas integradas ao IFCE – Campus Avançado Pecém.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Evolução da Educação Pública no município de São Gonçalo do Amarante em relação ao Estado do Ceará e ao Brasil.....	33
Gráfico 2	– Localização dos estudantes matriculados no IFCE – Campus Avançado Pecém por município.....	78
Gráfico 3	– Perfil do estudante por faixa etária.....	80
Gráfico 4	– Distribuição de estudantes do IFCE – Campus Avançado Pecém por curso.....	86
Gráfico 5	– Porcentagem de interesse em matricular-se no Ensino Superior ou Especialização.....	87
Gráfico 6	– Influência do CIPP no nível educacional dos jovens no município de São Gonçalo do Amarante.....	89
Gráfico 7	– Influência do IFCE – Campus Avançado Pecém no ingresso de jovens no CIPP.....	90
Gráfico 8	– Localidade dos trabalhadores entrevistados empregados no CIPP.....	91
Gráfico 9	– Quantidade de trabalhadores entrevistados por empresa do Complexo Portuário do Pecém.....	91
Gráfico 10	– Faixa etária dos trabalhadores empregados no CIPP.....	92
Gráfico 11	– Percentual de jovens que cursaram e não cursaram cursos técnicos.....	93
Gráfico 12	– Renda média familiar dos trabalhadores empregados no CIPP...	93
Gráfico 13	– Distribuição de trabalhadores que exercem trabalho manual e tecnológico no seu setor de trabalho.....	96
Gráfico 14	– Análise acerca da quantidade de jovens em atividade ativa no CIPP após a capacitação técnica proporcionada pelo IFCE – Campus Avançado Pecém.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) de acordo com a sua data de incorporação à RM e a legislação que estabelece a incorporação.....	25
Tabela 2	– Aumento de empregados no município de São Gonçalo do Amarante e Caucaia.....	31
Tabela 3	– O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - São Gonçalo do Amarante.....	33
Tabela 4	– População de Pecém e São Gonçalo do Amarante entre 1991 e 2010.....	37
Tabela 5	– Atividades de destaque em São Gonçalo do Amarante.....	38
Tabela 6	– Empresas em operação no CIPP.....	40
Tabela 7	– Ocupação da população de 18 anos ou mais no município de São Gonçalo do Amarante.....	56
Tabela 8	– Controle de encaminhamentos no ano de 2019.....	84
Tabela 9	– 20 profissões que mais contratam em São Gonçalo do Amarante - CE.....	83
Tabela 10	– Simulação do quantitativo de matrículas na tipologia IF Campus.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BB BANCO DO BRASIL

BN BANCO DO NORDESTE

BNDES BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CEFETCE CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ

CIPP COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM

CSP COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM

FDI FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

FUNAI FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

FIC FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDACE INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

IDEB ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

IFCE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

IPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

PNEA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PND PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

UFC UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UECE UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

UNED'S UNIDADES DE ENSINO DESCENTRALIZADAS

UNIFOR UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO

PLANDIRF PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

PRODETUR PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

PROTEC PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO

RMF REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

RM'S REGIÕES METROPOLITANAS

SEDUC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SGA SÃO GONÇALO DO AMARANTE

SIDRA SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA

SUDENE SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ZPE ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O MUNICÍPIO SÃO GONÇALO DO AMARANTE – CE.	20
3. O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	44
4. MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO: O ENSINO TÉCNICO COMO ALTERNATIVA.	58
5. A ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE) NA POTENCIALIDADE PROFISSIONAL DOS JOVENS DIANTE DA DEMANDA DO SETOR PRODUTIVO DE PECÉM.....	71
5.1. O OLHAR SOBRE O IFCE CAMPUS AVANÇADO PECÉM A PARTIR DA VIVÊNCIA	87
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICES	109

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da Globalização do sistema capitalista proporcionou a expansão dos progressos técnicos e científicos na produção. Têm-se a partir disso a expansão dos fluxos comerciais com meios de transportes mais rápidos e eficientes que encurtam o tempo de deslocamento e as novas tecnologias com uma troca de informações acelerada e instantânea estabelecendo um mundo sem fronteiras, conectado e com a unicidade de técnicas - capacidade de instalar qualquer instrumento produtivo em qualquer parte do mundo -, além de mudanças na forma de trabalho que influenciaram na evolução do setor educacional, este por sua vez passou a ter que atender as demandas da sociedade contemporânea no mercado de trabalho.

Entretanto, a história da educação é bem mais longa que isso, iniciando na Idade Média com os religiosos se encarregando de transmitir os saberes. Além disso, era uma educação elitizada, utilizada pelos nobres que só se preocupavam em aumentar suas riquezas. Com o desenvolvimento do comércio é que surge a necessidade de aprender a ler e a escrever. A burguesia então estimula uma escola com ensinamentos práticos para os interesses da classe emergente, onde ela percebeu que a educação serviria para disciplinar os trabalhadores, ou seja, voltada para determinadas necessidades do capital.

Nessa evolução, essas necessidades da produção capitalista levam ao interesse por mão de obra capacitada. A educação tornou-se parte da estrutura de controle usada pelas classes dominantes. Por isso, ao aceitar as ideias passadas pela escola a classe dos trabalhadores se cria uma falsa consciência que a impede de perceber os interesses de sua classe. Pode-se assim dizer que a educação é um dos maiores instrumentos de dominação em massa dentro de um sistema.

A nova construção social iniciada a partir da primeira Revolução Industrial se deu de forma massiva para disseminar o capitalismo. Nesse aspecto o capitalismo se aproveitou da implosão da sociedade feudal para naturalizar o novo tipo de dominação pelo capital. Ser pago por parte do seu trabalho e não reclamar. O que o ser humano fez para a sociedade não é recebido de volta e por isso qualquer salário é injusto porque a relação de assalariamento é injusta em si. É injusta porque separa o trabalhador do resultado de seu trabalho. Nós aprendemos que a

educação é para emancipação humana. Então quando se tem educação para emancipação que é de onde o homem alcança o máximo de seu intelecto, então o capital usa isso como uma forma de conseguir um capital financeiro, onde esse capital só é possível quando se tem um arcabouço cultural.

Sob a lógica do capital, não há menor possibilidade de realização de uma educação emancipadora, na qual a palavra “Emancipar” simboliza a ideia de “retirar a mão que agarra”, na qual “o professor tem a função de reproduzir conhecimentos sobre o sistema e ao mesmo tempo questioná-lo” (GADOTI, 2012 apud SOUSA et al., 2017, p. 3).

Essa perspectiva de concordância ou contradição vai depender dos atores que estão à frente do processo educativo, alguns reproduzem outros que não se alienam e que tem resistências ao sistema vigente, visto que a Educação tendo esse sistema como base, contribuirá para a disseminação dos interesses da burguesia, bem como dos saberes que ela necessita para a produção, mas não é assim de forma homogênea. Ambrosini (2012, p. 2) baseado nas leituras de Marx argumenta que,

Este projeto de sociedade moderna, baseado no sujeito autônomo e na independência do Estado (garantida pelo contrato social entre os cidadãos), não atingiu a emancipação na sua plenitude, no máximo representou uma emancipação política. Essa é a crítica que Marx (2006) fez da sociedade burguesa, demonstrando que o Estado está emancipado politicamente, mas o indivíduo é determinado, sendo os direitos humanos fundamentais (liberdade, igualdade e propriedade), nada mais do que garantias para o individualismo e jamais para a emancipação humana.

O capitalismo coloca limites às ações dos seres humanos e os aliena dentro dos seus próprios processos de qualificação e de separação entre tempo livre e de trabalho, a lógica imposta às atividades cotidianas e da vida suscitadas pelo mercado.

Desse modo, podemos dizer que acreditamos não haver poder emancipatório na educação escolar, tomada de forma solitária, no âmbito da sociedade produtora de mercadorias do capitalismo tardio — tratando-se essa defesa de uma forma ideológica que remete a educação contra a emancipação do capitalismo —, já que ela é empreendida num campo devassado pela forma social que possui como único intuito a geração de capital. (SILVA, p. 11, 2018)

Continuando nesse raciocínio, mesmo que o currículo escolar seja voltado à emancipação, não são essas ideias que trarão o fim do ensino que remete ao capitalismo, pois o homem continuará vivendo o real em que ele habita, ou seja, o

ambiente social não lhe permite organizar experiências e sensações que são oriundos da consciência humana.

Já para Paulo Freire (2005), há uma necessidade de construir um ser humano esclarecido para uma sociedade emancipada, que reflita sobre seus valores humanísticos; Para Mészáros (2005) para ela ser emancipadora a educação deve romper com a lógica do capital que concebe a educação como mercadoria, mas que não é possível quando nem a educação formal e nem o sistema do capital seriam capazes de fornecer uma alternativa emancipadora radical (apud SOUSA et al., 2017, p. 7).

É preciso reconhecer que a escola contribui para a reprodução das classes sociais. Se por um lado a escola reproduz os valores dominantes da exploração e do poder, por outro alimenta o movimento de superação do estado de coisas existentes. Continuar explorando as pessoas de forma alienada que não conseguem se identificar com suas produções, com suas relações e consigo mesmo, instruindo os que mandam, é o papel estratégico da escola capitalista.

A discussão acerca da necessidade de qualificação do trabalhador para o universo do capital, não é algo novo, embora se intensifique na atualidade em virtude do próprio avanço tecnológico nos setores de produção, em virtude da transição do processo taylorista e fordista. Segundo Muniz (2019) parte-se do pressuposto de que a reestruturação produtiva ocasionou a mudança nas relações de trabalho e forças produtivas, em que conseqüentemente causa no espaço mudanças técnico-econômicas e sócio institucionais.

Em linhas gerais, a reestruturação, calcada na produção flexível, propiciou uma reorganização do processo da gestão da produção e da força de trabalho, com outras práticas gerenciais, uma nova lógica de produção de mercadorias, o desenvolvimento de novas tecnologias e a descentralização produtiva, com a terceirização ou as realocações industriais. Isto ocasionou o fechamento de indústrias e abertura de outras; a modificação das regras institucionais de relacionamento entre capital e trabalho; as mudanças de hábito no consumo; as alterações nos padrões de concorrência intercapitalista etc. (MUNIZ, 2019, p. 6)

A modernização dos setores exigiu uma aprendizagem direcionada a produção, que se deu pela implementação de tecnologias nas empresas brasileiras apoiadas pela introdução de novas máquinas, por vezes, desqualificando o trabalho braçal e exigindo qualificação específica para novos cargos, demandando outras habilidades e linguagens e maiores conhecimentos em níveis mais elevados e qualidades que facilitem o trabalho cooperativo.

Portanto, as escolas de ensino básico ou ensino técnico profissionalizante foram estabelecidos com o intuito de assumir uma formação de trabalho com um princípio educativo, indissociável do cotidiano real das pessoas. Neste campo, os Institutos Federais Tecnológicos têm um papel preponderante na preparação dos educandos para as novas exigências do mundo capitalista.

O município de São Gonçalo do Amarante (SGA), integrado a Região Metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará, tem se destacado pela implementação do Complexo Portuário do Pecém e devido à presença de vastos ramos industriais necessitando da contratação de pessoas aptas a ocupar as vagas surgidas. Nesse contexto, o grau de investimento no processo educativo para preparação dos trabalhadores levou a classe jovem a buscar qualificação para atender a dinâmica industrial que estava iniciando na região.

Diante da demanda por capacitação e as que se apresentaram ao longo da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, foi construído pelo Governo do Estado do Ceará o Campus Avançado do Pecém, a vigésima sétima unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Diante disto, o questionamento norteador desta pesquisa é como o setor de serviços (notadamente o educacional com disseminação dos IFs) foi impactado a partir da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e das demandas no mercado de trabalho?. Como questionamentos secundários têm-se: Qual o papel do IFCE-Campus Pecém na oferta de educação profissional nos níveis técnico e tecnológico demandado pelo CIPP?; Existe a articulação da unidade do Campus Avançado Pecém com os setores produtivos para maior quantidade de empregos para a população jovem?; Ocorre o estabelecimento de parcerias com empresas da região, com vistas a implementar programas de encaminhamento profissional de estudantes e egressos do IFCE?.

Nesse sentido, será analisada a demanda por mão de obra com o CIPP que vai impactar nos cursos ofertados pelo IFCE-Pecém para atender o mercado de trabalho vigente inserido na nova ordem de um espaço modificado pela reestruturação produtiva consolidado no modelo de flexibilização do trabalho industrial e economia capitalista globalizada com mudanças na organização dos seus sistemas produtivos e crescimento do comércio com domínio de novos mercados nacionais e internacionais.

Para isso, a pesquisa tem como objetivo geral identificar os impactos socioespaciais atinentes à formação profissional e ao mercado de trabalho com a implantação do Instituto Federal do Ceará (IFCE) – Campus Avançado Pecém, em São Gonçalo do Amarante e como objetivos específicos:

- Compreender as transformações no município de São Gonçalo do Amarante com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Analisar a importância do investimento industrial no impulso a formação profissional no município de São Gonçalo do Amarante;
- Verificar o perfil do trabalhador em indústrias instaladas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Investigar a contribuição do IFCE na formação profissional e a relação com a dinâmica do mercado de trabalho no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Como procedimentos metodológicos foi feito o uso da abordagem qualiquantitativa. Na pesquisa qualitativa, temos a base empírica que fomenta a busca de um corpo teórico e contextualiza o objeto de estudo. Para Pessoa (2009), neste tipo de pesquisa é essencial a imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com o objeto estudado para decifrar os fenômenos. Já a pesquisa quantitativa permite a quantificação no sentido de construir um trabalho laborioso, visto que é necessário coletar dados, registrar informações, sistematizá-las e fazer as análises.

Para a realização do estudo e a obtenção dos resultados previstos, a pesquisa foi dividida em três momentos: 1) Levantamento Bibliográfico e Documental; 2) Coleta de Dados Secundários; 3) Trabalho de Campo. Essa divisão é essencial para que possamos alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

Referente à primeira etapa, começamos com um levantamento bibliográfico, a partir da busca em livros, monografias, dissertações, teses, periódicos (Capes), artigos e consultas às bibliotecas das universidades UFC, UECE e UNIFOR. Além disso, foram realizadas buscas em portais eletrônicos como: Scielo, Portal da Capes e Google Acadêmico.

Foi elaborada uma hemeroteca com notícias de jornais e blogs, dos mais diferentes meios de comunicação sobre Complexo Portuário do Pecém (CIPP) e o

Instituto Federal do Ceará (IFCE), com dados sobre a população que vive na região e as transformações ocorridas na região.

A pesquisa no contexto de base teórica tem como palavras chaves: Industrialização; Ensino politécnico; Jovens; Instituto Federal do Ceará (IFCE); São Gonçalo do Amarante e Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Com isso, obtivemos um acervo bibliográfico necessário para a realização da pesquisa e o entendimento acerca da temática. Os principais autores que compõem a revisão de literatura são: Teles e Amora (2014), Ferracini e Tavares (2017), Pochmann (2001; 2008), França (2017), Pistrak (2015) e Saviani (1989).

Em um segundo momento, realizou-se a coleta de dados de informações sobre o recorte espacial proposto nesta pesquisa, por meio da consulta e aquisição de dados quantitativos, disponibilizados pelos portais online de informações, tomando como matriz principal o IBGE para obtenção de dados socioeconômicos, com a utilização de suas extensões (SIDRA); consulta no IPECE para obtenção de anuários; RAIS/CAGED para elaboração do perfil do trabalhador; SEDUC para consultar os cursos técnicos que são ofertados pelo IFCE. E, além disso, elaboração cartográfica ao final da sistematização dos dados.

Feito isso, foi possível identificar a dinâmica industrial e populacional, também de acessibilidade ao local e as ações e políticas públicas que atuam nessa área, valendo ressaltar as questões sobre disponibilidade de linhas de ônibus, moradia, bens e serviços, entre outros.

Dando continuidade, iniciamos a terceira etapa referente à pesquisa de campo, que foram realizados entre os meses de março a maio, a fim de investigar o nosso objeto de estudo. O trabalho de campo foi dividido em dois momentos: O primeiro foi para conhecimento e observação do objeto de investigação, além de entrevista com o diretor do IFCE – Campus Avançado Pecém para a coleta de dados e informações a respeito do funcionamento da unidade e como funciona sua dinâmica.

No segundo momento foi realizada a aplicação de questionários em formato de formulário on-line com perguntas abertas e fechadas utilizando o Google Forms com os estudantes matriculados nos cursos técnicos do IFCE – Campus Avançado Pecém e trabalhadores para identificar as principais práticas de trabalho exercidas por eles, suas identidades, e considerando principalmente a sua visão sobre a

implementação do Instituto na região e qual a relação do mesmo em virtude da exigência do mercado de trabalho.

Para arquivamento das informações, utilizamos recursos tecnológicos como celular, especificamente a câmera fotográfica para registrar o campo de situações no espaço analisado, além do gravador de áudio para arquivamento e comprovação da entrevista. Após a realização desses procedimentos, foi feita a sistematização e análise das informações e dados obtidos ao longo das etapas executadas.

Portanto, o trabalho foi estruturado em 5 capítulos, no qual iniciaremos falando da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF adentrando no município de São Gonçalo do Amarante – SGA explicando sobre o seu processo de metropolização; Em seguida, iremos conhecer sobre a implantação do Complexo Portuário do Pecém – CIPP no contexto da Reestruturação Produtiva; No quarto capítulo abordaremos sobre a questão do ensino técnico na capacitação da massa trabalhadora no mundo moderno do trabalho e como os jovens são a principal faixa etária em adaptação; E, por último, como o Instituto Federal do Ceará pode ser um instrumento educacional de capacitação para a estrutura atual de trabalho mecanizado e intelectual, com um sub-tópico tendo um estudo de caso para análise.

2. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O MUNICÍPIO SÃO GONÇALO DO AMARANTE – CE.

Na década de 1970, no governo de Médici (1969-1974), foram criadas as primeiras Regiões Metropolitanas – RMs do Brasil: Belo Horizonte, Curitiba, Belém, Fortaleza, São Paulo, Salvador, Recife e Rio de Janeiro, tendo como objetivo o estímulo ao planejamento integrado de diversos setores, como saneamento básico, uso do solo, transportes e sistema viário (BRASIL, 1973).

Conceitualmente as RMs podem adquirir diversas definições: Segundo Carmo (2019, p. 17) as regiões metropolitanas indicam que a divisão político-administrativa deixou de corresponder aos municípios existentes, na qual “o fenômeno urbano e a unidade territorial deixaram de ser correspondentes”; Castells (1983) entende a região metropolitana enquanto centro de organização no espaço capitalista, colocando como base as relações sociais; Santos (2001, p. 75), compreendendo como,

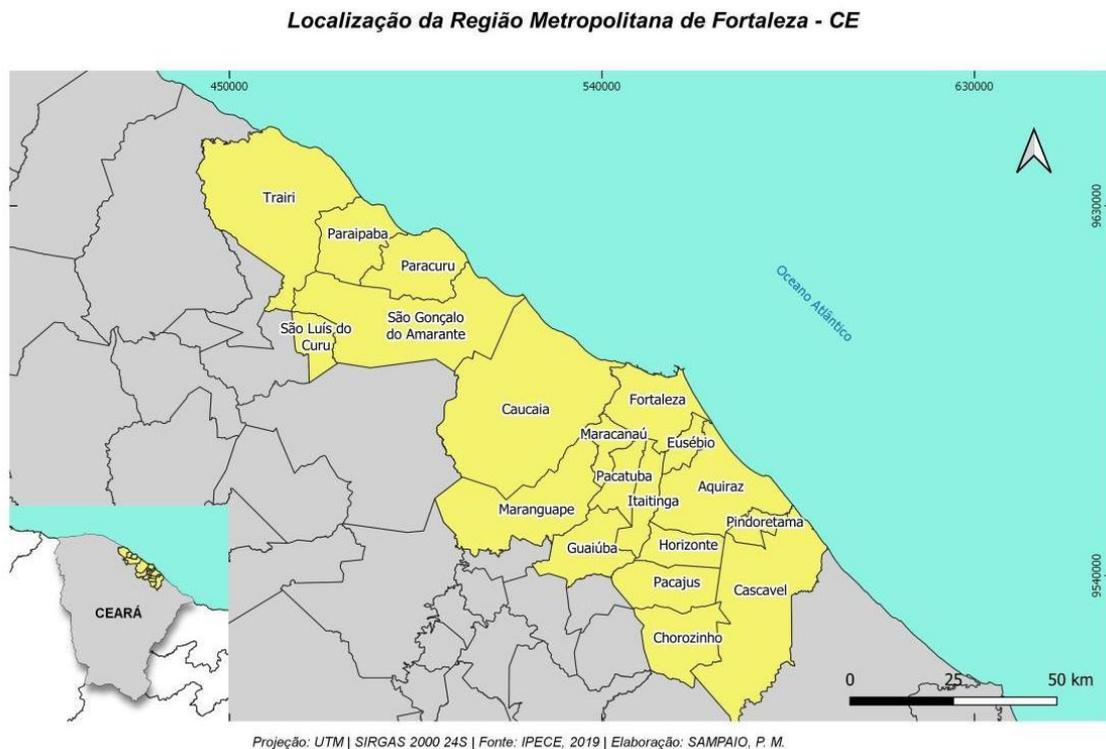
Áreas onde diversas cidades interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infraestruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada que em outras áreas.

Por fim, o Estatuto da MetrÓpole (BRASIL, 2015, art. 2, inciso VII), considera que para obter o status de região metropolitana é preciso ser, uma “aglomeração urbana que configure uma metrÓpole”, na qual tal constatação possa configurar um espaço urbano de “continuidade territorial”. As RMs passaram a integrar o projeto de desenvolvimento nacional, servindo de bojo para a fundação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no qual reconhece o Brasil como um território em grande parte urbano e com investimentos de destaque para seu crescimento. Sendo assim, as metrÓpoles “passaram a ser um meio e instrumento da política do Estado central para desenvolver o país, por meio da canalização de investimentos para esses territórios.” (BALBIM et al, 2011, p.155).

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) (Figura 1), uma das RMs citadas acima, foi instituída pela Lei Complementar nº 14/73 e constituída antes mesmo da manifestação de um processo de metropolização (DANTAS; SILVA, 2009). O movimento de transformação na condição de metrÓpole visando à constituição de um pólo metropolitano, ou seja, a abrangência e influência para os demais

municípios interioranos acabaram por constituir uma centralidade no panorama estadual e nacional, mesmo que denote uma metropolização com teor fragmentário e excludente (AMORA; COSTA. 2015).

Figura 1 – Mapa de localização da Região Metropolitana de Fortaleza – CE.



Elaboração: SAMPAIO, 2020.

As Regiões Metropolitanas não são homogêneas, elas passam por hierarquização de espaços e fragmentações, ganhando protagonismo sobre uma determinada região. O desenvolvimento da acumulação capitalista faz com esses espaços constituam a partir de interesses e estratégias mercantis, industriais e entre outros agentes do capital.

As RMs tem sua construção vinculada ao poder econômico e administrativo da metrópole. Colboy (1958) fala que as primeiras características que iniciam o estabelecimento de uma região metropolitana é o processo de descentralização das atividades econômicas a partir da expulsão das atividades comerciais e de serviços da área central por forças centrífugas e centrípetas. Essas forças são caracterizadas por aquelas que correspondem a diversos atrativos para atividades econômicas como a disponibilidade de terras não ocupadas, baixo custo de impostos e ausência de restrições legais. Porém, “estas atividades ainda estão

fortemente vinculadas à área central, pois a mesma ainda concentra as atividades de gestão no âmbito metropolitano, bem como aquelas regionais” (FRESCA, 2011, p. 14).

As regiões metropolitanas são áreas em que o espaço integrado é comandado por um núcleo central e essa interação entre si dos municípios permite a manifestação do processo de metropolização, que segundo Méo (2008, p. 1 apud MUNIZ, 20014, p. 101) esse fenômeno é caracterizado pela concentração de áreas urbanas abertas e fluidas, aumento dos habitantes e do setor de serviços.

O processo de metropolização resulta em polarização e recomposição do espaço, reestruturando redes de relações e interações funcionais entre os centros urbanos e aglomerações populacionais, dando fluidez a esses espaços regionais que agora são complexos e rearticulados, que atraem pessoas e investimentos.

Quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo socioespacial, de um processo que imprime ao espaço características metropolitanas; por exemplo, alta densidade, em termos relativos, de fluxos imateriais e frequentes e significativas relações com outras metrópoles, mormente as chamadas cidades globais. Ou seja, falamos tanto de um processo que transforma as cidades em metrópoles como de um processo socioespacial que impregna o espaço de características metropolitanas. (LENCIONI, 2006, p. 47)

A atividade industrial é um dos fatores que influenciou e influencia na metropolização. A rápida urbanização do território brasileiro é o lócus em algumas cidades do país causado pelo privilégio de atividades relevantes que se tornaram difusoras de novos padrões sociais.

De início, temos a grande concentração em grandes regiões metropolitanas a partir dos anos de 1970, tendo como principais São Paulo e Rio de Janeiro como resultado do intenso fluxo migratório em busca de inserção no mercado de trabalho ampliando conseqüentemente também o mercado imobiliário. Posteriormente, ocorre a reversão espacial e temos no conjunto outras capitais ganharem destaque.

A metrópole paulista teve o Nordeste como sua principal fonte de imigrantes e de retorno após os tipos de investimentos de atividades econômicas serem atraídos para a Região Nordeste, conseguindo propiciar outras centralizações, “ao passo em que grande parte dos investimentos foram concedidos aos maiores pólos urbanos do Nordeste: Salvador, Recife e Fortaleza”. (CABRAL et al., 2019, p. 10)

O desenvolvimento da Indústria no Estado do Ceará modifica completamente toda a base socioeconômica dos municípios constituintes. Para análise do processo

de industrialização do Ceará, adota-se a periodização proposta por Amora (2005, p. 37), identifica três períodos de implantação da indústria do Ceará: o primeiro iniciado no final do século XIX até os anos 1950 caracterizados pela implantação das primeiras indústrias dada pela matéria prima agrícola e vegetal; o segundo compreende a década de 1960 até 1980 marcada pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e depois dessa data começa o terceiro período que perdura até hoje dado pela reestruturação da economia mundial com políticas voltadas para o desenvolvimento da indústria.

A relevância política também foi essencial para modificações do território a partir de ações “modernizadoras” e ideias neoliberais. Houve diversos períodos que marcaram a história cearense, assim como,

[...] o período coronelista teve importantes contribuições para o quadro econômico e a organização espacial do Estado, pois oferece as condições necessárias para o terceiro período modificar o perfil da economia cearense e implantar um conjunto de fixos e fluxos, até então desconhecidos do território. Por isso, mencionam-se rapidamente obras importantes para a compreensão do espaço cearense e da (re)produção social. (ARAÚJO, 2007, p. 101).

Uma das marcas das políticas de desenvolvimento adotadas no Estado e para o Nordeste implica na relacionada aos incentivos fiscais colocando a indústria como elemento capaz de promover transformação da economia, geradora de emprego e renda. A influência das políticas governamentais transforma o Estado do Ceará em III Pólo Industrial do Nordeste, com o estabelecimento de distritos industriais. Diversos mecanismos foram criados para o desenvolvimento, tais como: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o mais recente Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) outros órgãos com a aplicação de empreendimentos.

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, torna a indústria o setor propulsor da economia brasileira, notadamente com o desenvolvimento da produção de bens de capital e de consumo durável. Com a ampliação econômica, se dá juntamente a modernização dos principais ramos tradicionais da década de 70 - têxtil e alimentício – e contando com a implantação de novos gêneros industriais: metalurgia, mecânica, produtos de embalagens, entre outros (AMORA, 2005).

Segundo Júnior (2019, p.5) “na medida em que expressa crescimento econômico e redistribui uma gama de atividades, o processo redefine o consumo do território remetendo ao espaço urbano novas formas e dimensões”, como os aglomerados industriais conhecidos por Zonas Industriais, os eixos imobiliários, zonas de centralidade empresarial e centros que atraem a população de baixa renda.

A dispersão industrial para outros locais além da Av. Francisco Sá, considerado Primeiro Polo Industrial de Fortaleza e do Estado (DIF 1), local pioneiro para a instalação das companhias cearenses, foi o principal processo que atuou na expansão da metrópole para os municípios vizinhos.

Posteriormente, o Distrito Industrial de Maracanaú, criado em 1963, com a política do governador Virgílio Távora, impulsionou a formação de um eixo metropolitano produtivo e assim estendendo para os demais que hoje fazem parte da RMF. Conforme Souza (2015, p. 122),

Fortaleza metropoliza-se seguindo quatro vetores de expansão: o primeiro data da segunda metade da década de 1970, marcado pelas políticas industriais e habitacionais, em direção à Maracanaú e Caucaia; o segundo, pela expansão industrial abrangendo os municípios Eusébio e Horizonte, a partir dos anos 1980; o terceiro expande-se pela faixa litorânea oeste, tendo Caucaia e São Gonçalo do Amarante como foco com difusão dos conjuntos habitacionais, lazer, turismo e complexos industriais e portuários; e o quarto vetor propaga-se pelos municípios de Aquiraz e Eusébio, sob a égide das segundas residências e dos complexos turísticos.

Formada inicialmente por cinco municípios - Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz -, foi ao longo do tempo se expandido, mediante os processos de emancipação de distritos e da anexação de novos municípios, até chegar a atual configuração com 19 municípios¹ (LEITÃO; ELIAS. 2019. p. 6).

Tabela 1 - Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) de acordo com a sua data de incorporação à RM e a legislação que estabelece a incorporação.

MUNICÍPIO DA RMF	INCORPORAÇÃO À RMF	LEGISLAÇÃO
Aquiraz	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Cascavel	26 de junho de 2009	LCE 78/09

¹ Composição atual da Região Metropolitana de Fortaleza (CE): Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi.

Caucaia	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Chorozinho	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Eusébio	5 de agosto de 1991	LE 11.845
Fortaleza	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Guaiúba	5 de agosto de 1991	LE 11.845
Horizonte	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Itaitinga	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Maracanaú	16 de abril de 1986	LCE 52/86
Maranguape	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Pacajus	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Pacatuba	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Paracuru	20 de outubro de 2015	LCE 154/15
Paraipaba	20 de outubro de 2015	LCE 154/15
Pindoretama	26 de junho de 2009	LCE 78/09
São Gonçalo do Amarante	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
São Luís do Curu	20 de outubro de 2015	LCE 154/15
Trairi	20 de outubro de 2015	LCE 154/15

Fonte: Muniz (2014), Assembleia Legislativa do Ceará (2018) e Portal da Legislação (2018).

À medida que as atividades industriais juntamente com os fluxos de trabalhadores e grupos empresariais imprimem novos elementos a metropolização, o tecido urbano vai se modificando e criando novas formas de organização espacial, possibilitando maior conectividade no contexto da globalização.

Quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo socioespacial, de um processo que imprime ao espaço características metropolitanas; por exemplo, alta densidade, em termos relativos, de fluxos imateriais e frequentes e significativas relações com outras metrópoles, mormente as chamadas cidades globais. Ou seja, falamos tanto de um processo que transforma as cidades em metrópoles como de um processo socioespacial que impregna o espaço de características metropolitanas. (LENCIONI, 2006: 47).

A competitividade territorial, marca desta globalização, acaba por estabelecer disputa entre determinados espaços geográficos, reforçados geralmente pelas políticas de atração. Ao analisar essa lógica, os espaços industriais adquirem enorme significado diante da sua taxa de influência, sendo definida como uma parte da engrenagem que rege a região economicamente, com intencionalidades já configuradas.

Segundo Muniz (2015, p. 4) com diversos incentivos fiscais para fora da metrópole, se tem à participação de um planejamento descentralizado, concedendo aos municípios maior autonomia para o planejamento e gestão, tendo construção de infraestruturas, transformações na produção, programas de capacitação, oferta de mão de obra barata, incentivos fiscais e demais atrativos locais, revelando a busca por sua inserção em face do quadro atual de competitividade mundial.

Ao percorrer esses novos espaços industrializados notamos que a reestruturação produtiva e espacial suscitou a organização desse espaço para a sua produção. “A introdução do paradigma de acumulação flexível acelerou o processo de mundialização do capital” (CLEMENTE; HESPANHOL, 2006, p. 2), e o meio técnico-científico-informacional permitiu mudanças na relação homem/natureza nas quais fizeram com que novas técnicas unificassem e integrasse diversos lugares do mundo, aceleração dos meios de transporte e comunicação e novas estratégias do capital para o aumento da produtividade.

Essa especialização produtiva dos lugares passou a disseminar um conjunto de inovações na base industrial. Na medida em que os aglomerados industriais se dinamizaram para outras porções o quadro da metrópole de Fortaleza mudou, pois a cidade metropoliza-se seguindo quatro vetores de expansão. Em meados do século XIX temos uma cidade denominada como centro polarizador do Estado e que por conta de estar situada num local estratégico tornou-se local de recepção e escoamento de matérias primas. Com algumas políticas intensificou seu papel para o interior, tendo, por exemplo, a construção da rede ferroviária.

Na primeira metade do século XX o capital se solidifica na metrópole e começou a ser implementada as primeiras indústrias. A av. Francisco Sá que se estende até a Barra do Ceará era um dos espaços de maior concentração industrial. Segundo Pereira Júnior (2009, p. 4-5),

No contexto espacial, tais fábricas foram se localizando na porção oeste da cidade de Fortaleza, em especial ao longo da Avenida Francisco Sá, importante eixo de ligação ao Centro da cidade. Neste corredor, várias fábricas foram instaladas sem nenhuma organização territorial planejada, da mesma forma como o sistema produtivo vigente não favoreceu maior relação entre as unidades produtivas ali concentradas. Predominava a presença de um número cada vez maior de fábricas 5 têxteis, de confecções e de beneficiamento de óleos vegetais que aproveitavam a maior disponibilidade de terrenos baratos e um fácil escoamento da produção.

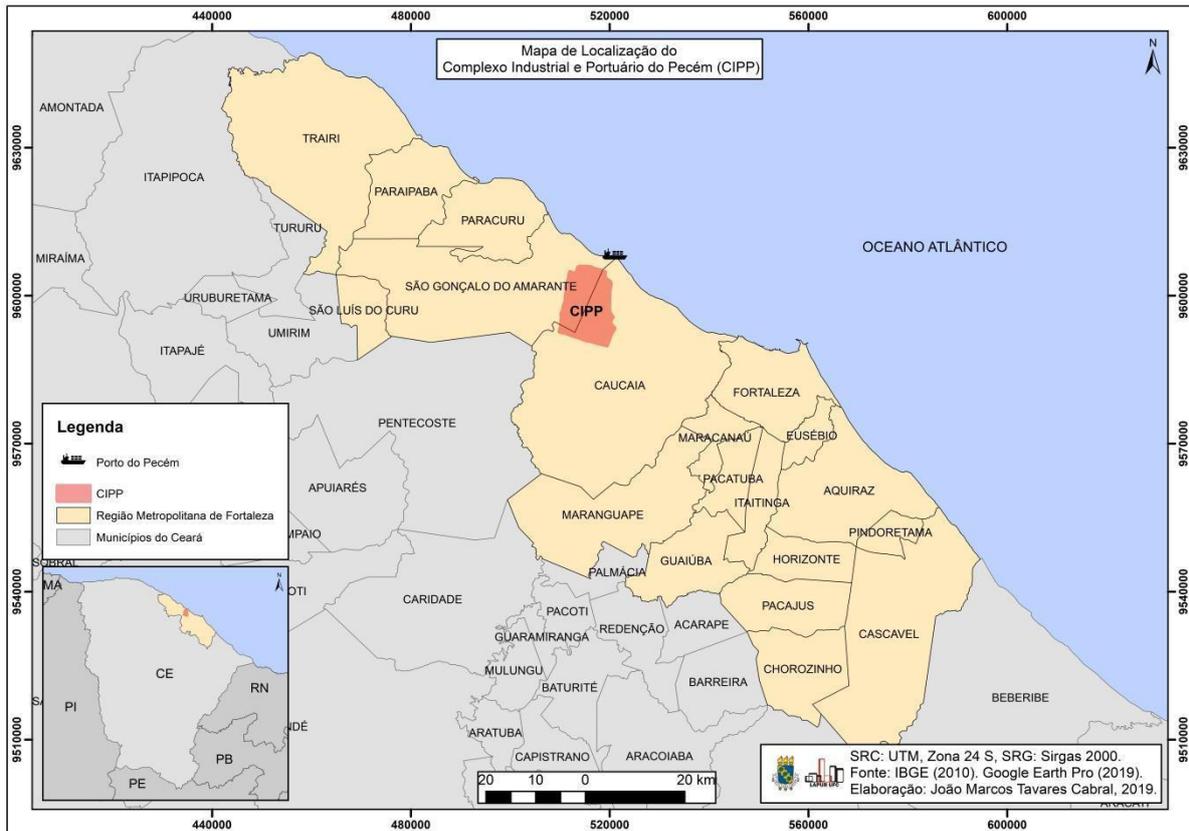
Fortaleza foi importante na implantação desses capitais locais durante os períodos citados acima, além de passar por diversas formas de planejamento e organização inclusive de remodelação urbana com planos diretores físico-territoriais, valendo ressaltar a elaboração em 1972 do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região de Fortaleza (PLANDIRF), na qual reforçou esta cidade como a “metrópole industrial e terciária” (ACCIOLY, 2008, p. 196).

Com os incrementos dos projetos industriais pós-60, ocorreu maior relação com as sedes municipais vizinhas devido às limitações ocorridas na tradicional Zona Industrial da Francisco Sá. Com a saturação devido ao movimento de trabalhadores, mercadorias e congestionamentos, selecionam-se outras áreas.

Assim, tem-se a refuncionalização desse espaço, não deixando de ser totalmente desindustrializado, Muniz (2014, p. 46) em sua tese afirma que a transferência das indústrias para o DI industrial de Maracanaú não faz ocorrer um processo de desindustrialização, pois ainda encontramos indústrias de grande porte de fixos voltados para a capacitação dos trabalhadores, entretanto, a avenida só não é mais espaço de concentração.

Novas zonas industriais são originadas para a porção Sudoeste e Leste da RMF: O Distrito Industrial (DI) de Maracanaú; a Zona Industrial do Eusébio; a Zona Industrial de Maranguape; o Eixo Industrial de Pacajus e Horizonte e o mais recente Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) (Figura 2) em São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no qual será o foco deste trabalho.

Figura 2 – Mapa de Localização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.



Fonte: CABRAL, 2019.

Esclarecendo, é impossível entender o atual contexto econômico e político do CIPP sem ter analisado o que impulsionou as suas mudanças ao longo do tempo. Temos na economia brasileira, segundo Araújo (2000) capitais financeiros que promoveram a integração produtiva e o Nordeste passou a ser engajado na reestruturação das suas atividades econômicas, estratégia essa de expansão do capital que pode ser analisada com base na Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de François Perroux (CARVALHO, 2011) que foi distribuída pelo Nordeste tomando como partida a criação dos distritos industriais.

Como esse movimento de desconcentração busca predominantemente utilizar recursos naturais disponíveis nas diversas regiões do País, o Nordeste comparece, abrigando alguns pólos importantes de desenvolvimento agroindustrial e industrial, que serão analisados com detalhes mais adiante, quando se examinarem os focos de modernidade surgidos na região nas últimas décadas. (ARAÚJO, 2000, p. 8)

Posteriormente, com a atuação da SUDENE, o Nordeste passa a não ser mais tratado como “região problema” e há todo um esforço para provar que a região é adequada para promover investimentos, como o próprio Programa Regional de

Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que favoreceu a potencialidades do litoral.

A estratégia de mudança acabou chegando ao Ceará, com ações para o mercado regional, se dando nos mandatos do Coronel Virgílio Távora (1962-66 e 1979-82), caracterizada por um governo desenvolvimentista. A partir desse momento iniciou-se o trabalho de edificar as bases industriais na RMF, viabilizando a primeira eletrificação do Estado e em seguida a construção do DI de Maracanaú e a idealização de um complexo industrial e portuário, tendo como referência os existentes em Portugal, São Paulo e Bahia e que para Virgílio os setores de refinaria, siderurgia e termelétrica são consideradas setores âncoras de uma economia.

Nos anos 80 ou 90 Tasso Jereissati dá entrada ao “Governo de Mudanças”, prometendo investir além do setor da indústria, nos eixos do turismo e agronegócio (ELIAS, 2005). Na garantia do crescimento econômico, grandes obras federais passaram a atuar no Estado. O Porto do Mucuripe, já não atendia a demanda por conta do adensamento urbano na Capital e o crescente fluxo de mercadorias cearense e assim a ideia de implantar um Porto conectado a siderúrgica, uma refinaria e uma termelétrica por Virgílio Távora é colocada em prática, iniciando assim, um complexo num local privilegiado e com porta de acesso para a Europa e Estados Unidos.

Portanto, Teles e Amora (2014, p. 2) afirmam que a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante marcaram a fase de industrialização do Ceará mais recente, marcada de 198 até os dias de hoje, com a ascensão da elite e a política industrial da guerra fiscal. e que está fundamentada na reestruturação produtiva em curso no Estado do Ceará.

O município de São Gonçalo do Amarante é incorporado a RMF no ano de 1999, “quando fluxos populacionais e mobilidade da força de trabalho tornaram-se vetores importantes que estreitaram as relações cotidianas com a metrópole Fortaleza, motivados pela construção do Porto do Pecém” (TELES; AMORA, 2014, p. 5).

Antes da construção do porto, início do século XX a 2000, se refere à produção do espaço enquanto comunidade, havendo o surgimento da vilegiatura, e seu fortalecimento a partir da ação do Estado; construção do porto, 2000 a 2007, período no qual o Estado passa a intervir de forma

marcante em Pecém, após iniciar as construções do complexo industrial e portuário, inserir São Gonçalo do Amarante (SGA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e conseqüentemente elaborar o plano diretor do município e do distrito citado; o último momento corresponde à fase de consolidação do CIPP, 2007 a 2013, no qual indústrias se instalam no complexo e se inicia a construção da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), a função do Estado, de fiscalizar a produção do espaço, é deficitária não acompanhando a ação dos demais agentes. (BORGES. 2014, p. 88)

Entretanto, a formação territorial do município é mais longa que isso. Suas atividades eram marcadas pela pesca, agricultura de subsistência, artesanato, comércio e veraneio (localizado principalmente na comunidade litorânea da Colônia), tendo como principal agente produtor do espaço o proprietário fundiário.

Também se teve a ocupação de seu território por povos indígenas, tendo a relação com as carnaubeiras, características da região, bem mais presentes, as estradas de terra destinadas para vaquejadas e pequenos empreendimentos familiares. Além disso, o número de habitantes era reduzido, em que boa parte sobrevivia da pesca, artesanato e agricultura.

Pelo município estar situado no litoral cearense, fortalezenses e estrangeiros começaram a frequentar o distrito de Pecém, um dos 7 distritos que constitui São Gonçalo do Amarante², praticando atividades de lazer e passando as férias em família ou com amigos, interferindo na dinâmica estabelecida até então no lugar. Assim,

As casas de pescadores foram sendo por eles compradas para construção de segundas residências, causando um afastamento da população tradicional do mar. Esta desterritorialização se mantém até hoje, alterando a paisagem tradicional de outrora (ALBUQUERQUE, 2005 apud CAVALCANTE, 2019, p. 5).

A relação entre São Gonçalo do Amarante e Fortaleza aos poucos foram se transformando, surgindo a proposta de implantação do CIPP, diminuindo o fluxo de pessoas na praia e da vilegiatura.

Estudos realizados no município apresentaram condições favoráveis para a construção de um porto de caldo profundo. Na gestão do então Governador cearense Virgílio Távora, esse fato veio ao encontro sua vontade política de construir um complexo industrial e portuário que abrigasse indústrias de base e siderúrgica no Ceará. Foi no município de São Gonçalo do Amarante, que apresentou à época, um conjunto de condições materiais para sua concretização. Todavia, foi somente nos 40 anos depois, anos 2000, que condições políticas e econômicas são equacionadas e esse projeto passa a se tornar realidade, em face da construção e funcionamento do Porto Pecém no ano de 2002, e a com o início da instalação da

² Pecém, Taíba, Siupé, Umarituba, Croatá, Serrote e Cágado.

Assim, o município se volta para o setor industrial e de serviços, tornando uma área de zona urbana estabelecida pela lei nº 860/2006³. Temos um município que no ano de 2006 contava com o PIB do setor Agropecuário, em dados relativos feitos a partir do PIB do Estado do Ceará, de 0,62% e em relação PIB do setor da Indústria do mesmo ano, com 0,16%. Com a influência da infraestrutura do CIPP, houve a alternância entre estes setores ao longo dos anos posteriores, apesar do PIB do setor Agropecuário manter suas elevações, perde seu destaque em relação ao PIB do setor da Indústria que aumenta mais que o seu dobro, chegando a 4,73% em 2016, considerado o quarto maior entre os municípios da RMF e a Agropecuária possuindo um PIB de apenas 0,80%.

Já em Caucaia temos um fenômeno diferente, no qual a Indústria e o setor de Serviços sempre tiveram destaque antes mesmo de SGA ser integrado a RMF. Entretanto, o setor industrial em SGA se sobressai após a implementação do CIPP. Na Tabela 2, podemos notar a influência desses setores nos municípios no aumento de empregados no ano de concretização do Porto do Pecém (2002), como parte do CIPP, após o início de funcionamento da CSP (2016) e como se encontra atualmente (2018):

Tabela 2 - Aumento de empregados no município de São Gonçalo do Amarante e Caucaia.

IBGE SETOR	Caucaia			SGA		
	2002	2016	2018	2002	2016	2018
1 - Extrativa mineral.	294	630	587	0	0	0
2 - Indústria de transformação.	3388	10428	8771	196	4263	4103
3 - Serviços industriais de utilidade pública.	270	375	203	4	6	258
4 - Construção Civil.	789	1280	1192	100	1094	1099
5 - Comércio.	1251	7840	8169	100	782	731
6 - Serviços.	3641	8134	9700	227	2395	2778

³ Dispõe sobre a organização territorial e estabelece novos limites para o município de São Gonçalo do Amarante – CE. Cria o distrito de Cágado e Parada, delimita sua área territorial e define sua zona urbana. Estabelece novos limites de zona urbana das sedes distritais de: Umarituba, Croatá, Serrote, Siúpe e dá outras providências.

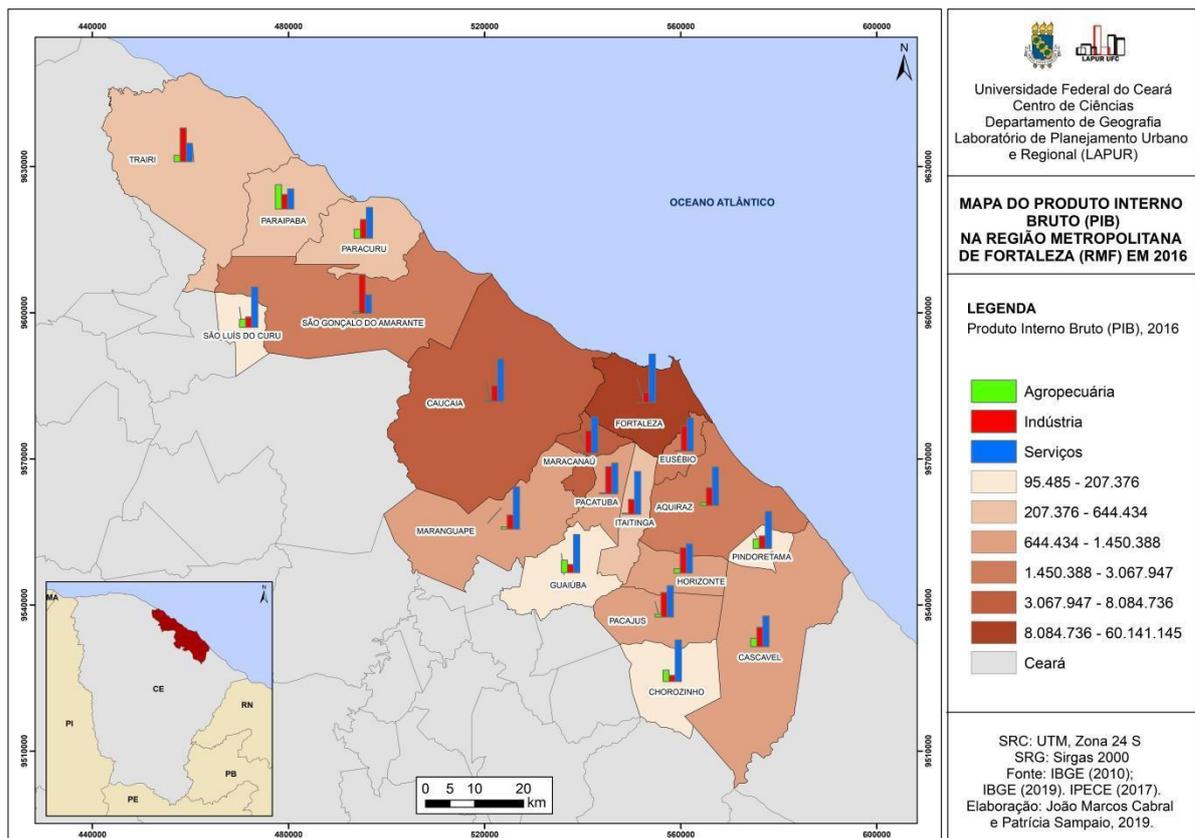
7 - Administração Pública.	2383	4390	7135	1317	2417	3293
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.	153	213	172	29	137	134

Fonte: Rais/Caged.

Fortaleza tem sua centralidade exercida sobre a região metropolitana vista nitidamente a partir das suas ligações rodoviárias entre a capital e os outros municípios (GONÇALVES, 2011). A mobilidade urbana-metropolitana entre o município de Caucaia e Fortaleza impulsionou uma integração que proporcionou maiores estruturas urbanas e impulsionou o incremento de diversas atividades, e o processo de reestruturação produtiva gerou essa dinâmica metropolitana a partir da década de 1980 (JÚNIOR, 2005).

Seu PIB do setor da Indústria conta com 5,30% no ano de 2016 e no PIB de Serviços com Administração Pública 3,62% e o PIB sem Administração Pública 3,58%.

Figura 3 – Produto Interno Bruto dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (2016).



Elaboração: CABRAL; SAMPAIO, 2019.

O município de SGA, nesse novo contexto de investimento no setor econômico da Indústria, teve evoluções no índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM), nos componentes: Educação, Longevidade – decorrente das melhores oportunidades de bem estar social – e Renda. Desde 1991, o IDH de São Gonçalo do Amarante mais do que dobrou, elevando seu indicador e ficando próximo do IDH médio do Estado do Ceará, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano.

Analisando-se a faixa etária colocada na tabela 3, percebemos que o município vive um processo de envelhecimento, com o aumento da expectativa de vida da população onde a esperança de vida vem aumentando ao longo dos anos (Tabela 3). É importante dizer que esse processo é decorrente do potencial da região em propor melhores condições de vida.

Tabela 3 - O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - São Gonçalo do Amarante.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - São Gonçalo do Amarante – CE			
IDHM e componentes:	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,142	0,297	0,646
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	10,14	19,29	48,56
% de 5 a 6 anos na escola	46,16	82,65	98,41
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	12,32	41,15	88,14
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	5,42	18,55	65,49
% de 18 a 20 anos com médio completo	3,24	4,84	45,60
IDHM Longevidade	0,556	0,673	0,775
Esperança de vida ao nascer	58,34	65,36	71,47
IDHM Renda	0,435	0,484	0,587
Renda per capita	119,92	162,82	309,14

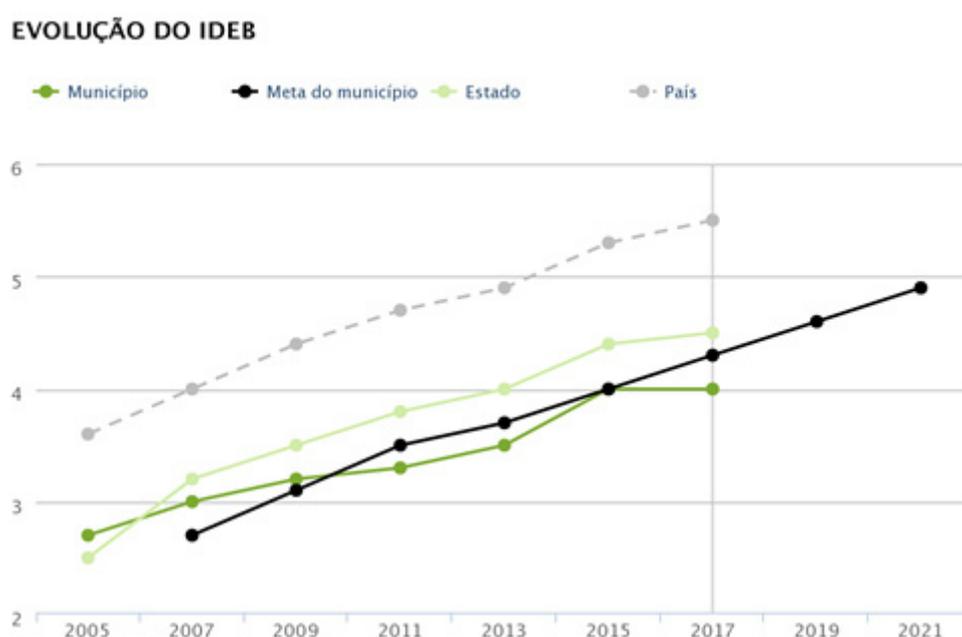
Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Percebe-se o crescimento no número de matrículas no passar dos anos em análise e que as últimas alternativas no sentido de ampliação de oportunidades de acesso ao ensino, à distribuição de recursos, materiais de ensino-aprendizagem e aprimoramento da qualidade da educação para permanência do aluno visando

principalmente à mudança do perfil de jovem que está sendo formado para a nova realidade social.

A proporção da educação indica a alta quantidade de jovens frequentando a escola e outra parte completou seu ciclo. Temos no período de 2005 a 2017, um enorme aumento em todas as etapas do ensino. Os anos refletem o quanto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) teve melhoras.

Gráfico 1 – Evolução da Educação Pública no município de São Gonçalo do Amarante em relação ao Estado do Ceará e ao Brasil.



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017).

Observamos no gráfico que apesar do município não ter atingido a meta (6,0) do Ideb no ano de 2017, foi perceptível alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. Vemos que no ano de 2005 o município ultrapassou o percentual estadual de 2,5% em relação do município com 2,7%. Posteriormente, o Estado seguiu com 3,2% (2007), 3,5% (2009), 3,8 (2011), 4,0% (2013), 4,4% (2015) e 4,5% (2017), em relação ao valor municipal com 3,0% (2007), 3,2% (2009), 3,3% (2011), 3,5% (2013), 4,0 (2015) e manteve o mesmo até 2017.

Novas funções de trabalho, sobretudo com a construção da CSP, começaram a ser desenvolvidas na região com as empresas instaladas no CIPP. Com isso, tiveram-se investimentos em infraestruturas e a pluralização de serviços para a

atração de pessoas ligadas ao: Turismo, correios e bancos, centros de saúde, mercados públicos, serviços educacionais, pousadas e dinamização do comércio.

Detalhando os tipos de serviços, temos com o Turismo a valorização das praias situadas na região; abertura de redes bancárias como o Itaú no município de Caucaia que é utilizada como agência pelas empresas da CSP para pagamento dos salários dos trabalhadores de São Gonçalo do Amarante mostrando um dos tipos de relação de dependência entre ambos; ampliação do hospital público municipal e a implementação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h); serviços educacionais com a abertura de universidades particulares, estaduais e federais: Ateneu como pioneira no ramo para atender as demandas do Porto do Pecém com o curso de Gestão Portuária e Recursos Humanos, e em seguida veio as unidades acadêmicas Uniasselvi e Unopar. Como estaduais temos a Universidade Vale do Acaraú (UVA) e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). E as federais com as escolas profissionalizantes EEMTI Adelino Cunha Alcântara e EEEP Walter Ramos De Araújo com cursos técnicos na área de comércio e administração e o Instituto Federal do Ceará.

No setor imobiliário o município de São Gonçalo do Amarante recebeu grandes projetos habitacionais que incluem também áreas para serviços. Os loteamentos são situados de forma estratégica próximo ao parque industrial para ser acessível aos trabalhadores e demais pessoas que buscam residir no município por este motivo. A região por ser um local de forte desenvolvimento por contar com a Companhia Siderúrgica do Pecém e a Zona de Processamento de Exportação recebeu a primeira cidade inteligente do Brasil chamada de Smart City Laguna, que vai além da busca por simples áreas urbanas planejadas, mas visa também à utilização de recursos tecnológicos e renováveis tendo em vista o pólo energético de energia eólica existente no município e o solar em processo de concretização.

E na questão hídrica teremos a integração do Rio São Francisco ao Cinturão das Águas que beneficiará toda a Região Metropolitana de Fortaleza com facilidade ao abastecendo de água.

Em uma das comunidades⁴ que compõem o município tiveram que ocorrer desapropriação das famílias e comunidades inteiras, especificamente os Anacés e

⁴ Área do Bolso subdividida em ocupações: Bolso Centro, Chaves, Gregório, Camará, Gereraú, Córrego dos Tocos, Bom Jesus, Madeiro, Padre Holanda, Campo Grande, Tabuleiro, Lagoa Seca, Girau, São Roque e Oiticicas.

Tapeba, que não foi feita de forma rápida e muito menos sem resistências, pois o abandono da terra natal é difícil na vida de pessoas que têm toda sua vivência construída naquele lugar e ter que se adaptarem as outras realidades. Atuaram na remoção destas comunidades os órgãos: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto do Desenvolvimento Agrário Do Ceará (IDACE) e a empresa Grupo CORDEIRO.

Porém, apesar da retirada de uma das comunidades local para ceder espaço para construção das empresas do CIPP, teve-se o aumento em dobro de outras pessoas vindas para residirem na região em decorrência da nova dinâmica de trabalho originada. Segundo BORGES (2014, p. 83), “a população atraída para trabalhar nas obras procurou as localidades próximas ao porto para se instalar, dentre elas destacaram-se Icaraí e Pecém”. A “legião coreana” foi a principal população estrangeira a ocupar e adentrar na cidade cearense fazendo parte da grande mão de obra formada.

Na tabela abaixo percebemos o crescimento da população nos municípios e distrito que integra o CIPP. Temos Caucaia com o maior contingente populacional, mas ambos aumentam gradativamente sua taxa anual influenciadas principalmente pelas transformações urbanas e políticas públicas.

Tabela 4 - Crescimento da população em São Gonçalo do Amarante, Distrito de Pecém e Caucaia entre 1991 e 2010.

Ano	São Gonçalo do Amarante	Pecém	Caucaia
1991	29.286	5.362	165.099
2000	35.608	7.460	254.711
2010	43.890	9.156	325.441

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010. Elaboração: SAMPAIO, 2019.

A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), concretizada sua obra em 2015, formada pelas empresas Vale e as empresas sul-coreanas Dongkuk e Posco, influenciou diversos incentivos nacionais e internacionais no Ceará, impulsionando a

migração de trabalhadores para o município e também do próprio país contando com a participação de profissionais experientes que vieram de outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, já que o Ceará não dispunha de mão de obra especializada para a siderúrgica.

Não somente se diversificou a origem dos trabalhadores, como estes trouxeram mudança no tipo de comércio existente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O Cumbuco, localizado em Caucaia, acaba sendo o espaço de moradia destes estrangeiros e começa a ter seus estabelecimentos voltados para esse público, principalmente no ramo alimentício e de habitação.

A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), atualmente é o maior investimento privado em curso do Ceará e outras atividades (Tabela 5) começaram então a ser representativas no município de São Gonçalo do Amarante com a sua instalação.

Tabela 5 – Atividades de destaque em São Gonçalo do Amarante.

Atividade	Justificativa
Manutenção Industrial; Operação de Processos Industriais.	O município está fortalecendo seu parque industrial, o que faz com que ainda haja uma demanda em médio prazo para novas contratações nestes segmentos. Observa-se que cargos ligados a estes segmentos estão entre as profissões com os maiores salários na região, e são profissões com melhores indicadores de admissão.
Construção Civil	O segmento de Construção Civil apresenta sazonalidade, e apesar de ter apresentado vários desligamentos devido à conclusão das obras de alguns empreendimentos, tenderá a ter novas contratações quando outros empreendimentos forem implantados no

	<p>CIPP. Destaca-se que, em São Gonçalo do Amarante, há uma demanda para profissionais especializados neste setor, como Pedreiro para material refratário, Montador de Andaimos, Técnico de Matéria Prima e Material, Mineiro, entre outros. Nos segmentos mais básicos, o setor deverá ter novas contratações a medidas com novos empreendimentos que vierem a se instalar no CIPP, e a construção de novas rodovias, como a duplicação da CE-422.</p>
<p>Logística</p>	<p>O segmento de Logística destaca-se pela demanda por profissionais destinados ao trabalho no setor portuário (Auxiliar de Serviços de Importação e Exportação, Armazenista, Técnico de Garantia de Qualidade, entre outros). O setor emprega também na parte operacional, como Motorista de Caminhão, Operador de Transporte Multimodal, Operador de Ponte Rolante, entre outros.</p>
<p>Gestão</p>	<p>Este segmento tem crescido na região por conta do ingresso de empresas com gestão corporativa e estratégicas mais acentuadas. Com isso, profissões como o de Assistente Administrativo e Auxiliar de Escritório têm tido grandes contratações. De forma similar, muitos profissionais que atuam nos setores de Almoxarifado e de Serviços de Importação e Exportação podem</p>

	concorrer com profissionais do setor logístico. Também cabe ressaltar que entre os salários mais altos, encontram-se cargos de gerência administrativa, comercial, supervisão e gerência de produção.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CAGED; IFCE, 2018. Elaboração: SAMPAIO, 2020.

O CIPP é “fruto de políticas públicas de industrialização destinadas a diversificar o parque industrial e inserir o Ceará numa economia mundializada, mediante a implantação de indústrias de base, dos ramos siderurgia e refinaria” (COSTA; PEQUENO, 2015, p. 67), na qual compõe a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) citada anteriormente, com capitais das empresas Posco, Dongkuk, Stell Group e Vale e a Zona de Processamento e Exportação (ZPE) que concede incentivos governamentais para que as localizadas no Complexo operem com suspensão de impostos e liberdade cambial, atraindo conseqüentemente outras.

Tabela 6 – Empresas em operação no CIPP.

EMPRESAS	SETOR
Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP.	ZPE
Porto do Pecém – Geração de Energia S/A.	Indústria
Siderurgia Latinoamericana – Silat.	Indústria
Pecém Gases Industriais – Ltda.	ZPE
Termoceará Ltda – Petrobras.	Indústria
Vale Pecém S/A.	ZPE
Tortura Cia. Zootecnia Agrária.	Indústria
Aeris Energia S/A.	Indústria

Cia. Sulamericana de Cerâmica S/A.	Indústria
Terminal Retroportuário de Containers – Trc.	ZPE
Companhia Industrial de Cimento Apodi.	Indústria
Votorantim Cimentos N/N e S/A.	Indústria
Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda.	Indústria
Ourofertil Nordeste Ltda.	Serviços
Hydrostec Tubos e Equipamentos Ltda.	Indústria
Tb Transportes Ltda.	Serviços
Jotadois.	Tancagem
Daniel Transportes Ltda.	Serviços
Posto Rota do Porto Ltda.	Serviços
Cearapi – Apicultura e Produtos Orgânicos.	Indústria

Fonte: Anuário do Ceará 2019/2020. Elaboração: SAMPAIO, 2020.

Dentre as indústrias localizadas no Complexo a Wobben Windpower era a mais antiga e a única empresa fabricante de aerogeradores no Brasil. Localizada na CE-155, teve suas atividades iniciadas desde o ano de 2002 e em 2 de fevereiro de 2020 acaba sendo desativada devido a baixa participação no mercado interno nacional e tendo sua área comprada pela empresa Aeris Energia, empresa concorrente e situada na mesma região.

A Hydrostec, também chegou atuando no CIPP em 2002, sendo produtora de canos de aço para atender as obras públicas de transposição hídrica. “Seus principais compradores são governos dos estados nordestinos do Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte”. (TELES, 2015, p. 176), recebendo e escoando sua matéria prima pelo Porto do Pecém.

As cimenteiras Apodi e Votorantim se instalaram de 2008 a 2010, respectivamente. As duas têm como principal mercado a Região Metropolitana de Fortaleza, entretanto a Apodi possui ações das empresas M. Dias Branco (50%),

Grupo Cedro (25%) e Cooperativa de Construção Civil do Ceará – COORPECON (25%), inclusive, a construção civil para a COPA do mundo demandou a vinda destas empresas citadas acima para o CIPP, segundo informações coletadas por Teles (2015, p. 178).

Sobre os outros setores implantados, percebe-se a variedade de gêneros: materiais de construção e químicos, fabricação de peças para veículos automotores, e até beneficiamento de produtos alimentares e empresas prestadoras de serviços (armazenagem, transporte e aluguel de máquinas), todas essenciais para atender à logística necessária ao funcionamento do CIPP.

Os investimentos destacados anteriormente tiveram a intenção de atuar na região expandindo seus negócios com maior lucratividade e produtividade, dando destaque ao Estado do Ceará e permitindo sua relação com o mercado externo.

SGA também é destaque no setor energético. No setor termelétrico, a cidade abriga duas usinas, a Energia Pecém/EDP e ENEVA (desde o dia 11/09/2013, a empresa que antes se chamava MPX passou a se chamar ENEVA⁵, somadas as termelétricas da Enel e da Petrobras (instaladas em Caucaia), gerando aproximadamente 1.652 MWh, equivalente a 17,8% da necessidade de consumo de toda a região nordeste.

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) permite o recebimento de grandes investimentos no Ceará, sendo uma grande estratégia de desenvolvimento socioeconômico do Estado e já dado início a sua obra de ampliação da fase do Setor II da ZPE.

Ressalte-se que a defesa de instalação da ZPE no Complexo Industrial e Portuário do Pecém constitui luta deste Parlamento, não só porque é uma via natural de escoamento de produtos destinados à exportação, mas porque traduz o resultado de mais de 10 anos de estudos técnicos quanto à sua localização estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará. (FILHO, 2007, p. 15)

Por conta dessa legitimação da ZPE como uma alternativa de benefício para o Ceará, inclusive pela isenção do Imposto de Importação (IPI), foi divulgado no Diário do Nordeste, em 2018, que o CIPP estaria recebendo uma indústria de painéis fotovoltaicos, com a linha de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Nordeste, demonstrando oportunidades e vantagens logísticas para atender a América do Sul,

⁵ Mudança no nome devido a saída do acionista Eike Batista.

Estados Unidos e Europa e futuramente terá mais capacidade produtiva para atender pedidos da Polônia, Albânia e até do Sudão.

A indústria Prisma Solar do Brasil, de capital holandês chegou à região tendo a comunidade do Bolso como área para ser instalada sua unidade, que deve investir inicialmente cerca de R\$ 150 milhões e tendo a capacidade de montar 450 mil unidades de placas solares por ano com capacidade de geração de 150 megawatts por ano, segundo informações do Diário do Nordeste.

Figura 4 - Área de construção da indústria Prisma Solar do Brasil na localidade de Sítio Bolso.



Fonte: SAMPAIO, 2020.

A cidade de São Gonçalo do Amarante, ao receber sua primeira usina solar vai proporcionar a alimentação do segmento em todo o Estado, não tendo destaque somente no ramo de siderurgia e sendo um potencial de transformação para cidades, residências, indústrias e transportes.

Em função de todos esses empreendimentos, têm-se também investimento na infraestrutura de acesso a área de localização industrial para facilitar a chegada da frota de veículos estabelecida atualmente por fluxo de transportes pesados (caminhões, ônibus, transportadoras etc.), com a abertura, duplicação e ampliação

de rodovias e anéis viários: a construção da “Rodovia das Placas” entregue em 2018 que é a estrada usada exclusivamente pela CSP para escoar a produção até o Porto do Pecém sem tráfego, as obras do Arco metropolitano para duplicação do trecho da CE-155 a partir do entroncamento da BR-222 que dá acesso ao CIPP e a conclusão da Ferrovia Transnordestina como ponte de acesso para entrada e saída de produtos alavancando a logística e a competitividade do Porto do Pecém que já é um hub marítimo.

Essas transformações também possibilitaram a expansão das fronteiras e a relação com outras regiões, países e continentes, sendo isso considerada uma das características do mundo globalizado e que afeta conseqüentemente a forma como as cidades se destacam entre as outras, a partir da agilidade nas suas conexões na dinâmica do comércio local ou mundial.

3. O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.

As alterações ocorridas no mundo do trabalho, resultado da crise do modelo fordista de produção acarretam o surgimento do processo de reestruturação produtiva, como resposta ao esgotamento da capacidade de expansão do capitalismo no século XX (MATOS, 2004). Esse contexto reflete na educação da classe trabalhadora, pois a retomada de crescimento exige cada vez mais mão de obra qualificada, numa realidade de modificações tecnológicas dentro dos setores de produção.

A indústria avança, as fábricas se modernizam e passam a utilizar um número maior de máquinas. A automatização gera no ambiente fabril uma reorganização a partir do conhecimento necessário para a produção que divide os operários em: trabalhadores manuais, operários voltados para operar equipamentos; trabalhadores técnicos supervisores, voltados para a supervisão e controle da produção. (SILVA, [2009], p. 4)

Cada vez mais o território adquire feições complexas características da acumulação capitalista. De acordo com Haesbaert (2006), o novo ordenamento territorial é ocasionado pela chamada “condição pós-moderna”. A nova ordem traz diversas formas de organização do espaço com populações mais pobres e excluídas e no Território uma relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o espaço com a flexibilização da economia, a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, a difusão das tecnologias da informação, a crise do Estado do bem-estar social e propagação do chamado multiculturalismo e/ou hibridismo cultural. O trabalhador inserido na era globalizada é impulsionado a acompanhar a dinâmica do capital que se intensifica constantemente. Entretanto, nem sempre tivemos um mundo moderno com a presença da internacionalização da produção industrial e de serviços, a concentração de capital e a expansão do comércio internacional.

O modo de produção já passou por diversas crises, a principal ocorrida na década de 70, com a superprodução clássica, podendo ser chamada de *crise estrutural do capital*. Antunes (1999, p. 31-32) identifica como mais evidentes a queda da taxa de lucros, levando ao esgotamento de acumulação taylorista/fordista⁶

⁶ Frederick Taylor (1856-1915) desenvolveu o taylorismo, em que o funcionário deveria exercer apenas sua função em menor tempo possível, tendo como característica o processo de divisão técnica do trabalho e a padronização de atividades simples e repetitivas. Henry Ford (1863-1947)

de produção que se deu pela falta de capacidade em responder ao consumo acentuado, a hipertrofia do capital financeiro, fusão entre empresas monopolistas e oligopolistas e a crise do “Estado de bem-estar social”.

Como resposta, visava-se a recuperação do ciclo produtivo com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Nesse momento, a produção em massa das mercadorias de forma homogêneas e hierarquizadas, além do trabalho fragmentado é rompida sendo oposição a esse novo regime denominado por Harvey (1993) de *acumulação flexível*.

Na nova gestão da organização produtiva e de trabalho, temos a introdução do modelo chamado Toyotismo, desenvolvido entre 1948-1975 nas fábricas da montadora japonesa de automóvel Toyota. Percebeu-se que era mais lucrativo poupar espaço na estocagem de matérias-primas, produzindo somente à medida que as demandas iam surgindo, diminuindo a desperdício e superprodução, esse sistema de cronometragem ficou conhecido como “*Just in time*”, traduzido para o português “no tempo certo”.

Além dos fatores citados acima, obteve-se também bastante destaque no avanço tecnológico nos meios de comunicação e transporte permitindo maior facilidade de competitividade do fluxo de mercadorias. Exige-se no atual modelo produtivo, o predomínio de atividades mais intelectuais com qualificação da equipe de operários responsáveis pela qualidade do processo produtivo trabalho em equipe, polivalente, multifuncional e estrutura horizontalizada. Porém, temos consequências como o aumento da taxa de desemprego estrutural⁷, pois menos mão-de-obra é necessária, dependendo do tipo de indústria, pois em determinadas atividades a mão de obra continua indispensável. Pelo entendimento de Pereira (2001, p. 12),

A globalização está centrada no progresso das novas tecnologias, e especialmente nas inovações de alta tecnologia que conduzem ao aumento da produção, mas, ao mesmo tempo, reduzem a necessidade de mão de obra, provocando a precarização do trabalho e um elevado índice de desempregos em todos os continentes.

estabeleceu o sistema de organização fordista, com a introdução das linhas de montagem e o ritmo de trabalho era ditado pelas máquinas.

⁷ O desemprego estrutural é aquele gerado pela introdução de novas tecnologias ou de sistemas e processos voltados para a redução de custos. Estes novos elementos afetam os setores da economia de um país (indústria, comércio e serviços), causando demissão, geralmente, em grande quantidade.

Entretanto, o objetivo das empresas passou a ser voltado para a competição no mercado externo e contratação de empresas “terceirizadas”, e como consequências aos trabalhadores deu-se a submissão a contratos “autônomos”.

Temos assim um novo complexo que se desenvolve a partir da globalização do capital: a reestruturação produtiva. A informática e as telecomunicações tiveram papel fundamental na aceleração desses processos criando meios mais rápidos de produção. Esses condicionantes fizeram com que empresários e os governos se articularem a esses mecanismos de competitividade. Segundo Harvey (1993) a acumulação flexível se acompanhou de altos níveis de desemprego estrutural, tendo a substituição da contratação coletiva pela contratação individual, reconfiguração das habilidades e retrocesso do poder sindical.

Colocou-se então, políticas expansionistas para todos os Estados Nacionais. O Brasil ao ingressar no processo capitalista foi incorporado à nova força de trabalho amparada por uma política social. Órgãos da economia mundial - FMI e Banco Mundial – e o próprio Estado foram tidos como mediadores de cursos e treinamentos para o “novo mercado de trabalho”, em virtude do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) e a mundialização do capital financeiro (CHESNAIS, 1996), a descentralização geográfica das indústrias influenciadas pela política tributária e fiscal na busca incessante da competitividade (THOMAZ JR. 2002, p. 6).

No Brasil, nas palavras de Gomes (2011, p. 7), a reestruturação produtiva seguiu aos padrões de competitividade internacional e a crise industrial que adentrou na política inspirada no neoliberalismo. O primeiro período de modernização tecnológica foi marcado pela adoção dos Círculos de Controle de Qualidade - CCQs responsável por investir em equipamentos microeletrônicos, na década de 1970. No segundo período, o processo de reestruturação ocorre no complexo automotivo e, no último, em 1990, as empresas começam a visar em aumentar a eficiência das empresas e adoção de novas formas de gerir a mão-de-obra.

Estas transformações acima também ocorreram em escala regional. Na economia cearense o processo de globalização, o papel das políticas públicas, em especial a política industrial, impactaram na atividade local principalmente no nível de produtividade.

Para se ter uma noção do que está ocorrendo em termos de mudança estrutural da economia cearense, observa-se que vem crescendo de modo acelerado o número de empresas cuja sede está em outro Estado da federação. (SOARES et al., 2007, p. 2)

Percebe-se como a reestruturação produtiva é vinculada a uma política industrial sustentada pelo governo estadual em conjugação com investimentos de projetos nacionais, como no campo do turismo e transporte. De acordo com Soares et al. (2007), essa política no Ceará teve ênfase na sua interiorização e a utilização de novas tecnologias nas empresas em instalação, todas em busca de competitividade nos seus produtos novas.

Com a intenção de distribuir os incentivos para todo o Estado Cearense, alguns municípios devido à falta de potencial de saneamento e energia, as indústrias e outros serviços acabaram por ter uma forte concentração em Fortaleza. O salto dos setores devido aos incentivos fiscais motivaram a alavancagem nos outros municípios e Estados brasileiros, conhecido na literatura como “guerra fiscal”. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 296),

Fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar é vista, sobre tudo por aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se na verdade, de uma busca de lugares ‘produtivos’.

Com a particularidade dos Estados e municípios, a distribuição de incentivos não foi feita de forma igualitária, tanto no ponto de vista tributário e a distribuição de empregos. No entanto, de forma positiva no geral, passou-se a acontecer a atração de novos investimentos com maior liberdade Institucional.

O Estado do Ceará foi pioneiro para essas brechas Institucionais redimensionando suas trajetórias industriais e remodelando-a, quanto aos aspectos setoriais e locais iniciados no primeiro Governo de Mudanças.

O Ceará entrou na escala do Ceará entra nos rumos do desenvolvimentismo industrialista com o Plano de Metas de Governo (PLAMEG)⁸, implementando uma

⁸ O PLAMEG, elaborado no governo de Virgílio Távora, visava dotar o Ceará da infraestrutura setorial necessária a implantação de investimentos privados e públicos, especialmente no setor industrial, tendo como diretrizes: criação de distritos industriais; identificação e divulgação de oportunidades industriais; apoio à elaboração e execução de projetos industriais; estruturação de um sistema de incentivos fiscais e formação de pessoal qualificado.

ampla reforma administrativa criando vários órgãos, como o BEC (Banco de Estado do Ceará), a SEPLAN (Secretaria de Planejamento), dentre outros, com o objetivo de dar ao Estado o máximo de racionalidade com vistas ao avanço da industrialização. Após a eleição do empresário Tasso Jereissati (1987 – 1990), o Ceará passa a adquirir seu outro ápice de modernização: ocorre o fortalecimento das indústrias, atração de investimentos externos com as políticas modernizadoras assumindo os princípios do neoliberalismo.

[...] Neste sentido, implantam-se três eixos principais para as ações: a interiorização da indústria, pela implantação de novas indústrias e modernização do atual parque industrial; modernização da agricultura, pelo agronegócio e turismo, com a instalação de equipamentos necessários para a inserção das áreas litorâneas na rota nacional e consequente expansão do comércio e dos serviços. (ARAÚJO, 2007, p. 103)

Sendo assim, o Estado do Ceará contou com o apoio do Governo Federal, empresas privadas nacionais e internacionais, além de incentivos fiscais para implantação de grandes obras que passaram a impulsionar a reestruturação industrial no Estado no contexto da mundialização capitalista. Teles (2015, p. 166), afirma que o resultado das ações políticas de sucessivos governos teve como objetivo “inserir o Ceará no mercado mundial globalizado”.

A reestruturação produtiva frente à crise gerou condições macroeconômicas novas gerou a materialização da produção/consumo na escala local,

“[...] onde se desenrola a vida cotidiana da sociedade e das trocas, portanto, a despeito das várias escalas de poder (nações, organizações multilaterais) e da financeirização da produção capitalista de riqueza, a escala local é necessária como nexos de superação e entendimento espacial da crise”. (FERRACINI; TAVARES, 2017, p. 10)

Nessa reconfiguração de escalas associada ao fordismo, percebemos que a economia nacional foi se enfraquecendo frente à nova interação global-local. O estado nacional então reduz seu gerenciamento na economia, ocorrendo o “processo de descentralização dos mecanismos regulatórios da escala nacional para a escala local” (Op. cit, 2017, p. 11).

“Um duplo movimento, embora contraditório, vai se consolidando: um de globalização da atividade econômica e de decisão política e outro de descentralização da organização da vida cotidiana necessária ao movimento anterior. A emergência do local [...]” (FERNANDES, 2001, p. 31).

Entende-se então, a representação e participação dos sub-níveis de poder para a escala federativa (MELO, 1993 apud FERRACINI; TAVARES, 2017, p. 11), onde cada governo local trabalha com a sua visão de bem-estar social e com as políticas de recursos financeiros estaduais e municipais, e assim, surge o discurso municipalista com um viés progressista, colocando o município também como agente importante para a gestão do território como um todo.

Já no Governo Virgílio Távora, culminou-se a transformação do Ceará em um pólo industrial, que culminou no III Pólo Industrial do Nordeste. Com o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) se teve a maior concessão de impostos de para que as indústrias se instalassem no interior do Estado, contribuindo para a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza.

Segundo Soares et al. (2007, p. 5), esse sistema de incentivos no Estado do Ceará, obedece a uma estrutura de organização, na qual a lógica de distribuição seguiu pela divisão em 4 espaços produtivos onde o financiamento para instalação das indústrias era dada em relação distância à RMF. O primeiro espaço era a própria RMF; o segundo corresponde a municípios até 300 quilômetros da RMF; o terceiro compreende municípios que distam entre 300 a 500 quilômetros da RMF; e, o último, municípios com 500 quilômetros da RMF.

Toda essa distância também reflete na durabilidade do tempo de financiamento de empréstimo feito pelas empresas. Ainda na fala do mesmo autor, as empresas que se instalassem no primeiro espaço produtivo recebem seis anos de prazo; no segundo espaço 10 anos; no terceiro 13 anos e nos últimos 15 anos.

Dentro FDI, também têm outros programas que contribuíram para uma maior atração de investimentos industriais, destacando-se: PROVIN (Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas); PROAPI (Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará); e o PDCI (Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará).

Portanto, o comportamento da reestruturação produtiva considerou quais setores de capital e trabalho intensivo encontraria influência para reestruturar o Estado. Segundo Muniz et al. (2011, p. 2),

“[...] Evidencia-se que a reestruturação produtiva impulsionou o redimensionamento da indústria na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e a conseqüente expansão de sua zona de influência não somente

para outros municípios do Estado, mas também para o espaço transnacional, bem como favoreceu o surgimento de novas centralidades”.

Com a mudança de papel antes não tido devido à ausência de incentivos voltados ao capital industrial, diversos municípios foram fortalecidos com mudanças no processo de produção e do trabalho. Nesse contexto, podemos citar o eixo Caucaia - São Gonçalo do Amarante, que alterou sua estrutura social metropolitana demonstrando a larga influência do Porto do Pecém na constituição de uma vasta rede de novos fluxos de pessoas e mercadorias.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Caucaia estabeleceu cinco áreas destinadas à instalação de indústrias no município, além da área industrial do Porto do Pecém. Nestas áreas, distribuídas nas proximidades das principais vias de acesso como as BRs 020 e 222 e a CE-085, futuramente serão implantadas várias indústrias, efetivando a implantação desses distritos Industriais. Os distritos são assim denominados: Distrito Industrial da Jurema (Diju), Distrito Industrial do Alto do Garrote (Diaga), Distrito Industrial do Capuan (Dicap), Distrito Industrial do Tabapuá (Dita) e Distrito Industrial de Caucaia. (TELES, 2015, p. 121)

Antes de adentrar nas especificidades geradas com o processo de industrialização, faz-se necessário entender a importância do setor portuário para o desenvolvimento de uma região e conseqüentemente o restante do país devido às relações nacionais e internacionais que são produzidas.

Esse novo quadro de reestruturação, vem implicando mudanças notáveis na dinâmica de organização do espaço que se define atualmente. A especialização flexível e a desintegração de velhos obstáculos territoriais vêm proporcionando ao capital uma mobilidade sem precedentes na escala mundial (JÚNIOR, 2003, p. 4). Tornou-se possível a integração em escala mundial, desintegrando os obstáculos que antes eram motivos da ruptura de acumulação capitalista. Portanto, a rede de investimentos cada vez torna-se mais abrangente.

Os ramos produtivos possuem metas para estabelecerem-se no mercado consumidor, assim como afirma Martinelli Jr. (1999), seguem padrões no que concerne aos processos de reestruturação das linhas de produção e ao mesmo tempo padrões de concorrência. Quando se leva em consideração o fator localização, algumas empresas estão abandonando os grandes centros tradicionais da metrópole e transferindo-se para locais onde o ritmo industrial não é predominantemente destacado e acaba que a iniciativa para as mesmas investirem nessas regiões distantes são maiores e servem como forma de diminuir a alta concentração populacional na capital.

Essas relações de trabalho e força produtiva tem como base o discurso de progresso e desenvolvimento econômico onde é empregada. Adentra-se nessa situação, a terceirização da mão de obra, sendo uma realidade cada vez mais presente em indústrias.

Trata-se agora no mundo do trabalho a utilização da informática no processo produtivo, técnicas de gerenciamento e utilização de novos tipos de equipamentos, como as tecnologias microeletrônicas. Um mundo do trabalho baseado no individualismo modificando a relação entre subjetividade e trabalho, dando surgimento a imposição de novas exigências para inserção laboral. De acordo com Antunes (2005, p. 11), essa gestão avançada pode implicar na:

[...] 'liberdade da empresa' para desempregar trabalhadores sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; direito da empresa, para reduzir ou ampliar o horário de trabalho, de acordo com as oscilações do mercado; possibilidade de pagar salário real mais baixo [...] A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos trabalhos reais mais baixos e em piores condições [...] o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas.

Em relação ao emprego nas empresas instaladas no município, se tem dificuldade em absorver pessoas devido à deficiência em qualificação. Quando se parte para a análise da juventude que almeja o primeiro emprego os encontramos na mesma situação, e apesar de não fazerem parte da população não economicamente ativa (PNEA) a sua preparação para a inserção no mercado de trabalho será essencial para diminuir futuros agravantes. Então, com a falta de oferta de profissionais qualificados foi à demanda principal exigida pelos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais cursos de formação para a área administrativa.

O Município de São Gonçalo do Amarante e Caucaia em função do projeto de implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP concretizado nos anos 2000, passando a possuir características de um espaço metropolitano, estabelecidas por lei como pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza, no ano de 1999, assentando na fase mais recente da industrialização do Ceará e fundamentada na reestruturação capitalista em curso nesse Estado, passa a receber infraestruturas até então não existentes e estratégias que alavanquem seu crescimento e revertam as falhas produzidas pela nova estrutura.

Ao mesmo tempo, destacava-se a demanda de trabalhadores para as obras de construção do Porto do Pecém, no Distrito de Pecém. Foi nesse

momento, ainda no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que São Gonçalo do Amarante passou a vivenciar um novo momento na sua dinâmica urbana que aos poucos modificou seu cotidiano, especificamente a sua economia urbana, nas relações sociais e nos fluxos migratórios de força de trabalho. (TELES; AMORA, 2014, p. 8)

Ocorreu assim, uma centralidade de capital e de comando, buscando mercados, mão de obra barata, competitividade, dinamismo, resultando em mudanças econômicas. O impacto da nova gestão de incentivos financeiros influenciou de modo que as empresas aglomeraram-se em busca de proximidade com esses benefícios citados acima, e principalmente maneiras de contornar as barreiras tarifárias.

A cidade passou a não ser mais medida pela escala física, pois seus limites já estão amplos. As distâncias geográficas perdem seus valores diante do mercado globalizado, caracterizado pela “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 1993), de forma que se sente o mundo menor com distâncias mais curtas e informações numa troca acelerada e quase instantânea.

Temos logo no início com a construção do Porto do Pecém a transformação socioeconômica no município, com novos funcionários de empresas e também novas oportunidades de emprego, principalmente aos jovens são gonçalenses. Foram implementadas ações que aproximassem o porto e a cidade, incluindo participação do Estado e Município (SILVA, 2010). Isso, segundo Souza (2006 apud SILVA, 2010) evitará que o porto cresça de “costas” para a cidade, não impactando de forma negativa nas relações sociais, na renda das pessoas ou no trabalho, como no caso do porto de Santos.

Teles (2014, p. 14) explica que com maior poder de mobilização facilitado por esses transportes e comunicação demandada de diversos lugares, acabam por oferecer condições à reprodução do capital que ultrapassa as barreiras locais e regionais, como é o caso das grandes obras civis do CIPP, mobilizando enormes contingentes de trabalhadores que são subsidiados desde investimentos do Estado e empresas locais e nacionais, como investimentos internacionais na composição de ações das empresas.

As formas de descentralização produtiva mostram que a fragmentação do trabalho adicionada ao incremento tecnológico, pôde possibilitar ao capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força do trabalho, de como ela irá atuar. Efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado

verificando-se uma significativa heterogeneização do trabalho com a crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; subproletarização intensificada, com trabalho presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado.

O tipo de operário começou a transformar-se e ajustar-se a lógica atual, que cada vez mais está rompendo com o tradicional e impulsionando para uma maior qualificação do trabalho, principalmente na Companhia Siderúrgica do Pecém. Estamos entrando na tendência de uma mudança interior do trabalho através da sua intelectualização, um trabalho concreto que (auto)transforma a quem está concebendo-o. Estamos em um tempo em que o desenvolvimento tecnológico ao mesmo tempo em que pode provocar diretamente o crescimento da capacidade humana, também pode neste processo sacrificar os indivíduos (LUKÁCS, 1981: 562 apud ANTUNES, 2005, p. 99).

A exigência por qualificação e aumento na taxa de escolarização passa a ser a maior preocupação na demanda de trabalhadores ocasionada pelo CIPP, chegando a disponibilizar 31,4 mil vagas no pico de sua criação, segundo dados fornecidos pela Assembleia Legislativa do Ceará. Esse número de vagas representa nada menos que o dobro do estoque de trabalhadores formais existentes no município de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que abrangem o Complexo. Além disso, o documento Pacto pelo Pecém informa ainda que as estimativas para o ano de 2016 apontam para 38.270 trabalhadores.

Figura 5 – Projeção de mão de obra por setor no CIPP.

PROJEÇÃO DE DEMANDA

Por mão de obra no CIPP

Formação Inicial e Continuada (FIC)	2014
Infraestrutura	12.367
Controle e Processos Industriais	10.184
Informação e Comunicação	1.278
Produção Industrial	868
Gestão e Negócios	177
Ambiente, Saúde e Segurança	149
Total Geral do Segmento	25.023

Educação Profissional Técnica de Nível Médio	
Infraestrutura	1.094
Controle e Processos Industriais	1.598
Informação e Comunicação	1.438
Gestão e Negócios	1.238
Outros	278
Hospitalidade e Lazer	105
Ambiente, Saúde e Segurança	56
Produção Alimentícia	21
Total Geral do Segmento	5.828

Ensino Superior e Pós-Graduação	
Engenharia	209
Administração	163
Letras	143
Nutrição	15
Enfermagem	15
Serviço Social	14
Ciências Contábeis	8
Total Geral do Segmento	567
Total Geral de Todos os Segmentos	31.418

FONTE: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEARÁ - CIPP - 2012/2014; FIEC, 2012

Fonte: Assembleia Legislativa do Ceará, 2013.

À medida que avançava esses empreendimentos industriais a necessidade por trabalhadores aumentavam, e como vimos na figura acima, esses segmentos necessitavam ser preenchidos com essa quantidade de trabalhadores. Sendo assim, haverá uma grande demanda por empregos de formação superior e principalmente técnica.

Do ponto de vista puramente econômico, a realidade do ensino médio merece uma atenção especial. As taxas de escolarização, especialmente de Caucaia, não são satisfatórias e retratam uma situação a qual uma quantidade expressiva de jovens não está completando a educação básica. Nesse cenário, a formação em nível técnico e superior, o processo de aprendizagem e qualificação profissional e a produtividade do trabalho são negativamente afetadas (PACTO PELO PECÉM, 2011).

Mas para isso, também se deve ser melhorado a qualidade da escolarização do ensino médio, para que a produtividade do ensino superior e técnico seja garantida. Nesse caso o que precisa é de entidades que capacitem à faixa etária jovem, como alternativa mais viável e minimizando a importação de trabalhadores de outros Estados e países, antecipando conseqüente a capacitação dos indivíduos que deverão ser demandados frequentemente nos novos setores de trabalho.

Um mundo do trabalho reestruturado que contou com a eliminação de inúmeras profissões e incremento de outras voltadas aos valores de troca estabelecidos. Atualmente, um homem que não tem o trabalho somente como processo para sua “humanização”, mas um homem que é transformado pelo seu trabalho, desenvolvendo competências e potências antes ocultas.

A nova máquina de trabalho, utilizada a partir do trabalho intelectual do operário e que também acaba por transferir seus atributos ao ser humano. Essa reestruturação do trabalho foi retroalimentada pela necessidade de uma força de trabalho complexa, multifuncional e sofisticada que se distancia da maneira arcaica, ocorrendo assim, um maior incremento de assalariados e de serviços, beneficiando a inclusão de jovens no mercado de trabalho, introduzido na era informacional, operando nas máquinas com a objetivação das atividades cerebrais.

A partir da consulta do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), percebemos que o baixo nível de escolaridade dos chefes de família no município de São Gonçalo do Amarante refletiu no pequeno crescimento da *renda per capita* municipal, que era representada por mais da metade do valor de 1 salário mínimo.

Esse exposto mostra que apesar do município ser favorecido pela infraestrutura do CIPP e da Capital do Estado, tem uma limitação no desenvolvimento econômico devido aos indices de analfabetismo e a desqualificação profissional de muitos trabalhadores locais.

Nesse sentido, a educação torna-se urgente quando se observa esse caso, principalmente dos jovens em busca do primeiro emprego e que para isso requerem elevação na escolaridade e menos ociosidades, para garantir sucesso no processo de modernização produtiva e a falta de pessoas capacitadas é um dos grandes problemas existentes (O POVO, 12/02/2006).

Tabela 7 – Ocupação da população de 18 anos ou mais no município de São Gonçalo do Amarante.

Ocupação da população de 18 anos ou mais - São Gonçalo do Amarante - CE		
	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	53,83	59,99
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	10,59	8,25
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	21,09	41,50
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	21,68	54,95
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	11,35	39,44
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	79,95	45,27
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	95,28	89,20
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	98,50	98,31

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

O papel das Universidades e demais Instituições lutam pela criação de oportunidades para todos os cidadãos contando com o compromisso econômico e social como forma de aumentar as reservas de capital intelectual e profissionais qualificados e a constituição e manutenção das condições de vida.

Marone (2000 apud SILVA, 2010, p. 77) chama atenção para o fato de que as relações laborais impostas pelo Complexo por inteiro vão desde a construção do armazenamento na área portuária e a refrigeração dentro das embarcações as funções primárias como concerto de carga, operador portuário e empilhador e outras que exigem conhecimentos em tecnologia da informação.

Os governos federais e estaduais são os principais financiadores nessa manutenção por melhores oportunidades, como o lançamento do curso de Engenharia Metalúrgica na Universidade Federal do Ceará (UFC) desde 2006, com a vinda da CSP para nosso Estado, que prepara alunos para a siderurgia. O forte crescimento desses recursos possibilitaram mudanças nas aspirações dos jovens que saem do ensino médio com interesse antes não tido, e ao longo dos anos pôde-se notar a evolução nas oportunidades, apesar de continuar precário.

Conforme Paiva (1999 apud CRUZ et al, 2013, p. 3), “novos requisitos de qualificação são demandados aos trabalhadores frente à intensificação do debate

sobre a reestruturação produtiva industrial”. Temos nesse novo contexto a presença de dois lados no mercado de trabalho: de um lado, a elevação das taxas de emprego junto com novos postos de trabalho precarizadas, e do outro, nova organização das profissões marcadas pela qualificação em que a carreira profissional não é mais construída em longo prazo, e como citada anteriormente, o desemprego estrutural acaba sendo inevitável.

A discussão central em torno da adequação da força de trabalho a essa reestruturação, a partir dos anos de 1990, sofre um deslocamento frente à retração do mercado de trabalho (excludente e fragmentado) e ao deslocamento do foco econômico-social para atividades fora do setor da indústria. (CRUZ et al, 2013, p. 3).

Temos hoje os efeitos da inovação tecnológica sobre o emprego resumido em aumento de produtividade e aumentos de rentabilidade das empresas por conta de maior rapidez na fabricação das matérias-primas, de modo a compensar os postos antes perdidos.

Estamos centrados atualmente numa busca por qualificação que não seja mais caracterizada pelos conhecimentos formais do setor, mas que envolvam habilidades profissionais com capacidade de abstração, concentração e exatidão. Para Ramos (2000 apud CRUZ et al, 2013, p. 3) “ocorre um processo de redimensionamento da qualificação pautada no modelo de competências, sendo esta uma importante ferramenta para a utilidade de reforçar a subsunção da Educação aos ditames do Capital”.

A escolarização agora posta para todos os trabalhadores é uma que faz jus ao chão da fábrica, sendo valorizada a base da qualificação profissional. Diferente da estrutura anterior para qual tinha a qualificação do trabalhador independente da sua trajetória escolar, e na sua nova estrutura é através das habilidades intelectuais e do domínio de conhecimentos fará a base da esfera capitalista.

4. MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO: O ENSINO TÉCNICO COMO ALTERNATIVA.

A estrutura de organização do trabalho não permanece a mesma ao longo do tempo: aperfeiçoa suas técnicas de modo que surjam novas habilidades em que os conhecimentos sobre a dominação da natureza sejam ampliados. Descubrem-se novos objetos, e não tendo somente a mão como um dos pontos de partida para o homem transformar a natureza, mas a entrada do maquinário na realização do trabalho.

Segundo Santos (1996) a natureza artificializada criada pelo homem quando ele inicia a mecanização do Planeta marca o processo de tecnociência e nesse novo meio do cientificismo, temos comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos. O espaço se globaliza e a esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo e o meio geográfico antes tido como “meio natural” e “meio técnico”, é hoje chamado de “meio técnico-científico”.

Com o processo de globalização, temos o início de uma nova fase histórica, em que é marcada a multinacionalização das firmas, a internacionalização da produção e dos produtos, novas características da economia na vida social, grande revolução da informação e progressos na informática que levam a uma nova modernização das atividades e modalidades de produção, aumentando a necessidade de aparatos técnicos ao homem com as formas produtivas impostas atualmente.

Engels (2012) ao explicar sobre a apropriação da natureza, afirma que é por meio do trabalho que o homem tanto modifica a natureza como a si mesmo, aperfeiçoando suas mãos, linguagem e cérebro. Temos formulações iniciais sobre o pensamento de trabalho e como sujeitos emergidos dessa atividade, somos históricos, sucumbidos pelo olhar da prática socialista e pelo pós-industrial.

Antes do surgimento das classes sociais – burgueses e proletários – admitimos como a intermediação do ser humano com a natureza para garantir a sobrevivência, é uma necessidade natural da vida social. Entretanto, a segmentação estabelecida pelo mercado de trabalho contemporâneo e as transformações econômicas levou-se a ter heterogeneização na esfera do trabalho e assim passou-se a apresentar a busca por renda e qualificação profissional, ganhando critérios de identidade culturais e políticas nos interesses do modelo capitalista.

Thomaz Jr. (2007) afirma que nunca se trabalhou tanto como atualmente, contando conseqüentemente com a sua intensificação, superexploração que não se limita a estrutura da fábrica ou as modalidades de trabalho, nem ao gênero e nem a idade, além da desregulamentação dos direitos trabalhistas. Dando continuidade as suas reflexões, o mesmo adverte para a flexibilização dos trabalhadores com suas especializações das técnicas de produção, compreendendo como o movimento do trabalho sugere condições laborais e prático-ideológicas distintas.

Sabe-se que a condição fundamental para que o capitalismo pudesse ocorrer seria apropriando-se de maneira privada dos instrumentos do meio de produção, assim como ocorreu na constituição da força de trabalho no Brasil. Temos no primórdio as modalidades autônomas e de subsistência, mas que com o modo de produção capitalista precisou-se privar o acesso à terra dos “homens livres” para que ele obedecesse a partir de então as regras da sociedade capitalista de produção.

A abolição da escravatura nunca ocorreu de fato, ela aparece como intenção da elite em transformar o escravo como responsável por sua reprodução, marcando a formação social brasileira. A Lei de Terras de 1850 e a proibição do tráfico de escravos foram essenciais para a “[...] explosão de uma população para o capital”. (OLIVEIRA, 1977, p. 28), transformando o trabalhador em mercadoria, vendendo sua força de trabalho financiando sua própria reprodução.

Alguns desses trabalhadores não puderam mais ser absorvidos, chegando num momento que somente a força braçal não era suficiente, exigia-se virtude “técnica” (OLIVEIRA, 1977 apud FRANCA, 2017, p. 69), sendo assim que as regiões Sul e Sudeste a partir de 1880 preenchem essa lacuna com a imigração branca. Mas a consolidação da força de trabalho no Brasil só se deu realmente pós-1930, “[...] acompanhando o ritmo de expansão do capital”. (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Naquele momento se deu a passagem do modelo econômico de base agrário-exportadora para um novo modelo de acumulação, então de base urbano-industrial. Nesse sentido, o Estado desempenhou um papel essencial ao institucionalizar a regulamentação das leis trabalhistas, intermediando a relação capital x trabalho. (FRANCA, 2017, p. 70)

A partir disso, definem-se novas condições de trabalho, seja em relação à quantidade de horas a serem cumpridas, como a repartição das tarefas tanto dos

homens quanto das mulheres. Os operários entraram no processo de legalização, a fixação do salário-mínimo no ano de 1940 e a aprovação da CLT⁹ em 1943, além de todas as instâncias burocráticas do Estado.

Para os capitalistas, a generalização de direitos sociais foi um alívio, no sentido de que estabelecia limites entre eles, e entre estes e os trabalhadores, limitando a mínimos vitais a remuneração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013; BARBOSA, 2003 apud FRANÇA, 2017, pp. 70-71).

Entretanto, mostra-se outro lado ocasionado com o trabalho formal que é a expansão do mercado de trabalho informal, pois não era todo trabalhador que estava apto a ter a regulamentação trabalhista, propiciando milhares de ocupações informais. A própria instabilidade da economia agravou esses problemas, tendo assim, o crescimento do desemprego devido ao aumento da formalização do trabalho assalariado. De 1930 a 1970, o Brasil é marcado pela expansão econômica com o incremento desses dois tipos de ocupações, e que com a Crise da Dívida externa em 1980, deu-se início ao fraco dinamismo na economia nacional. Com o a redução do trabalho formal gerou-se conseqüentemente outras oportunidades de ocupação não assalariadas: à auto-ocupação.

A ideologia “desenvolvimentista” reproduz essa estrutura produtiva desigual, com formas modernas do lado de formas atrasadas. A industrialização ao passo que gera empregos nos setores modernos, também enseja fenômenos de exclusão, incapazes de serem inclusos em mercados organizados. Mas nos anos de 1980, incorpora-se uma nova dimensão do setor informal, não sendo aquele como traço a associação do segmento à pobreza e precariedade.

a) o setor deve ser relacionado com a forma de participação dos indivíduos na produção; b) o setor deve ser entendido como uma forma de organização dinâmica que se insere e se molda aos movimentos da produção capitalista, tornando-se flexível e permeável, e adaptando-se às condições gerais da economia; c) a associação entre pobreza e o setor informal é prejudicada pela heterogeneidade do setor; e d) a facilidade de entrada não é condição geral das atividades não capitalistas, as barreiras à entrada podem ser significativas (SOUZA, 1980a; CACCIAMALI, 1983 apud BRAGA, 2016, p. 6).

Esse setor não deve ser marcado como locais que não cumprem a legislação, tendo em vista está apenas intrinsecamente ligado à necessidade de

⁹ Consolidação das Leis Trabalhistas, sobre o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, regulamenta as relações de trabalho no urbano e no rural.

meios necessários para a sobrevivência e obtenção de renda familiar, também composto por grupos diferentes de categorias: os proprietários (o pequeno empregador) e os “empregados”.

A flexibilização da legislação trabalhista, objetiva a autonomia privada com a busca de saídas para a crise do capital sob a hegemonia neoliberal ocorrida efetivamente a partir da década de 1990, adotada por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Levando em consideração o receituário neoliberal, a palavra-chave para o governo FHC foi flexibilizar: “[...] contratação flexível, jornada flexível e remuneração flexível”. Assim, não caberia mais, ao Estado regular o mercado, e nem, nesse sentido, a relação capital x trabalho, mas deveria sim favorecer a “livre negociação”. (POCHMANN E BORGES, 2002, p. 9 apud FRANÇA, 2017, p. 72).

Segundo a análise de Singer (2012), nesse momento teve o fortalecimento do setor de serviços e também uma conjuntura favorável pelo “*boom de commodities*” atrelado ao governo do presidente Lula que se deu de 2003 a 2008, onde a América do Sul que localizam muitos exportadores de commodities - Bolívia, Brasil e o Peru - receberam um impulso significativo, obtendo maiores ganhos e diminuição da pobreza e da desigualdade.

A constituição da força de trabalho no Ceará não ocorre com a mesma especificidade, tendo-se dado em razão da presença do latifúndio e da mão forte do coronel, gerando concentração de pobreza para a população rural e que posteriormente foi transferida para o meio urbano. No período colonial, iniciado no século XVII, tinha-se o trabalhador ocupado na agricultura de subsistência e o artesanato.

No século XVIII, houve a multiplicação dos currais e grandes adoções de terra, constituindo o sistema de associação entre o proprietário e o vaqueiro. Nessa época de Capitania, o gado apresentava-se como meio mais viável proporcionar condições para alimentação de toda a população, e que de acordo com Silva (2002), para os colonos pobres seu maior anseio era conseguir ser fazendeiro.

As charqueadas significaram outro momento de desdobramento da Pecuária no Ceará, consistindo em oficinas instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú. (GIRÃO, 1995). Elas se desenvolveram antes de 1740, em Aracati, e a venda dessa matéria-prima industrialmente preparada conservada pelo

sal foi à alternativa mais eficaz diante dos prejuízos ocasionados com as longas viagens (GIRÃO, 2000).

Nessas atividades desempenhadas na Capitania do Ceará, era aproveitada a mão de obra escrava para serviços domésticos, na pecuária, na lavoura e principalmente na cana-de-açúcar, vinculadas a primeira metade do século XIX. Os escravos “[...] representavam força de trabalho sem limitações e capital conversível em dinheiro”. (SILVA, 2002, p. 65).

Já na segunda metade do século XIX, a expansão e exportação do algodão trouxeram transformações dando abertura para o processo de urbanização, com o surgimento das redes urbanas e as divisões regionais brasileiras. Nessa prática o fazendeiro era o intermediário e cobrava preços exorbitantes pelos produtos que revendia, fazendo com que o pequeno produtor trabalhasse cada vez mais intensamente.

Foi, portanto com origem na expansão da produção do algodão que o Ceará entrou na Divisão Internacional do Trabalho, o que ocorreu em virtude da desorganização das áreas produtoras de algodão estadunidense, com a Guerra de Secessão (1861-1864). (FRANÇA, 2017, p. 82).

Portanto, deu-se o declínio da produção algodoeira com a baixa do preço internacional por parte dos EUA, além das inúmeras estiagens no Ceará, repercutindo no movimento migratório para outros estados brasileiros e crescimento populacional para Fortaleza. Os sertanejos que buscaram a metrópole constituíram-se em mão-de-obra para melhorias urbanas da cidade; outra parte que se dirigiu a região Sudeste serviu de mão-de-obra para as indústrias implantadas nesta região. No caso de Fortaleza “caracterizava-se, e caracteriza-se, ainda hoje, como uma cidade terciária fortalecida por sua condição de capital e por sua vasta área de influência que extrapola os limites do Estado” (FRANÇA, 2017, pp. 86-87).

Amora e Costa (2015) consideram que no ano de 1980, após a institucionalização da Região Metropolitana de Fortaleza que se deu em 1973, a implantação de indústrias por meio de incentivos fiscais favoreceu a sua influência para os demais municípios a partir do processo de metropolização que se realiza, envolvendo atividade turística litorânea, especulação imobiliária diante do uso do solo e novos tipos de fluxos com fins de trabalho e estudo.

Após a explanação contextual, o mercado de trabalho foi um espaço que se modificou e modifica constantemente e que possui inúmeras formas de

compreendê-lo. Segundo Oliveira (2007, p. 2) “no sentido clássico o trabalho é um produto, no qual os trabalhadores são vendedores, os empregadores, compradores e os salários, o preço”. Seu funcionamento está atrelado à oferta e demanda dos postos de trabalho e que atraem em decorrência do nível salarial, sendo este fator conhecido como a variável estratégica de equilíbrio das relações de interesse do capital.

É necessário enfatizar que o mercado de trabalho está atrelado ao desempenho da economia de determinado local. Porter (2004 apud BRESCIANI et al., 2016, p. 2) coloca que “o desenvolvimento econômico de uma região ou país ocorre de forma rápida e cíclica, devido a fenômenos relacionados à globalização”, se colocado em questão que os setores econômicos precisam acompanhar essas mudanças para obterem competitividade, planejamento e organização para permanecerem no mercado.

Dentre os fatores responsáveis pela heterogeneidade dos segmentos de atividades profissionais, além da localização geográfica dos empregos e da mão-de-obra exigida, os graus de qualificação e as delimitações etárias multiplicam a competitividade de mercados de trabalhos que se justapõem.

A qualificação profissional nas organizações permite obter resultados para os indivíduos, para suas equipes de trabalho e também para as instituições. Essa qualificação pode ocorrer de diversas formas, desde a contratação de estagiários e pessoas em primeiro emprego até ações de capacitação, como treinamentos em serviço ou investimentos em cursos realizados dentro ou fora da organização. (MOURÃO, 2009, p. 3)

Oliveira (2007), nessa perspectiva, argumenta que as normas e as formas de capacitação, seleção e remuneração dos trabalhadores não seguem simplesmente a lógica da competência e do mercado. As empresas definem suas próprias regras e práticas de como preparar os trabalhadores para os postos, como pagá-los, atribuir-lhes funções, e suas promoções internas.

Ramos (2002 apud NETO & CRUZ, 2011, p. 7) afirma que “o conceito de qualificação enquanto dimensão social permite estabelecer uma relação dialética entre os saberes e a configuração da divisão social e técnica do trabalho”, essencial para entender o contexto de flexibilização da produção e reestruturação produtiva, que emergiu a necessidade em adquirir competências no setor prático do trabalhador.

Com a reestruturação produtiva, têm-se agora um desenvolvimento assegurado pela educação que é colocado no mundo moderno com o papel de preparação dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que se proliferam trabalhos temporários, as empresas também aumentam a demanda por trabalhadores mais qualificados, que saibam lidar com as novas tecnologias.

É assim que temos mudanças nos processos educativos com o intuito da formação de um novo perfil de trabalhador. Temos como consequência deste modelo econômico a descartabilidade da mão-de-obra com idade superior a 40 anos, tendo encontrado como saída à implementação de políticas públicas direcionadas a juventude assegurando a futura inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a partir dos anos 90, formação profissional é tida como papel de destaque nos acordos e convenções coletivas entre os trabalhadores e empregadores. É preciso promover essas articulações entre educação e trabalho com demanda relacionada à garantia de emprego, remuneração adequada, organização dos trabalhadores por local de trabalho e políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento social do país.

Constata-se que a condição econômica define a forma de inserção no mercado de trabalho. A proporção elevada de jovens sob condições de casamento ou maternidade, afazeres domésticos, situação de residência rural (a entrada na escola mais tardia) e a busca de emprego que se dá antes da conclusão do período letivo leva-os a serem excluídos por aqueles que postergaram a entrada no mercado de trabalho pelo aumento da escolaridade.

Entretanto, o prolongamento da escolaridade pode ser entendido de duas maneiras: uma forma de reduzir o déficit educacional e melhorando as condições futuras. Por outro, a presença do discurso ainda permeado por muitos de que postergar a entrada no mercado de trabalho também tem custos, tendo em vista que ter experiência de trabalho é mais importante que a escolaridade. Rocha (2007, p. 8) diante disso argumenta que, “para um determinado nível de qualificação, o rendimento do trabalho dos jovens é mais baixo que o dos não-jovens, já que um determinante importante do rendimento do trabalho é a experiência do trabalhador”, assim como “o mercado de trabalho tende a se especializar [...], e é bem mais difícil a inserção do mercado de trabalho de um jovem pouco escolarizado” (p. 10).

Muitas vezes, a passagem pela educação básica é o único momento de adquirir conhecimentos mínimos demandados pelo mercado de trabalho, e quando

é feita restrição ao conhecimento escolar amplia-se a desigualdade social, cabendo destacar a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/ 2017), reestruturando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa *o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.* (CF, art. 205).

A metodologia de reprodução qualificação na educação básica encontrou uma forma para propagar a ideia do desenvolvimento da educação para competitividade, ajustando e alinhando o conhecimento a habilidades e competências de forma prioritariamente na sua dimensão econômica, sendo agora o objetivo das instituições municipais, estaduais e federais.

Esse contexto leva o trabalhador a sempre estar se qualificando para poder ocupar uma vaga no mercado de trabalho. Tal discurso repercute até mesmo para ocupações simples que nada exigem além de conhecimentos básicos. Porém, é válido analisar essa condição de empregabilidade com um olhar crítico, pois não podemos mascarar as dificuldades existentes no mercado de trabalho, atribuindo ao indivíduo toda a responsabilidade por sua inserção no mercado e embora seja inquestionável o aumento do nível de escolarização dos jovens trabalhadores brasileiros, este não é suficiente para assegurar-lhes a obtenção de um emprego. (POCHMANN, 2001; 2008).

Essas “Escolas Politécnicas”, como coloca o autor Moisey M. Pistrak (2013) servem para manter a união entre o trabalho produtivo pago com o desenvolvimento intelectual, que serve para elevar “a classe operária a um nível mais alto do que aquele que ocupa as classes média e alta da sociedade” (p. 20).

Marx teria “pensado essa escola técnica como uma escola da sociedade socialista e, conseqüentemente, não como uma escola do período de transição e, menos ainda, como uma escola da sociedade capitalista” (PISTRAK, 2013, p. 26).

É preciso enfatizar a ligação entre o caráter de classe e o caráter socioeducativo do trabalho socialmente produtivo do ser humano. Um dos tipos de trabalho socialmente produtivo é o que agora chamamos de trabalho socialmente necessário e que é, portanto uma das características de uma escola politécnica do período de transição. Por outro lado, a “politecnização” da nossa escola terá como resultado uma ampliação excepcional do seu trabalho socialmente necessário em várias ramificações.

[...] para traçar os caminhos e etapas do desenvolvimento da nossa escola até sua forma politécnica autêntica e completa, devemos entender as características do período de transição e considerar a sua política prática de criação da escola, que em termos gerais, são: “distinção entre cidade e campo; é a diferença entre regiões de cultura mais desenvolvida e mais atrasada em nosso país; é a inadaptação de nossas fábricas e usinas de toda a indústria em geral, de modo imediato, às tarefas da educação das crianças em idade escolar; por último, o programa para nosso futuro imediato, o plano da nossa construção, nosso plano quinquenal, o qual deve ter reflexo determinante e claro na escola e no trabalho dela”. (PISTRAK, 2013, p. 38)

No discurso de Saviani (2003), ele assinala que a escola politécnica agrega os aspectos pertencentes ao mundo do trabalho principalmente no que se refere à questão da qualificação profissional, procurando esclarecer como as inovações tecnológicas contribuíram para uma formação politécnica que propõe “a identificação de estratégias de formação humana com base nos modernos processos de trabalho” (RODRIGUES, p. 5, 2017). Diferente da educação profissional, a educação politécnica busca aprofundar a relação de uma sociedade sem classes, demandando que a formação politécnica seja o caminho natural do modo de produção capitalista.

Nas palavras de Pistrak, a escola politécnica possui diferentes matizes nas condições urbanas e no campo. O jovem camponês se comparado ao jovem urbano, está diretamente envolvido na produção juntamente com toda a família. Reside-se a razão de que a escola do campo é mais fácil e rápida de se tornar uma escola do trabalho do que as escolas urbanas (PISTRAK, 2013, p. 46). Essa é a contradição básica entre a cidade e o campo, pois a escola do campo poderá incluir diretamente os jovens no processo produtivo ainda dispondo da vantagem da proximidade em larga escala com a produção, e que se for introduzido todos os elementos do politecnismo (programas, métodos de trabalho, equipamento e tecnologia) então o campo poderá ter seu ritmo de desenvolvimento ao ritmo das escolas urbanas que de alguma forma podem estar a um passo atrás nesse contexto.

Qual o significado de tudo isso para a escola? A escola é uma das ferramentas da ditadura do proletariado, a escola é uma das alavancas com a ajuda da qual o Estado operário direciona conscientemente o processo histórico; e a escola no campo pode ser uma dessas alavancas com a ajuda da qual vai se acelerar o processo de industrialização e de coletivização do campo (Op. cit., p. 50).

A escola deve ser construída de modo a acelerar o processo de industrialização do campo e alterar o método existente para apoiar o processo de introdução de tratores, de máquinas, produtos químicos e da eletrificação do campo, todas as características de modernização. É preciso mostrar também a característica do politecnismo de região para região, e como o conteúdo de trabalho da escola e da educação politécnica são dessa maneira particulares, pois é impossível considerar que regiões com destaque em setores distintos, por exemplo, o mesmo ponto de partida para o conhecimento.

Na construção dessa fábrica moderna com o politecnismo, nunca que a sociedade socialista ou capitalista teve o intuito de organizar uma empresa, fábrica ou qualquer empreendimento industrial de modo que para além das funções aprendidas para serem destinadas na produção também satisfizesse os reais objetivos do ensino e da educação. O capitalismo continua tratando a força de trabalho como mercadoria, não transformando o chão da fábrica como lugar propício à formação educacional e intelectual dos jovens e adultos, sendo sujeitos determinados pelos processos de produção com alto nível de tecnologia reeducando os indivíduos a lógica da industrialização.

Já Saviani (1989) afirma que toda a organização escolar tem por fundamento a questão do trabalho. A escola deve ser entendida sobre a ótica de formação dos homens ao longo da história. Originalmente, ela era restrita a pequenas parcelas da humanidade, já que as funções intelectuais não eram designadas a todos.

Com a sociedade moderna desenvolvida a partir do capitalismo as técnicas de produção se revolucionaram, a sociedade medieval e feudal rompeu seus modos de trabalho. Inicia-se então, o processo de industrialização da agricultura e urbanização do campo (SAVIANI, 1989, p. 9-10), em que a forma urbana-industrial tende a ser mecanizada incorporando novas técnicas de produção industrial.

Com esse processo surge à necessidade de alfabetização, se colocando a universalização da escola, e assim a escola diz respeito ao trabalho intelectual, à cultura letrada, que nas sociedades anteriores era restrita a uma parcela de pessoas que precisava desenvolver esse trabalho.

Pode-se dizer que o currículo escolar desde a escola elementar é guiado pelo princípio básico do trabalho. O homem começa a transformar a natureza não mais individualmente, ou seja, o homem começa a transformar a natureza, ao mesmo tempo em que se relaciona com os outros homens (SAVIANI, 1989, p. 11). A escola

não precisa fazer referência direta ao trabalho, pois ela se constituiu basicamente como esse instrumento de incorporação ao trabalho pela sociedade. Porém, “agora trata-se de explicitar o modo como o trabalho se desenvolve e está organizado na sociedade moderna. Aí é que entra, então a questão da politecnicidade” (Op cit., p. 12-13).

A Politecnicidade caminha na superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. O Taylorismo permitiu fazer um estudo do tempo, entendendo que antes eram desempenhadas tarefas simples e cada trabalhador tinha que desenvolvê-la para contribuir na produção de determinado produto. Agora temos isso sistematizado e de forma parcelada: conhecimento que passa a ser um conjunto da propriedade privada dos donos dos meios de produção, dos seus representantes e dos trabalhadores intelectuais que são representantes dos donos dos processos produtivos (SAVIANI, 1989, pp. 13-14).

Adam Smith (apud SAVIANI, 1989) em sua frase “instrução para os trabalhadores têm que dominar aquele mínimo de conhecimento necessário para serem eficientes no processo produtivo, mas não devem ultrapassar este limite”, foi nesse quadro que se delineou a concepção de profissionalização: a concepção burguesa que fragmenta o trabalho em especialidades autônomas formando trabalhadores para executar com eficiência determinadas tarefas impostas pelo mercado de trabalho. Temos então, “o estabelecimento de um ensino profissional destinado àqueles que devem executar o trabalho, enquanto que o ensino científico-intelectual é destinado àqueles que devem conceber e controlar o processo” (Op. cit, p. 15), e assim nos encontramos em diversos tipos e níveis de especializações e instituições.

A Politecnicidade deve desenvolver de forma inseparável os aspectos manuais e intelectuais, pois não existe trabalho manual e intelectual puro, mas envolve-se a concomitância dos dois. É impossível o homem modificar a natureza sem fazer o exercício do seu intelecto para ajustar as suas necessidades.

A separação dessas funções é um produto histórico-social, separação esta que não é absoluta, é relativa. Essas formas se separam por um processo formal, abstrato, em que os elementos predominantemente manuais se sistematizam como tarefa de um determinado grupo da sociedade, enquanto que os elementos predominantemente intelectuais se sistematizam como tarefa específica de um outro grupo da sociedade. Temos então o que conhecemos por trabalhadores manuais, por profissões manuais. A

sistematização dessas tarefas manuais passa a definir de forma dominante essas profissões, mas não excluem a função intelectual. (SAVIANI, 1989, p. 15).

É interessante deixar claro que “Politecnia” significa “múltiplas técnicas”, porém ela não deve ser entendida como uma totalidade de técnicas fragmentadas. A proposta da profissionalização do ensino é realizar diferentes habilitações, modalidades e especialidades de trabalho, e assim se teria a escola com a designação da tarefa de formar diferentes jovens com especificidades distintas pelo mercado de trabalho. A noção de Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo do mundo moderno em que se encontramos. O Homem ao dominar esses fundamentos atinge sua essência e está apto a desenvolver as diferentes modalidades de trabalho: ele terá um desenvolvimento multilateral que irá poder dominar a amplitude das práticas produtivas, dado que tudo se baseia na Ciência.

A escola atualmente prepara para o trabalho dividido e específico e “não são os produtores que dominam os meios de produção, mas os meios de produção dominam os produtores” (PISTRAK, 2013, p. 77). Tem-se o ambiente escolar como um centro integrador técnico-cultural, um complexo tecnológico e social, que está refletindo a organização das especificidades do mundo capitalista, globalizado, moderno e ao meio-técnico-científico-informacional.

O sentido da escola, de alguma forma, ao longo das transformações econômicas da sociedade, veio também a obedecer ao princípio da regionalização, que a coloca como o complexo local de trabalho, no sentido de introduzir conhecimentos e experiências necessários para a participação dos jovens nos meios de produção. Esses espaços de formação foram evoluindo e dando origem a outros centros de capacitação, como Institutos Técnicos, ampliando as oportunidades para adentrar na racionalização do trabalho e a reeducação do operário que não teve essa vivência na ideologia do mercado de trabalho.

É importante entender que para de obter à capacitação é necessária à qualificação. A qualificação se refere à formação dos profissionais, ou seja, o meio que eles irão adquirir conhecimentos e habilidades para exercer sua profissão. Já a capacitação representa a preparação daquele profissional já qualificado. Como tal, a

qualificação dá a base ao profissional pra que ele se fosse e a capacitação é o seu crescimento contínuo de aprimoramento.

Entretanto, apesar de toda essa mudança no mundo do trabalho, a nova divisão sexual do trabalho continua sendo feita de forma desigual e as mulheres preferencialmente ainda são destinadas aos cargos com menores níveis de qualificação.

Além disso, a exclusão de pessoas com idade próxima de 40 anos e que ao serem excluídos dificilmente conseguirão reingressar no mercado de trabalho, ou seja, um mundo que tem recusado o trabalhador da cultura fordista e que é substituído pelo trabalhador polivalente e multifuncional da era toyotista. Temos um trabalhador que mundializou-se com sua mescla dimensão local, regional, nacional e internacional, dispostos a nova noção contemporânea de trabalho. Uma estruturação da educação escolar que não foi ocasionada por conta das lacunas deixadas pelo trabalho, mas uma reconversão do emprego à condição de um trabalho emancipador e livre como meio de realização para o operário.

5. A ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE) NA POTENCIALIDADE PROFISSIONAL DOS JOVENS DIANTE DA DEMANDA DO SETOR PRODUTIVO DE PECÉM.

A discussão acerca da necessidade de qualificação do trabalhador para o universo do capital, não é algo novo, embora se intensifique na atualidade em virtude do próprio avanço tecnológico nos setores de produção, em virtude do processo de reestruturação produtiva.

O caráter funcional da formação profissional é resultado da necessidade do atual modelo econômico e determinadas desde a revolução industrial iniciada nos países europeus. Estamos em um sistema econômico que tende a excluir os saberes humanísticos que não fazem parte da alta burguesia, e adentrando um ensino técnico e profissional que destina quase em exclusivo as classes populares urbanas ou às classes rurais (ROCHA, 1987).

A modernização dos setores exigiu uma aprendizagem direcionada a produção, que se deu pela implementação de tecnologias nas empresas brasileiras apoiadas pela introdução de novas máquinas, por vezes, desqualificando o trabalho braçal e exigindo qualificação específica para novos cargos, demandando outras habilidades, linguagens e maiores conhecimentos em níveis mais elevados e qualidades que facilitem o trabalho cooperativo.

Parece-nos assim que este ensino continua a apresentar uma grande importância funcional quando: prepara mão-de-obra especializada para os níveis intermediários da economia (Frietman, 1992; Iribarne, 1987; Munch, 1996); minimiza os processos negativos associados ao desemprego, ao insucesso escolar e à normalização do acesso ao ensino superior (Lesourne, 1988; Martins, 1999) e enquanto meio que continua a propiciar uma mobilidade profissional e social ascendente (GRÁCIO, 1986 apud MARTINS, PARDAL & DIAS, 2005, p. 8).

Portanto, as escolas de ensino básico ou ensino técnico profissionalizante foram estabelecidos com o intuito de assumir uma formação de trabalho com um princípio educativo, indissociável do cotidiano real das pessoas. A combinação entre escola e trabalho começa a se acentuar. O discurso predominante é o da empregabilidade, que é colocado sobre as pessoas, e em especial nos jovens.

A piora da renda das famílias num cenário de estreitamento das políticas públicas para faixas etárias superiores e da proteção social tende a impulsionar de forma mais intensa a procura de emprego por parte dos jovens brasileiros. As oportunidades de emprego que exigem qualificação e capacitação tendem a

umentar devido a função de a escola ter mudado: além de ensinar para a cidadania, ela está sendo construída de modo a acelerar o processo de formação a capacitação no trabalho.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho). (BASE NACIONAL CURRICULAR, 2017, p. 15)

A sociedade capitalista coloca para si a tarefa de construir a organização de alguma empresa, fábrica, usina, central elétrica ou mina, de modo que pudessem, para além das funções de produção para as quais foram destinadas diretamente, satisfazer também os objetivos do ensino e da educação da geração mais jovem (PISTRAK, 2009, p. 62).

Os cursos superiores de tecnologia no Brasil teve sua origem atrelada ao período desenvolvimentista, ou seja, atrelada a expansão da indústria brasileira ocasionada na segunda metade do século XX. A realização de planos e mudanças na educação coincidiu com esse período, tendo como principal marco a Reforma Universitária de 1968, que rompeu com as cátedras vitalícias e institucionalizou-se a carreira acadêmica.

O rápido avanço tecnológico do setor produtivo verificado no começo da década de 1960, desencadeado pela presença de corporações multinacionais que aqui vieram se instalar, atraídas pelas garantias oferecidas pelo governo brasileiro sob a forma de isenção de tributos e mão de obra barata, exigia profissionais com formação mais especializada e mais diretamente relacionados à resolução de problemas de natureza prático-operacional para atender às necessidades oriundas da modernização do conglomerado industrial”. (BARRETO; BARRETO, 2012, p. 7-8)

Portanto, as exigências do desenvolvimento nacional por mão-de-obra qualificada e as reivindicações dos jovens por um meio que os inserisse diretamente no mercado de trabalho culminou na criação de cursos superiores de tecnologia no país na iminência de se consolidar o processo de modernização dos setores de produção (PETEROSI, 1980).

A Lei Federal No 5.540/68, em seus Artigos 18 (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996) e 23 (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996) e seus parágrafos, consolidou a implantação dos cursos superiores de tecnologia no país.

Art. 18. Além dos cursos correspondentes a profissões reguladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face a peculiaridades do mercado de trabalho regional.

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

Os cursos passaram a ser ministrados em 1999, sob a denominação de CEFETCE- Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, com os primeiros cursos de Mecatrônica Industrial e Telemática. Nos anos seguintes expandiu a oferta de cursos superiores, inclusive nas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), criadas durante o governo José Jarney, por meio da implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), em julho de 1986, para atender vários pólos geoeconômicos dos Estados com cursos técnicos em nível médio, na área industrial e de serviços, de acordo com as necessidades regionais.

As criações destes Institutos Federais atuam em relação à Educação Profissional e Tecnológica – EPT voltado ao contexto ideológico do Estado como reprodutor dos valores das classes dominantes. São responsáveis no processo educativo com o papel de lidar como conhecimento científico-tecnológico, articulando ao mesmo tempo educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi¹⁰, sendo um representativo das políticas sociais que entrelaçam em seus princípios: cultura, trabalho, ciência e tecnologia.

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. (IFCE, 2015, p. 15)

Diante desse cenário, os IF's têm tomado para si a responsabilidade de fornecer base teórica e metodológica para a formação de trabalhadores, contribuindo com cursos que apontem para a possibilidade de uma formação integral, não no sentido de tempo preenchido durante o dia e nem somente aos aspectos técnicos e operacionais, mas no repasse de conhecimentos de natureza política, cultural, econômica e social.

¹⁰ Lei nº11. 892 de 29 de dezembro de 2008.

O diálogo dos Institutos é feito com base na realidade local e regional em que irá situar-se, contribuindo para os desafios socioeconômicos impostos. O desenvolvimento local e regional vem com políticas públicas que transpassam a demarcação regional e estabelecem vínculos com o global a partir do momento que é pensado os atores que dela fazem uso como os que são responsáveis por dar maior destaque ao país no contexto do capitalismo globalizado.

“Assim, o lugar passa a desempenhar um papel até então inédito em relação ao que vinha cumprindo, tornando-se um elemento proeminente do processo produtivo” (IFCE, 2015, p. 15). Nesse jogo, a globalização dá um novo significado ao valor de lugar e o lugar potencializa a globalização, onde os Institutos Federais são os espaços fundamentais para construção desse desenvolvimento, compreendendo a “educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos” (Op. cit., p. 16).

Percebem-se como os Institutos serviram como instrumentos de mudança da formação acadêmica e pessoal dos jovens, podendo definir rumos no qual seguir a partir de projetos locais que englobam o cotidiano das estruturas sociais, políticas e econômicas. Sua conduta é literalmente a vocação produtiva, a busca por fazer essa matriz local ser incrementada com novos saberes adequados a sua região de abrangência.

Entretanto, um dos desafios a ser enfrentado pelos institutos federais é de se tornarem espaços de referência do estar-junto, do coletivo, da troca de sentidos, enfim, de relações de negociações de sentidos que, se estendendo para além do espaço institucional, constituem o cerne de uma vivência mais democrática. Ao ver-se enquanto lugar de diálogo entre negociadores, cada Instituto amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural (IFCE, 2015, p. 17).

A concepção de identidade entendida pelos IF's é totalmente oposta àquela que se entende comumente. Vygotsky (1995 apud MARTINS; RABATINI, 2011, p. 5) diz que a identidade é produto da vida social, logo, da atividade social do homem. Sendo assim, o trabalho pode a partir das experiências nos redefinirem sobre a colocação de novos valores. Nessa concepção, a estrutura de operação de trabalho colocada como processo educativo propicia a mudança da conduta pessoal diante

das estruturas capitalistas impostas, em que essa atividade vital tornou imprescindível para a existência e reprodução humana. Amazarray et al. (2009, p. 2) afirma que “a escolha profissional, portanto, é formadora da identidade do jovem, o qual estrutura sua vida a partir dos compromissos ideológicos, pessoais e laborais que assume”.

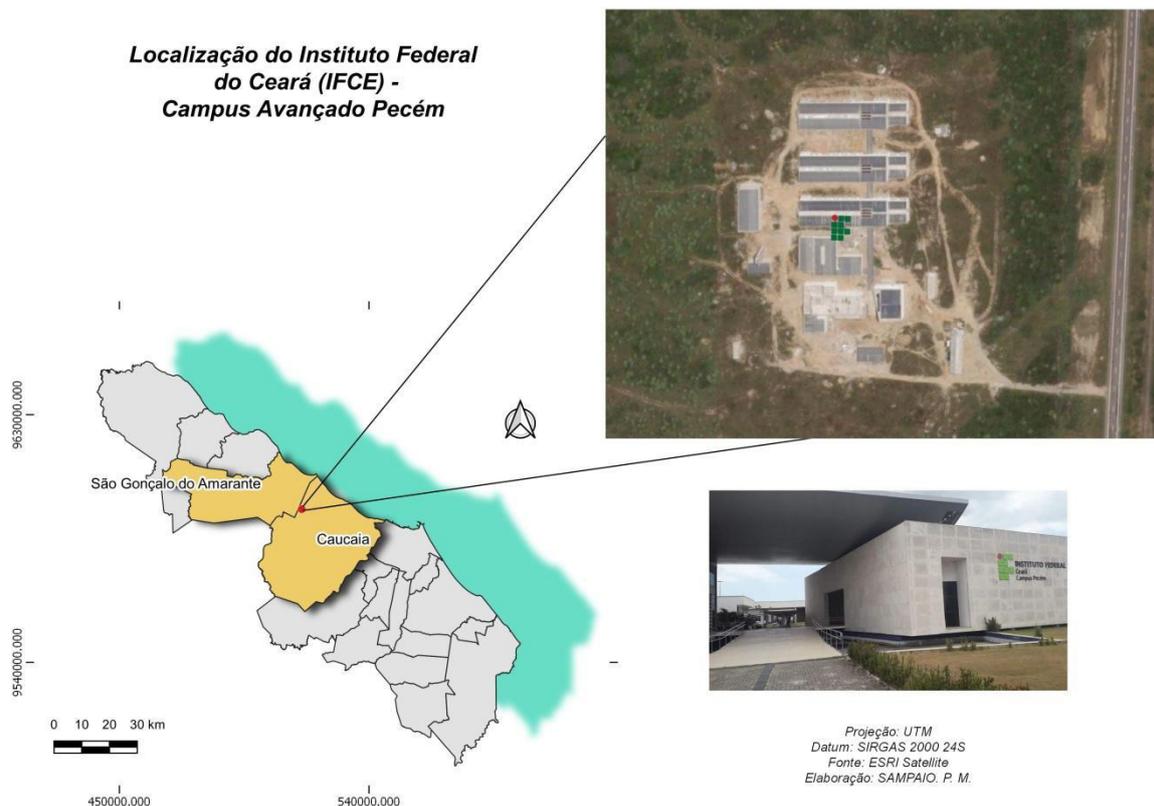
Temos um sujeito “agente e paciente da formação integral e sólida para o trabalho” (IFCE, 2015, p. 29), que compreende o mundo do trabalho como passível de constantes modificações, que não é estático, e nele há sempre a possibilidade de aprendizagem, tendo como dilema a formação continuada desse educando a medida que modalidades de trabalho evoluem e ficam mais complexas com o passar do tempo.

Os IF's possuem cursos de nível técnico, Educação de Jovens e Adultos na modalidade profissionalizante (PROEJA), cursos de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*), e diante de cada função desenvolve sua atuação produtiva. Como toda instituição, necessita de Recursos Financeiros – no caso desta, do Governo Federal – para garantir seu funcionamento e estar regulamentado pelo Sistema Educacional Nacional, Plano Nacional de Educação, Diretrizes básicas comuns, Sistema de avaliação de aprendizagem, Gestão democrática, Inovação Tecnológica, Orientação e acompanhamento pedagógico e administrativo, Integração e comunicação com a família, escola e sociedade, estrutura física adequada e avaliação do aprendizado do aluno (RÔÇAS; ANJOS. 2018).

Cada agente desse atua de forma específica dependendo do contexto em que o Instituto está situado. No caso da Unidade situada no distrito de Pecém (Figura 6), no município de São Gonçalo do Amarante – CE, todos agem em prol da capacitação de jovens para os setores de trabalho do CIPP com o qual tem atividades em parceria, com a disponibilização de cursos técnicos e também espaço de integração de Jovens Aprendizes no seu período de treinamento na empresa.

Há um grande potencial de estabelecimento de parcerias com empresas da região para oferta de cursos e realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Empresas como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Energia Pecém, Aeris, Wobben, entre outras, estão em contato permanente com o IFCE, por meio da AECIPP (Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém), com quem o IFCE possui atividades realizadas em parceria. (IFCE, 2018, p. 20)

Figura 6 – Localização do Instituto Federal do Ceará – Campus Avançado Pecém.



Fonte: SAMPAIO, 2020.

Os institutos federais tem a finalidade de buscar alinhamento com os arranjos produtivos e culturais locais. Por isso, o campus avançado do Pecém, inserido na Região Metropolitana de Fortaleza, teve sua instalação devido à relação forte com a indústria. O IFCE atende a RMF pela presença de 4 campus, localizados nos municípios de Fortaleza, Paracuru e Caucaia (Campus Caucaia e Campus Avançado do Pecém).

Por conta da pouca infraestrutura encontrada nestes municípios, no que diz respeito a escolas, hospitais, shoppings, empreendimentos residenciais, entre outros, atualmente 60% da mão de obra do CIPP reside em Fortaleza. Contudo, aproximadamente 80% dos estudantes que atualmente frequentam o campus Avançado do Pecém residem a até 30 km de distância do campus, o que torna o campus um potencial fornecedor de mão de obra para estas empresas. (IFCE, 2018, p. 26).

O campus do Pecém foi inaugurado no dia 28 de novembro de 2015, por meio da Portaria nº 378/MEC de 09 de maio de 2016, iniciando suas atividades com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Foram iniciadas suas atividades junto à Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Aecipp), a qual é responsável por fortalecer a atuação técnica da instituição e o

contato do IFCE com o segmento empresarial da região e essa parceria com a Aecipp representou um grande salto para o segmento industrial do Ceará.

Segundo a Revista IFCE (2018), a Aecipp desenvolveu um estudo na região, no qual identificou a necessidade de capacitação em níveis básico, técnico, superior e de pós-graduação. Nesse sentido, todos os cursos ofertados pelo IFCE nesses níveis de formação, alguns ainda não existentes, devem ser estabelecidos à relação da instituição com o mercado de trabalho.

“O IFCE é uma instituição de educação renomada no País e essa parceria com a Aecipp é importante para consolidar o atendimento às demandas por mão de obra no complexo do Pecém. É importante formar em cima da demanda e estamos buscando essa sinergia.” (Ricardo Parente, presidente da Aecipp, 2018).

O campus dialoga não só com as empresas e profissionais, mas com os estudantes da região para que eles entendam o fundamental papel do IFCE e as oportunidades que ele pode trazer para cada sujeito e o principal meio para isso se encontra nas palestras e atividades realizadas nas escolas e nas comunidades, a fim de que o maior número de estudantes possa ser beneficiado, reforçado pelo diálogo Marcel Ribeiro, diretor-geral do campus avançado do Pecém.

Em julho de 2017, o campus iniciou seus dois primeiros cursos técnicos: Eletromecânica e Automação Industrial, possibilitando a formação de cerca de 1200 pessoas por ano e acabando por atender trabalhadores de outros municípios da RMF (Caucaia, Paracuru, Maracanaú, Maranguape, Paraipaba, Fortaleza), como também alcançando outros de fora (Itapipoca e Pentecoste).

Atualmente conta com 13 cursos sendo ofertados nos quais são: Ajustador Mecânico; Almoxarife; Eletricista Predial; Eletricista Industrial; Soldador; Operador Industrial Eletromecânico; Operador de Processos Químicos Industriais; Controladores Lógicos Programáveis; Excel; Operador de Tratamento de Água e Efluentes; Língua Inglesa; Técnico em Eletromecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Química; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Automação Industrial. Estes cursos são ofertados durante o dia (manhã e tarde), e pleiteando as vagas disponíveis por ordem de chegada.

O município de São Gonçalo do Amarante (SGA), tem se destacado pela implantação do Complexo Portuário do Pecém e devido à presença de vastos ramos industriais necessitou-se a contratação de pessoas aptas a ocupar as vagas de trabalho. Nesse contexto, o investimento no processo educativo para preparação

dos trabalhadores levou ao desenvolvimento da classe jovem em busca de qualificação ocasionado pelo processo de produção industrial na região. Já Caucaia com a facilidade de transportes rodoviários e ferroviários, tornando-a atrativa do ponto de vista logístico “destaca-se pela função dormitório” (ACCIOLY, 2009, p. 136).

Desde o ano de 2015, o CIPP busca priorizar a capacitação e contratação de pessoas preferencialmente que residem no município de São Gonçalo do Amarante e Caucaia por conta da proximidade, ao passo que isso significa o tipo de curso que passará a ser ofertado na região. Foram ofertadas pelo IFCE Campus Avançado Pecém logo no ano de sua operação 1.120 vagas para ingresso em cursos e o Campus de Caucaia que abriu a primeira turma do curso técnico de logística no ano de 2017 devido ao expressivo potencial de colocação do setor no mercado de trabalho na área Portuária.

A forma de ingresso de quem deseja fazer alguns dos cursos técnicos ofertados pelo Instituto ocorre a partir da realização de uma prova com 20 questões, dividida entre Português e Matemática. Porém, no ano de 2018, devido à falta de recursos federais para impressão das provas, aderiu-se a forma de ingresso pela análise do histórico do ensino médio.

Os estudantes que frequentam o IFCE - Campus Avançado Pecém moram até 30 km de distância do local de ensino, chamando a atenção para ação estratégica que está sendo aproveitada ao máximo pelos mesmos. Isso é um dado positivo quando se percebe que a participação de indivíduos foi ampliada na procura por qualificação técnica, realidade que passou a mudar diante dos novos empreendimentos que se instalaram na região.

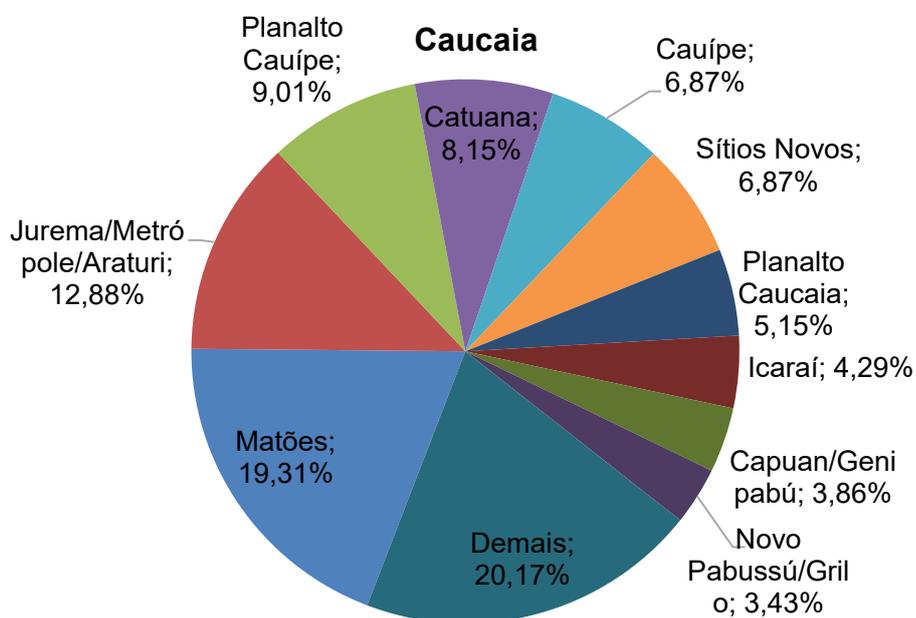
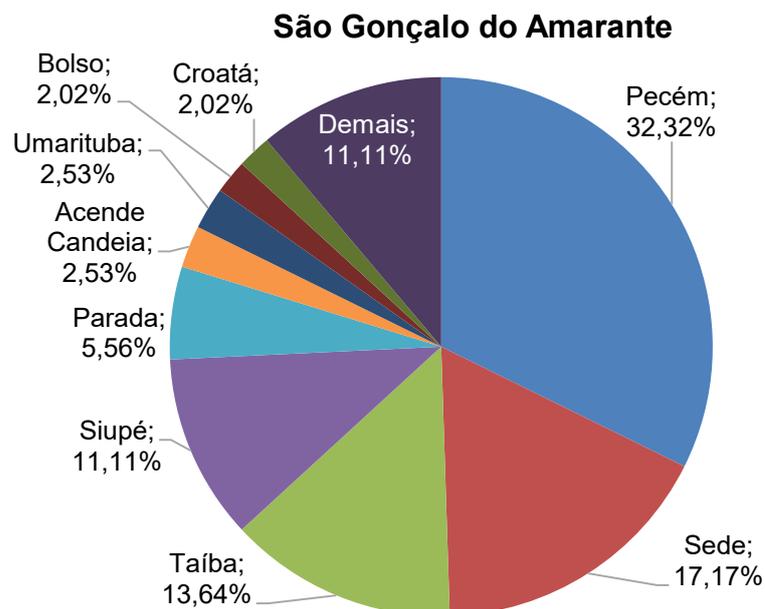
Figura 7 – Área de influência do CIPP.



Fonte: IFCE, 2018.

Tem-se maior destaque os residentes do próprio município englobando: Sede, Pecém, Taíba, Siupé, Parada, Acende Candeia, Umarituba, Croatá, Bolso e Demais; Caucaia também possui relevância abrangendo o Cauípe, Sítios Novos, Planalto Caucaia, Icaraí, Capuan/Genipabú, Novo Pabussú/Grilo, Jurema/Metrópole/Araturi, Matões e Demais.

Gráfico 2 – Localização dos estudantes matriculados no IFCE – Campus Avançado Pecém por município.

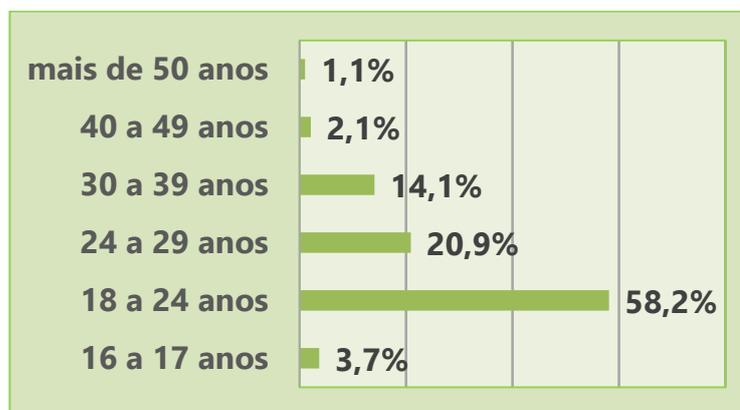


Elaboração: SAMPAIO, 2020.

O perfil do estudante que frequenta o Instituto vai entre 16 até 50 anos, predominando obviamente a faixa etária dos jovens. Diversos fatores influenciam isso, como o projeto de visitas guiadas de escolas de ensino médio da região como forma de incentivo ao ingresso nos cursos subsequentes, proporcionado que muitos jovens continuem no meio acadêmico. E como forma de aproximar mais ainda essas duas realidades, o IFCE está com a proposta de integralizar seus cursos, no

qual as formações técnicas específicas dadas pelas Escolas Profissionalizantes contidas no município de São Gonçalo do Amarante sejam feitas no campus dando maior aparato com professores qualificados, estruturas físicas para aulas práticas adequadas e encaminhamento para estágio na área que vai atuar.

Gráfico 3 - Perfil do estudante por faixa etária.



Elaboração: SAMPAIO, 2020.

O IFCE no intuito de fortalecer mais ainda com a relação com o mercado de trabalho passou a agregar a Lei da Aprendizagem em que determina que as empresas ofertem no mínimo 5% e no máximo 15% das suas vagas para jovens aprendizes que tenham de 14 a 24 anos e estejam frequentando a escola ou qualquer outra instituição de ensino.

E assim, possuem um cadastro no Juventude Web – plataforma disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – aprovada a partir da, de 13 de dezembro de 2007 é instituída a obrigatoriedade de inscrição das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, buscando promover a qualidade técnico-profissional dos programas e cursos de aprendizagem, em particular a sua qualidade pedagógica e efetividade social.

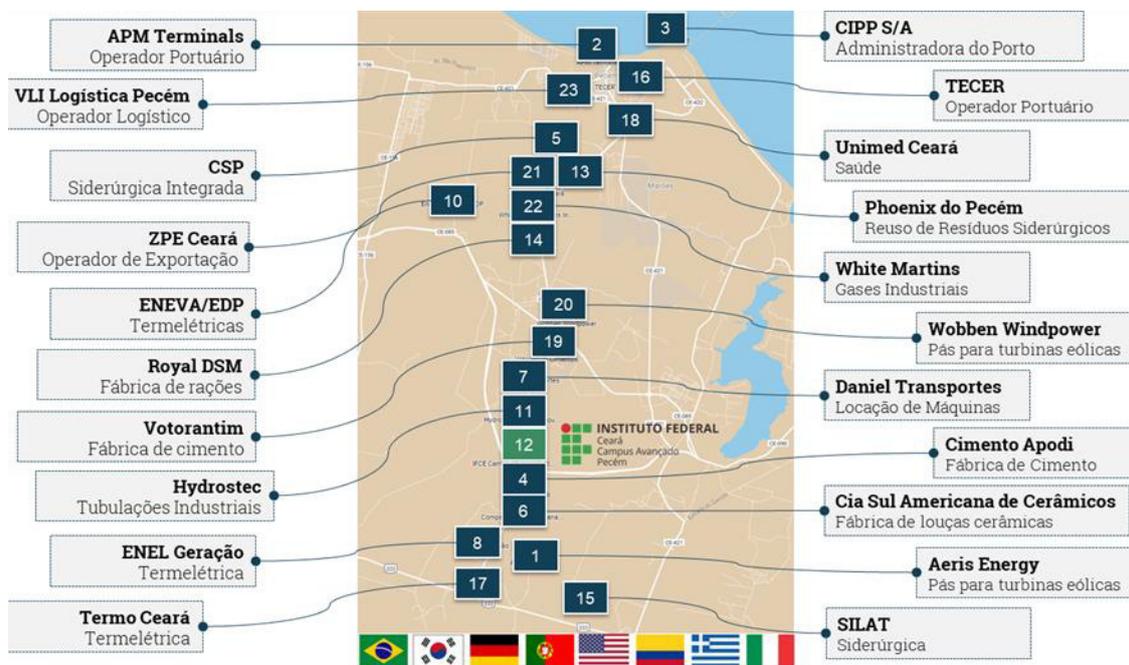
É interessante notar que esse é o único Instituto do Estado do Ceará a ter convênio com o programa Jovem Aprendiz e que o encaminhamento profissional na entidade acaba não se restringindo apenas ao Jovem Aprendiz, mas também abrange o sistema de Estágio (para estudantes acima de 24 anos) e o de Concludentes (procura por currículo pelas empresas) no qual é feito o mapeamento de competências e formações adquiridas pelos estudantes anteriores ao curso,

onde foi encaminhado cerca de 907 currículos para empresas do CIPP, com 473 estudantes já cadastrados no programa de estágio para as 15 empresas nas diversas áreas de atuação.

Dos estudantes que adentram o mercado profissional para adquirir experiência 80% a 90% é contratado. Em 2017.2, ano de conclusão da primeira turma de ingressos, dos 29 alunos concludentes, 28 foram efetivados e a outra aluna que completaria trancou o curso.

Segundo o Estudo de Potencialidades (2018), há um grande potencial estabelecido de parcerias com empresas da região para oferta de cursos e realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Empresas como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Energia Pecém, Aeris, Wobben e entre outras, estão em contato permanente com o IFCE por meio da AECIPP (Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém).

Figura 8 – Empresas integradas ao IFCE – Campus Avançado Pecém.



Fonte: Diretor do IFCE.

O Instituto não tem parceria exceto com o Daniel Transportes por não possuir curso relacionado à legislação e a Tecer que contrata do IFCE Caucaia no setor de logística. As de contato mais frequente são a ZPE (setor de Almoxarifado); APM

Terminals; EDP/ENEVA (setor de Operador); Votorantim (Técnico em Química); Phoenix (com maior peso de aprendizes) e Wobben (a partir do sistema CIEE).

Tabela 9 – Controle de encaminhamentos no ano de 2019.

EMPRESA	ENCAMINHADOS	CONTRATADOS
Aeris Energy	297	42
APM Terminals	107	3
Fornecedora Rental	101	5
Startall	84	10
CSP	58	1
EDP	33	1
ENEVA/EDP	29	10
VLI Logística	25	0
RHI Magnesita	22	4
Eneva	22	2
Wobben	20	0
Phoenix	17	0
Cimento Apodi	16	2
Hydrostec	7	2
White Martins	7	0
Total	845	82

Elaboração: SAMPAIO, 2020

A contratação para alguma dessas empresas não é somente por meio da formação em cursos subsequentes, mas através de cursos FIC, responsável pela qualificação profissional em específico para atender determinado setor escasso de trabalhadores qualificados para atividade e construídos a partir do Estudo de Potencialidade (oferta reavaliada semestralmente). O primeiro efetuado foi o de Operador Industrial Eletromecânico (Siderurgia) em 2018.2, e o segundo foi o de Operador de Termelétrica em 2019.2 devido uma demanda exigida pela empresa parceira EDP/ENEVA, sendo o primeiro ofertado de todo o Nordeste e contando com 400 horas de curso, 3 visitas técnicas à planta e 44 horas em palestras técnicas ministradas por técnicos das empresas.

Por meio de entrevista com o Diretor Marcel Ribeiro do Campus Avançado Pecém, uma análise foi feita após o tipo de currículo que era exigido pelas empresas que solicitavam trabalhadores quando necessário e era a partir do curso no qual o indivíduo obtinha formação. Segue assim, as profissões que mais

contratam em São Gonçalo do Amarante e assim os cursos que devem ser ofertados:

Tabela 8 – 20 profissões que mais contratam em São Gonçalo do Amarante – CE.

CBO 2002	Salário Médio Adm.	Admissão	Desligamento	Saldo
Soldador	2.437,69	637	796	-159
Mecânico de Manutenção de Máquinas	2.149,99	457	385	72
Técnico Mecânico	2.990,82	320	40	280
Montador de Máquinas	1.942,55	256	326	-70
Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	2.553,32	243	183	60
Encanador	2.224,13	240	353	-113
Instalador de Tubulações	2.305,36	189	208	-19
Técnico de Manutenção Elétrica	3.655,11	176	38	138
Funileiro Industrial	2.521,69	123	146	-23
Mestre (Construção Civil)	5.494,71	118	199	-81
Técnico em Segurança no Trabalho	2.835,20	111	179	-68
Técnico Eletricista	2.759,58	96	10	86
Operador de Ponte Rolante	2.044,19	91	25	66
Gerente Administrativo	8.204,92	77	111	-34
Técnico de Garantia da Qualidade	2.563,74	72	17	55
Operador de Exaustor (Coqueria)	4.494,55	55	7	48
Caldeireiro (Chapas de Cobre)	2.234,31	52	58	-6
Supervisor Administrativo	3.587,46	50	86	-36
Caldeireiro (Chapas de Ferro e aço)	1.940,35	48	65	-17
Operador de Escavadeira	1.979,45	44	63	-19

Elaboração: SAMPAIO, 2020.

Todo esse cenário apresentado faz com que se ampliem outros tipos de ofertas de curso, atendendo as demandas de formação em níveis superior, pensado já para o ano de 2020 a graduação de “Tecnologia em Mecatrônica Industrial” e cursos de Especialização. De acordo com o Estudo de Potencialidades feito pelo campus nos municípios de São Gonçalo do Amarante mostrou que essas modalidades são preferencia de mais de 50% da população consultada. O fato também que instiga essa alteração nos cursos é considerado devido o CIPP ter

contratado ultimamente mais profissionais com faixa salarial equivalente a de nível superior, ressaltando que por não ter bastante pessoas capacitadas na comunidade nessa modalidade e assim acaba provindo pessoas de outros lugares.

Para efetuar essa possibilidade de novas ações, o campus precisa alterar consequente a sua tipologia de campus avançado, pois sobre esse nível dificulta a articulação junto a comunidade e o recebimento de verbas governamentais para a ampliação de novas funções gratificadas, novos cargos de direção à gestão do campus e na estrutura física.

De acordo com a própria Portaria nº 1.291/2013/MEC é estabelecido que os campi avançados fossem destinados ao desenvolvimento de ações de educação profissional em ensino e extensão, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada. Assim, os campi avançados têm notoriamente mais dificuldade no desenvolvimento de ações de pesquisa, e tem sua atuação na extensão bastante limitada.

Por isso, evoluindo a etimologia do campus, será possível proporcionar maior desenvolvimento na educação profissional da região (Tabela 10), aumentando a taxa de matrícula semestralmente, fato este que é essencial para um Instituto que está instalado em um complexo industrial e portuário composto por várias empresas de elevado potencial de investimento.

Tabela 10 – Simulação do quantitativo de matrículas na tipologia IF Campus.

Cursos	Matrículas											
	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2022.2	2023.1	2023.2	2023.3
Técnico em Automação Industrial	35	70	105	140	140	140	140	140	140	140	140	140
Técnico em Eletromecânica	35	70	105	140	140	140	140	140	140	140	140	140
Técnico em Química					35	70	105	140	140	140	140	140
Técnico em Segurança do Trabalho					35	70	105	140	140	140	140	140
Técnico em Eletrotécnica					35	70	105	140	140	140	140	140

Tecnologia em Mecatrônica Industrial							35	70	105	140	175	210
Novo curso de Especialização							35	70	70	70	70	70
Cursos FIC (diversos)	241	283	236	289	350	300	300	300	300	300	300	300
Total de Matrículas por semestre	311	423	446	569	735	790	965	1140	1175	1210	1245	1280

Elaboração: SAMPAIO, 2020.

Dessa forma, os principais benefícios que poderão ser ofertados à comunidade serão: ampliação na quantidade de vagas nos cursos de educação profissional; manutenção da oferta de cursos FIC; Desenvolvimento de ações de pesquisas vinculadas a atividades de extensão; Possibilidade de arrecadação de recursos e prestação de serviços tecnológicos; maior autonomia administrativa; Possibilidade de ampliação e desenvolvimento de novos projetos ligados ao encaminhamento de egressos ao mercado de trabalho, bem como a integração destes ao setor produtivo, ainda durante a vigência do curso; e, por fim, atendimento biopsicossocial aos estudantes por meio da criação de setores como Assistência Estudantil, Enfermagem e de Psicologia, já existentes em outras unidades de Institutos Federais.

O país como um todo vive em meio a desigualdades, índices que incluem distribuição de renda, serviços à saúde, despesas com bens de consumo e principalmente, acesso à educação. O papel das universidades e demais instituições lutam pela criação de oportunidades para todos os cidadãos contando com o compromisso econômico e social como forma de aumentar as reservas de capital intelectual e profissionais qualificados e a constituição e manutenção das condições de vida.

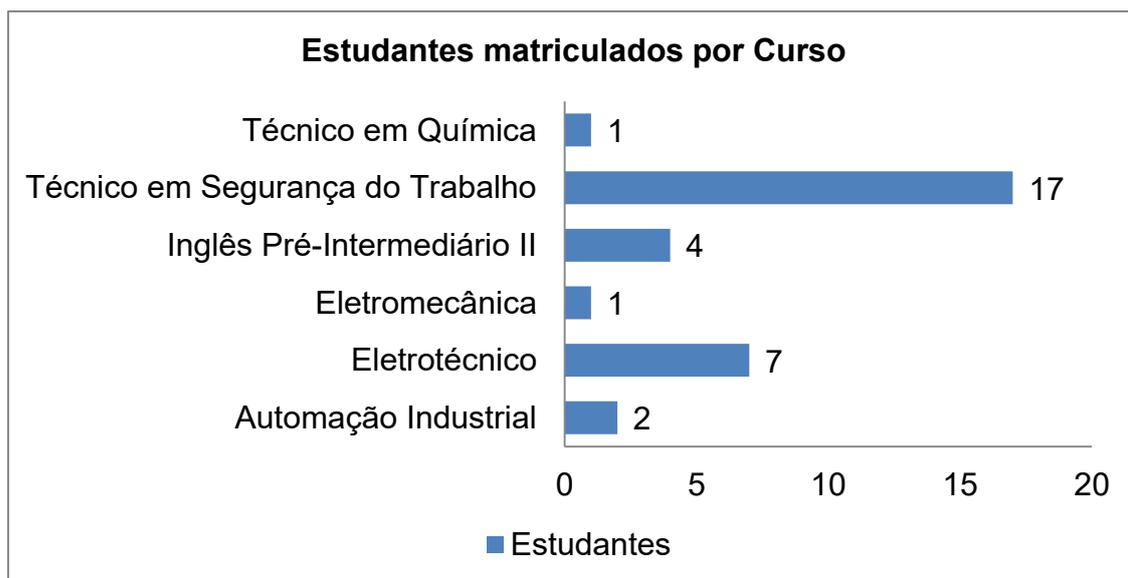
5.1. O OLHAR SOBRE O IFCE CAMPUS AVANÇADO PECÉM A PARTIR DA VIVÊNCIA

Foi realizada aplicação de questionários com 32 alunos matriculados nos cursos ofertados pelo Instituto no qual é objeto de estudo, e com 38 trabalhadores empregados no Complexo Portuário do Pecém.

Dos estudantes que responderam 10 estão entre a faixa de 17-19 anos; 15 entre 20-21 anos; 4 entre 23-24 anos; 2 entre 25-27 anos; e, apenas 1 na com 34 anos. Em relação à escolaridade 28 concluíram apenas possuem o ensino médio completo e seguiram direto para a capacitação em cursos técnicos. Dos outros 4, dois possuem superior completo e os outros dois em processo de andamento.

Nas respostas dadas, notados grande presença de maioria no Curso de Técnico em Segurança do Trabalho e em segundo lugar Eletrotécnico, ambas as áreas de bastante destaque no CIPP e que exigem capacitação.

Gráfico 4 – Distribuição de estudantes do IFCE – Campus Avançado Pecém por curso.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

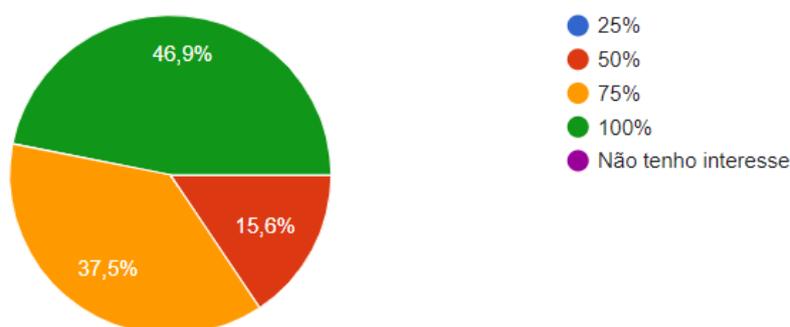
Na pergunta sobre “*Você pretende fazer outros cursos no IFCE – Campus Avançado do Pecém? (Se sim, qual(is)?)*”, os alunos matriculados no Técnico em Segurança do Trabalho desejavam cursar Inglês e os de Inglês ao contrário; os de

Eletrotécnica desejariam Automação e Eletromecânica pois acreditam ser o módulo avançado e que os tornará mais experientes na área e para subirem de cargo.

Sobre o que motivou a entrada no Instituto, todos estabeleceram praticamente um padrão: “formação para o mercado de trabalho”, “oportunidades no mercado de trabalho e destaque no currículo”, “para se especializar e ter oportunidade de emprego”, “a grande possibilidade de estágio e desenvolvimento”. Tiveram dois comentários muito interessantes, um colocado pelo estudante do Curso de Eletromecânica, de 19 anos, que afirma que o instituto “foi à oportunidade para empregar-me ligeiramente em indústrias” e outro de Eletrotécnica ao falar que possibilitou “entrar no mercado de trabalho”, de 34 anos.

Todos os entrevistados afirmaram querer continuar se capacitando na área que estava estudando e caso o Instituto ofertasse cursos de graduação ou especialização, e assim classificando a porcentagem de chances em cursar tais modalidades (Gráfico x). 15 (46,9%) estudantes responderam que as chances seriam de 100%; 12 (37,5%) estudantes disseram que 75% de chance; e, 5 (15,6%) estudantes afirmam chance de 50%.

Gráfico 5 – Porcentagem de interesse em matricular-se no Ensino Superior ou Especialização.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Na pergunta sobre qual empresa tinha implantada teriam interesse de trabalhar ou que já havia trabalhado, nenhum deles havia conseguido entrar, apenas participaram de entrevistas, e isso foi o que motivou a se capacitar antes de tentar novamente. Os entrevistados deram nomes de empresas, tais: Aeris Energy, CSP, Termelétrica, Votorantim e Wobben.

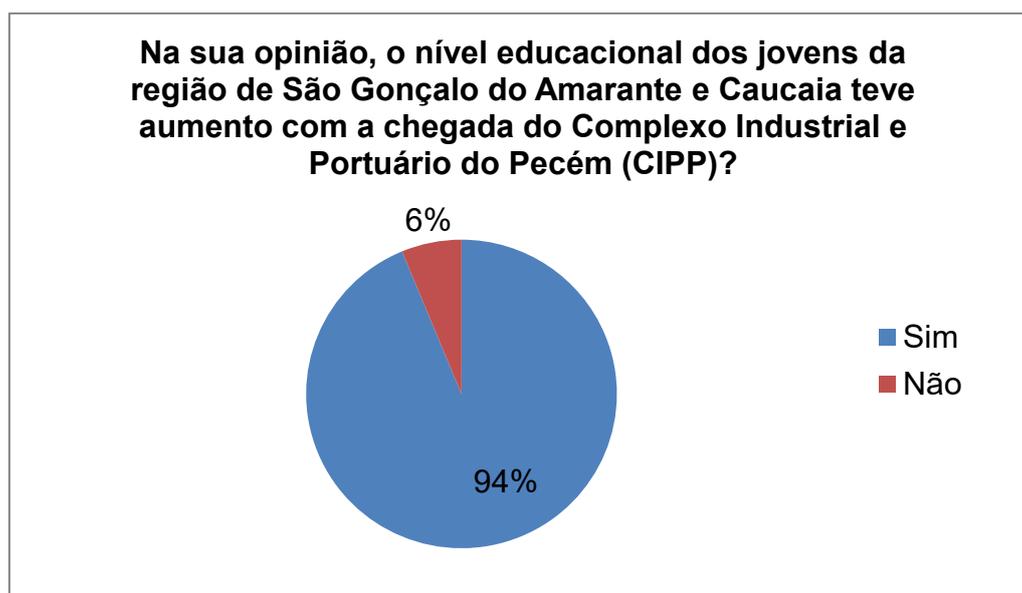
Todos foram indagados a refletir e dizer a qual a importância do IFCE – Campus Avançado Pecém, e as 32 pessoas deram explicações positivas, tais: “oferecer oportunidades para os jovens da região”, “ajuda na agregação aos estudos de forma qualitativa e gratuita”, “bom para capacitar pessoas para o Complexo industrial que temos na região”, “ajudam aos que terminam seus cursos a buscar vagas dentro do Complexo”, “qualificação profissional a população da região e oportunidades para o mercado local”, e as duas com mais ressalvas: “ele – o IFCE - oferece cursos de formação de nível técnico nos dando conhecimento científico. Com isso, temos a capacidade de disputar uma vaga de emprego” e “desenvolvimento para inúmeras pessoas que moram em localidades de difícil acesso, facilitando também o engajamento das mesmas em empresas do CIPP, gerando emprego e renda para a região”.

Sendo assim, na pergunta sobre qual a ligação das empresas instaladas no CIPP com o IFCE – Campus Avançado Pecém, descreveram o fato das visitas técnicas que são realizadas às empresas no decorrer do curso; as parcerias no encaminhando de estágio e a oferta de cursos demandados com urgência a partir da solicitação de alguma empresa quando ocorrer à ausência de profissionais capacitados em determinado setor, na elaboração de currículos e palestras, além de dá oportunidade para ingressarem no mercado de trabalho; e, as empresas do CIPP fazerem seus treinamentos de integração no Campus devido à estrutura física e as mesmas estarem a procura de novos jovens qualificados.

Na pergunta sobre o aumento do nível educacional que ocorreu com a instalação do CIPP, 30 alunos afirmaram que “Sim”, e apenas 2 responderam que “Não”, ou seja, que não percebeu nenhuma mudança. Convém aqui lembrar novamente sobre a intenção do apoio municipal em qualificar os jovens, como na tomada das primeiras iniciativas: criação do Centro Vocacional Técnico (CVTEC) em 1997 com uma formação tecnológica, a Escola Estadual de Educação Profissional Adelino Alcântara no ano de 2009, o IFCE – Campus Avançado Pecém em 2015 para encaminhando direto para as empresas do CIPP e, por último, outra Escola Estadual de Educação Profissional Walter Ramos de Araújo em 2017, preparando melhor os jovens para o mercado de trabalho através dos cursos técnicos em Administração, Comércio e Informática se ter a necessidade de uma estrutura maior para suportar a demanda de alunos.

Conta-se também com a contribuição do Governo Municipal na capacitação de jovens e adultos, através dos Núcleos de Tecnologia e Informação para o Desenvolvimento Sustentável (NUTEDS), instalados na sede do município e no distrito do Pecém para realização de cursos de qualificação e aperfeiçoamento na área de informática.

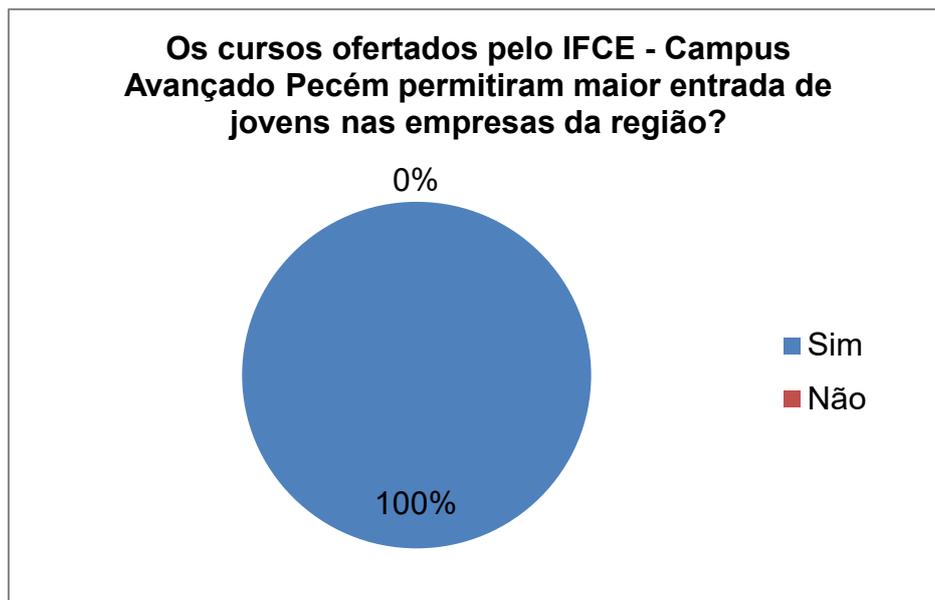
Gráfico 6 – Influência do CIPP no nível educacional dos jovens no município de São Gonçalo do Amarante.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Portanto, ao analisar somente o objeto de estudo foi confirmado por todos que o IFCE – Campus Avançado Pecém permitiu sim a entrada de jovens nas empresas da região e a diminuição de trabalhadores com faixa etária mais avançada e com experiência. O fato do encaminhamento dos jovens ocorreu com maior frequência após a finalização da construção civil da estrutura física das empresas, principalmente da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), em que as tarefas que dependiam da aptidão física no taylorismo-fordismo, agora no Toyotismo têm um contexto em que o trabalhador é chamado para pensar e tem como prioridade um conjunto de trabalho qualificado e participativo para obter-se intensa mais-valia.

Gráfico 7 – Influência do IFCE – Campus Avançado Pecém no ingresso de jovens no CIPP.

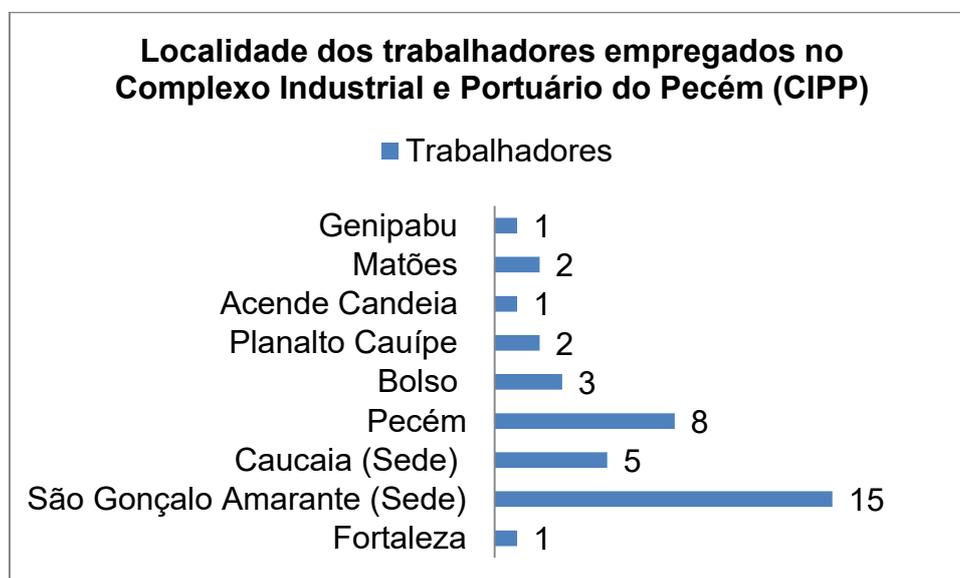


Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Muitos destes entrevistados falaram sobre seu objetivo profissional e pretensões futuras de qualificação, e pelas respostas percebemos que eles optaram pelo curso técnico para receberem uma boa remuneração – sendo o comentário mais destacado -, ingressar no mercado de trabalho com boa qualificação e muito conhecimento. Os estudantes da área de Técnico em Segurança do Trabalho foram os que mais ressaltaram querer continuar buscando qualificação, fazer um curso de graduação e posteriormente um mestrado, ganhar experiências na área para beneficiar a empresa e o próprio crescimento profissional; A aluna do Técnico em Química respondeu “pretendo me formar em segurança do trabalho, fazer uma graduação em Enfermagem, e uma especialização em enfermagem do trabalho para trabalhar nas empresas da região”. Os da área de Eletrotécnica desejam após de concluir o curso, fazer uma graduação em Matemática, e os de Eletromecânica e Automação Industrial responderam que pretendem apenas conseguir com o curso conseguir “um emprego na CSP”, “ser um eletricista capacitado”. E, por fim, os do curso de Inglês pretendem trabalhar na área de Gestão e Logística Portuária e cursar Letras/Inglês.

Já nos questionários realizados com os 38 trabalhadores, notamos que grande parte está concentrada na Sede do município de São Gonçalo do Amarante e no distrito do Pecém, evidenciando o fator da proximidade.

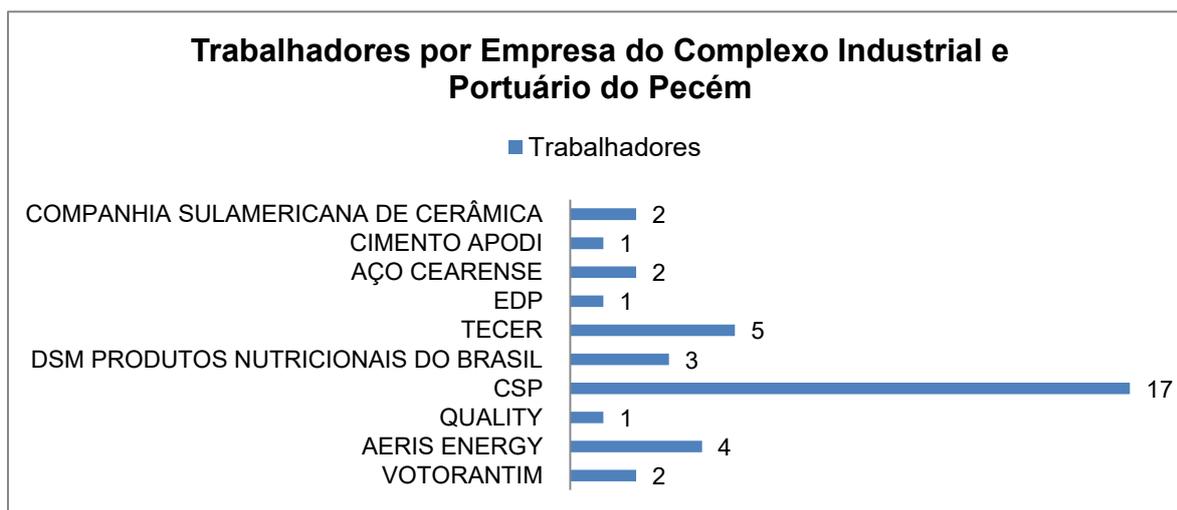
Gráfico 8 – Localidade dos trabalhadores entrevistados empregados no CIPP.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Dos que responderam ao formulário enviado, percebemos grande concentração na Companhia Siderúrgica do Pecém, composta por diversas empresas dentro da sua área de produção e assim maior a oportunidade de vagas de trabalho.

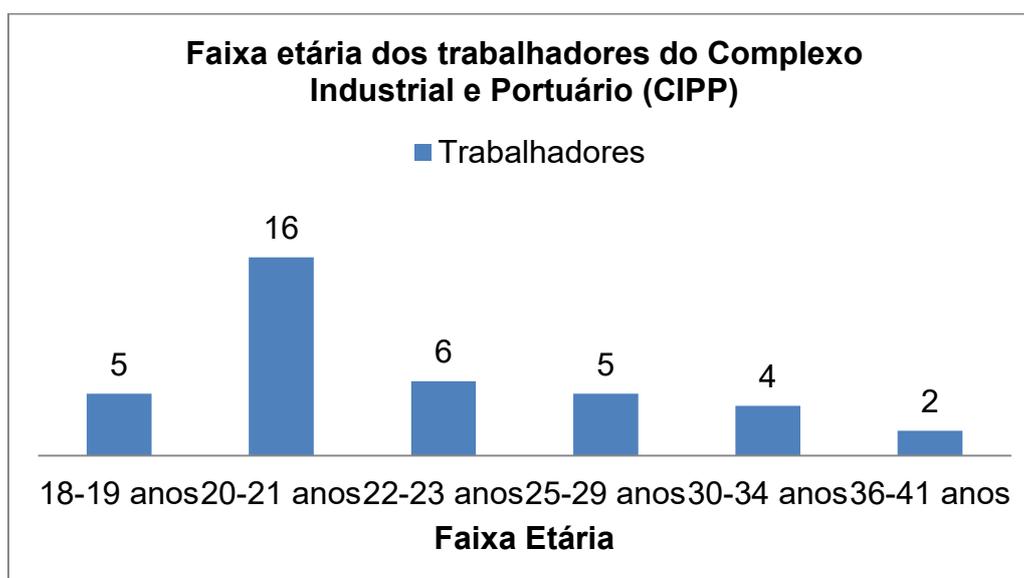
Gráfico 9 - Quantidade de trabalhadores entrevistados por empresa do Complexo Portuário do Pecém.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Sobre a faixa etária dos trabalhadores entrevistados, nota-se a predominância de jovens no mercado do trabalho. A forma de ingresso destes foi feita por meio do Programa Jovem Aprendiz, no qual 20 informaram ter sido desta forma e o restante através de análise do Currículo e oportunidade de Estágio.

Gráfico 10 – Faixa etária dos trabalhadores empregados no CIPP.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

No geral, os trabalhadores que fazem parte contratados pelo CIPP já fizeram ou ainda estão concluindo em processo de conclusão do curso técnico, após a

saída do ensino médio e outros seguiram adiante fazendo cursos superiores. Dos cursos feitos pelos trabalhadores, têm-se a presença, seguindo a ordem: Técnico em Eletromecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Automação Industrial, Técnico em Comércio, Técnico em Desenho de Construção Civil, Técnico em Administração, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Informática, Técnico em Edificações, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Química e Técnico em Enfermagem. Os que estão no Ensino Superior estão cursando Ciência da Computação e Contabilidade.

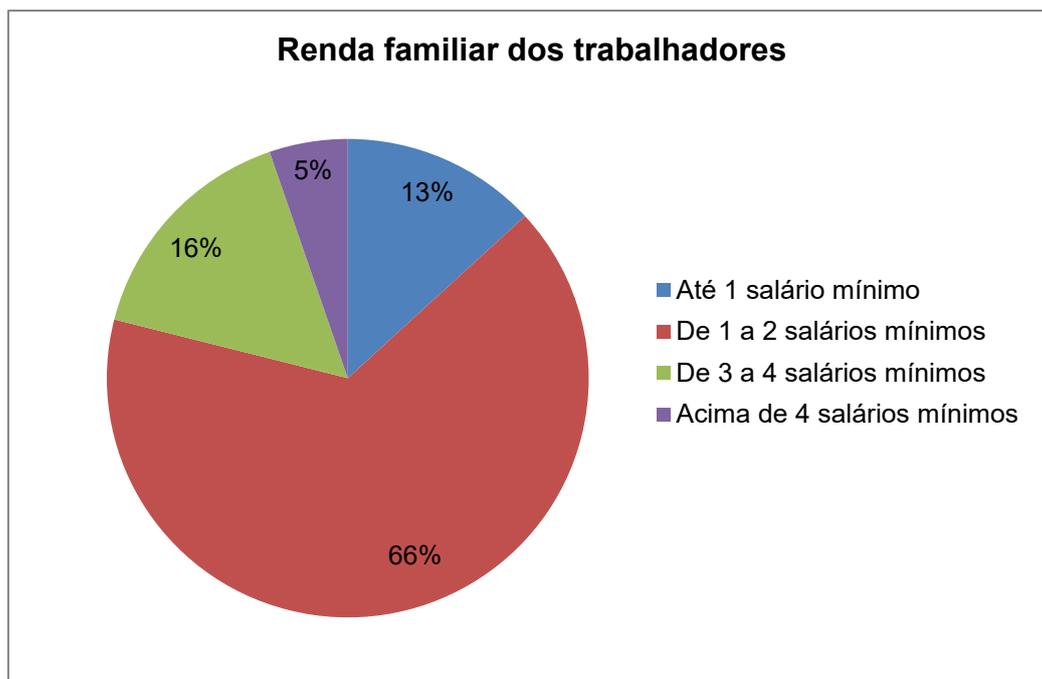
Gráfico 11 – Percentual de jovens que cursaram e não cursaram cursos técnicos.



Elaboração: SAMPAIO, 2020.

Dos trabalhadores entrevistados, apenas 5 recebem até um salário mínimo, estando entre a faixa etária de 19 a 20 anos; 25 recebem uma renda de 1 a 2 salários mínimos; 6 de 3 a 4 salários mínimos; e, apenas 2 acima de 4 salários mínimos, um de 31 anos já com Ensino Superior e Técnico em Eletrônica concluído e o outro de 21 anos formado em Técnico de Eletromecânica e fazendo Especialização.

Gráfico 12 – Renda média familiar dos trabalhadores empregados no CIPP.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Os principais motivos informados trabalhadores para entrada no mercado de trabalho foram seguiram por: sustento da família e estabilidade financeira, garantir independência financeira, construir uma carreira profissional e crescer no ramo com a experiência, trabalhar na área do curso técnico, ter um profissão e conseguir uma renda para que futuramente consiga cursar o Ensino Superior.

Para todos eles a Educação é essencial para o Trabalho, onde se dá o retorno para a qualidade do funcionário, para garantir pessoas preparadas no mercado de trabalho, abre as portas para o crescimento dentro da empresa, ter possibilidade de maior conhecimento e, de acordo com um dos que responderam “alguns fundamentos repassados em instituições de ensino funcionam no dia a dia do trabalho e a Educação nos propõe a socialização, conhecimento do meio em que vivemos, melhor comunicação e muito mais para desenvolver sua função com qualidade”.

Sobre a importância da qualificação profissional na vida do trabalhador, eles colocaram que “é o diferencial nas seletivas”, “ajuda a ingressar na empresa sabendo o que vai exercer”, “para garantir o emprego e nunca ficar para trás no conhecimento”, “sem uma qualificação se torna muito mais difícil conseguir um emprego”, “para as melhores oportunidades de trabalhos ou qualquer oportunidade você precisa está capacitado e se capacita com qualificação profissional”, “a

qualificação ajuda a ocupar cargos melhores”, “para crescer no mundo capitalista é necessário uma qualificação”. Um dos entrevistados deu um depoimento em relação a isso,

No meu caso, é fazer o que gosta , estou caminhando para 3° semestre de Ciências da Computação, além de cursos que faço por fora, acho que o conhecimento te faz ter aptidão para alcançar o que preciso então eu concilio minha vida pessoal, com a vida de estudos. (Sexo Feminino, 19 anos, Jovem Aprendiz).

As próprias empresas contribuem para as formações profissionais e acadêmicas dos ingressos agregando, por exemplo, o conhecimento que só era visto em sala de aula, contribui para o aprendizado prático, auxílio em programas que ajudam a desenvolver técnicas e os que estão tendo no primeiro emprego contaram que a convivência com as atividades de trabalho no dia a dia os fizera ter mais responsabilidade.

Por ser meu primeiro emprego, a convivência e atividades do dia a dia me tornam cada vez mais responsável, e profissional, sabendo lidar com imprevistos e demais ocasiões. Não só profissional, mas como pessoal também, trabalhar não só com outros, mais com você também, seu desempenho, esforço, resiliência. Treinar seus hábitos. (Sexo Masculino, 19 anos, Jovem Aprendiz).

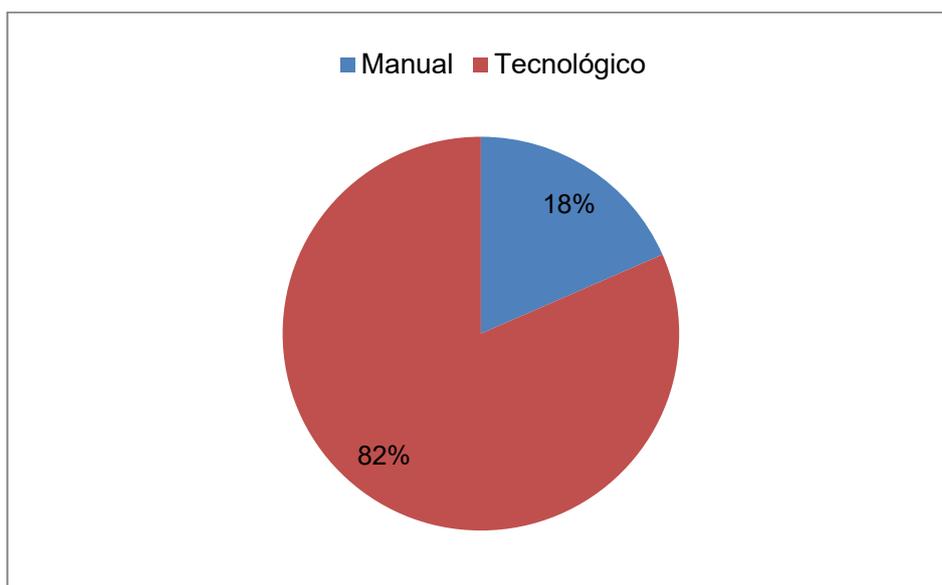
Na pergunta sobre “qual motivo faria ou faz você voltar a estudar?” a conclusão em que chegamos é que todos veem isso como forma de conseguir qualificação profissional, mais conhecimento, oportunidade de emprego e até buscar um emprego melhor do que já tem diante de estarmos em um meio competitivo, a necessidade de estar atualizado no mercado de trabalho e estar numa posição financeira mais confortável.

Sendo assim, dos 38 entrevistados, 37 destes disseram que desejam permanecer na empresa que atualmente mantém vinculado e que as condições de ambiente de trabalho são agradáveis, têm-se autonomia para ideias, ótima equipe, fértil para conhecimento e possui o desenvolvimento de carreira que será bom para sua preparação profissional. Apenas uns dos entrevistados, disse que não pretende permanecer na empresa, que seu ambiente de trabalho tem péssimas condições afetando sua saúde física e mental, entretanto, ela é uma das que não possui nenhum curso técnico.

Do total de trabalhadores, apenas 7 (18%) deles trabalhavam na função braçal ainda, e os outros 31 (82%) operando máquinas, computadores, área

administrativa exercendo um trabalho intelectual, no qual com a reestruturação produtiva obedece a nova lógica do sistema no qual o resultado de cada processo produtivo depende do conhecimento intelectual necessário para utilização produtiva de um trabalho codificado por máquinas.

Gráfico 13 – Distribuição de trabalhadores que exercem trabalho manual e tecnológico no seu setor de trabalho.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Na opinião deles sobre se o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) trouxe melhorias para a região e quais foram eles afirmaram que sim, tendo oportunidades de emprego e renda para as famílias, com desenvolvimento social e regional, gerou-se visibilidade antes não tida, inclusive sendo destaque entre o Estado do Ceará como um todo, além de ter integração entre diversas pessoas na participação da mão de obra e na procura por qualificação profissional. Teve alguns depoimentos como:

“Sim, a oportunidade emprego e valorização de mão obra local aumentou e a busca de ensino devo dizer que aumentou pelos residentes de Pecém e do entorno”. (Sexo masculino, 20 anos, Jovem Aprendiz).

“Sim, com a abertura de novos negócios, surgimento de empregos, pessoas se interessam em se especializar e assim a economia cresce com o Porto do Pecém”. (Sexo masculino, 19 anos, Técnico em Comércio)

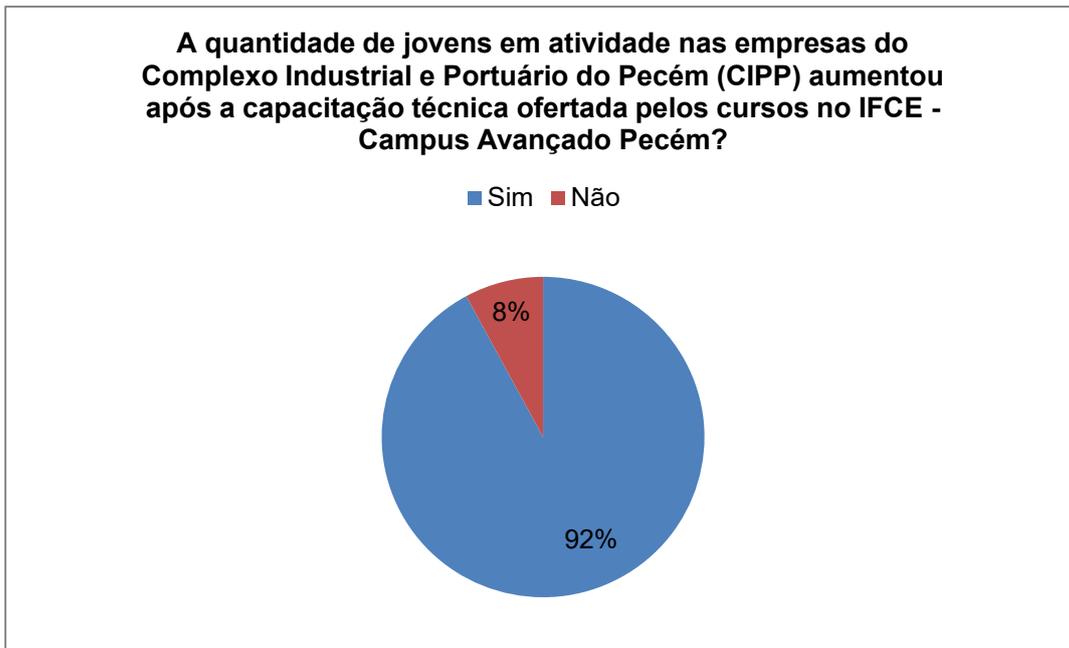
Entre as melhorias infraestruturais focamos em saber qual o papel do IFCE – Campus Avançado Pecém para a região o único que não conseguiu opinar foi o entrevistado residente de Fortaleza, na faixa etária de 41 anos e que possuía nível superior concluído em outro local, sem conhecer a influência do Instituto analisado. Os demais ditaram sobre o intuito de preparar os profissionais, “uma grande oportunidade de ensino técnico para os jovens”, “qualificação da população local para as mesmas poderem ingressar em cargos das empresas da região e fora”, “desenvolver pessoas para o mercado de trabalho”, “dando oportunidade para jovens do Pecém e região se qualificarem, pois sabemos como é difícil jovens carentes terem acesso à educação”, pois a oportunidade oferecida é totalmente gratuita.

A única crítica levantada por um deles, e até mesmo relatada pelo próprio diretor do Marcel do Instituto é ser difícil conciliar o horário do curso com o horário de trabalho da empresa que costuma ser durante o dia todo, tendo que optar pelo trancamento do curso.

Particularmente, eu acho q poderia desenvolver um papel melhor se eles dessem atenção para os funcionários que trabalham na escala 4x4. Pois muitos querem estudar, mas não podem pelo fato de trabalhar no turno e não ter um horário que ajude a eles. (Sexo Feminino, 25 anos, Técnica em Meio Ambiente e Segurança do Trabalho).

Chegamos à conclusão do quanto à região foi beneficiada com a implantação do IFCE – Campus Avançado Pecém e como ele proporcionou e vem proporcionando a capacitação dos jovens e outras pessoas de faixas etárias mais avançadas também a ocupar cargos em setores de trabalho presentes no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), transformando de forma positiva a forma como a população local obterá renda financeira e contando com novos tipos de serviços (bancários, varejistas, educacional, esportivos, culturais e de saúde).

Gráfico 14 – Análise acerca da quantidade de jovens em atividade ativa no CIPP após a capacitação técnica proporcionada pelo IFCE – Campus Avançado Pecém.



Elaboração: SAMPAIO, 2020,

Mas preferencialmente, o mercado de trabalho tem sido espaço dos jovens no preenchimento do cadastro de reserva nas vagas ofertadas pelas empresas instaladas, em que apenas 3 pessoas (8%) responderam ao contrário, sendo estes os que moravam distante do CIPP e o Instituto e assim desconhecia a relações entre ambos. Percebe-se o incentivo Federal e Estadual no investimento em estruturas de ensino para aumento da taxa de escolarização da população dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia e a parceria das empresas do CIPP com palestras nas escolas para que os estudantes visem o ingresso, após o término do ensino médio, nos cursos técnicos ofertados pelo IFCE – Campus Avançado Pecém. Dessa forma, beneficia-se a população mais jovem que está concluindo o Ensino Médio quanto à população mais velha que não teve a oportunidade de se capacitar também e assim atendendo a demanda do mercado e o vácuo educacional que tínhamos na região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório afirmar que os municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza possuem diferenças entre si, seja nas características econômicas, como os tipos de atividades estabelecidas em cada um para obtenção de renda, a configuração das habitações, estrutura física das áreas urbanas, atendimento hospitalar, saneamento básico e entre outros. São Gonçalo do Amarante, um dos municípios integrantes da RMF, teve a sua dinâmica marcante em virtude das transformações ocasionadas principalmente pelos empreendimentos industriais instalados no CIPP dando fluidez a economia na região.

As iniciativas políticas e sua relação com o contexto da reestruturação produtiva estabeleceram condições que permitiram a expansão do município, a flexibilização da produção e o modo de vida que passou a ser urbano.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém proporcionou a transformação da infraestrutura local que não se deu de forma igual na sede municipal e na sede do distrito do CIPP. Também se contou com os investimentos estaduais e federais na reforma e ampliação de novas vias rodoviárias de acesso (CE 085, 421, 090, 422) que melhoraram a acessibilidade para o fluxo de pessoas e principalmente de transportes, onde os caminhões em direção ao Porto e trabalhadores passaram a serem integrantes da paisagem urbana adquirida.

E conseqüentemente também ocorreram redefinições no setor do comércio e serviços provocados pelas atuais necessidades de oferta, como, por exemplo, atividades bancárias resultantes da operacionalização econômico-financeira e de moradia associada às atividades portuárias e industriais.

Encontramos relacionado à implementação desses equipamentos significativo número de vagas de trabalho e a necessidade de trabalhadores especializados elevando a demanda por capacitação da população local procurando meios para reduzir a importação de trabalhadores estrangeiros e demais brasileiros.

Entendemos que a educação profissional acabou sendo impulsionada pela economia globalizada que propiciou uma tendência se desenvolver iniciativas de educação superior e técnica. Temos a modificação das formas de trabalho e assim uma ressignificação a teoria do capital humano.

A educação passou a não só desenvolver o ser humano para o exercício da cidadania, como qualifica-lo para o mercado de trabalho. A habilidade de trabalho

passou a atribuir aos profissionais habilidades intelectuais para atividades práticas e como a escolarização (cursos de qualificação, escolas técnicas, formações complementares) vem beneficiando o conhecimento especializado nas novas ocupações operacionais com sistemas tecnológicos que reconfiguraram o espaço e o tempo da produção.

Nesse sentido, é organizado um plano de gestão para maiores quantidades de profissionais de formação inicial a partir do ensino médio e outros com formação continuada com cursos técnicos nos eixos de processos industriais, de infraestrutura e gestão de negócios. A noção de empregabilidade passou a ser garantida devido a sua capacidade individual e assim maior disputa para inserção no mercado de trabalho.

A ideia então foi à construção de uma base física para treinamento da mão de obra requerida, em que a educação passou a ser uma realidade mercadológica para a formação de a população ser mais elevadas. Os esforços já existentes não eram suficientes para reduzir a baixa escolarização então se apontou para parceria com o Instituto Federal do Ceará na construção da Unidade Pecém, como porta de entrada para o mercado de trabalho constituinte no CIPP, considerado a âncora no desenvolvimento.

Há um grande potencial estabelecido na região entre as ofertas de cursos e atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em parceria com as empresas que estão em contato permanente com o IFCE por meio da AECIPP (Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém). Desta forma, ocorre o alinhamento entre os cursos nos diversos níveis possíveis pelo Instituto com as demandas identificadas a partir do levantamento de dados.

O encaminhamento para o mercado de trabalho teve maiores indicadores para os jovens, com melhores garantia de acesso, permanência e êxito. Evidenciamos quais as profissionais com maior quantitativo de admissões, a média salarial mais evidenciada e os perfis de formação mais adequados às formações oferecidas pelo IFCE, observando a elevação na criação de cursos no segmento industrial.

Com base nas informações coletadas, apesar de terem sido afetadas pela pandemia do covid-19 e impossibilitado visitas presenciais as empresas do CIPP e a aplicação dos questionários com estudantes e trabalhadores, a quantidade de jovens contratados aumentaram após a capacitação técnica ofertada pelos cursos

no IFCE – Campus Avançado Pecém, tendo maiores oportunidades, desenvolvendo de forma adequada a sua capacidade intelectual, promovendo evolução profissional e econômica na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Patrícia. La Métropolisation au Portugal: Processus et Politiques Spatiales. Lisboa: CEG-UL, 2011.

ACCIOLY, Vera Mamede. Planejamento, Planos Diretores e expansão urbana: Fortaleza 1960-1992. Tese - Universidade Federal da Bahia. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2008.

_____. Estruturação Urbana e Mobilidade na Região Metropolitana de Fortaleza. Como anda Fortaleza. Coleção Conjuntura Urbana, v. 5, 2009.

AMAZARRAY, Mayte Raya et al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília. Vol. 25, n. 3 (jul./set. 2009), p. 329-338, 2009.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho. São Paulo: Boitempo, São Paulo, 2005.

AMBROSINI, Tiago Felipe. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. Revista HISTEDBR On-Line, Campinas – São Paulo, v. 12, n. 47, p. 378-391, 2012.

ARAÚJO, TB de. Nordeste, nordestes: que nordeste? Versão revisada. Araújo, Tânia Bacelar de. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro-Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

BARRETO, Rosália Elizabete; BARRETO, José Anchieta Esmeraldo. Efetividade na política de educação profissional de nível tecnológico: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE. In: ANDRIOLA, Wagner Bandeira (org). Faroleiros da educação: lançando luzes sobre o ensino superior. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 291-315.

BORGES, Felipe da Rocha. Expansão metropolitana de Fortaleza e a produção do espaço de Pecém - São Gonçalo do Amarante - CE. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2014.

BRAGA, Thaiz Silveira. "O setor informal e as formas de participação na produção": os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú – MG. Anais.. 2016, p. 1-23.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1973. Brasília: Congresso Nacional, 1973.

BRESCIANI, Luis Paulo; COSTA, Esdras da Silva; SOUZA, Maria do Socorro. Demanda local e a formação da força de trabalho na região do grande ABC: um estudo sobre a qualificação técnica da região. *Revista Educação & Tecnologia*, Curitiba – PR, n. 14, 2016.

CABRAL, João Marcos Tavares; MUNIZ, Alexsandra; SAMPAIO, Patrícia Marques. A dinâmica industrial na Região Metropolitana de Fortaleza no contexto da reestruturação produtiva e espacial. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 20, n. 2, p. 170-200, 2019.

CARMO, Julio Cesar Botega. A emergência do conceito de região metropolitana como unidade de planejamento. *Geosul*, Florianópolis – SC, v. 34, n. 70, p. 315-338, 2019.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COLBY, C. C. Centrifugal and centripetal forces in urban geography. In: MAYER, H. M.; KOHN, C. (ed.). *Readings in urban geography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*, v. 1, 2015.

CRUZ, Keyla de Souza Lima; DE ABREU SOUSA, Antonia; CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre. A qualificação profissional dos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará–IFCE. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 6, p. 85-94, 2013.

DO CEARÁ, Assembleia Legislativa. *Pacto pelo Pecém*. Iniciando o Diálogo, 2011.
CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DE ARAÚJO, Nancy Gonçalves. A industrialização no Ceará: breves considerações. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27, n. 2, p. 97-113, 2007.

DE ASSIS SOARES, Francisco et al. Interiorização e reestruturação da indústria do Ceará no final do século XX. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza – CE, v. 38, n. 1, p. 86-102, 2007.

DE OLIVEIRA, Camila; SIMÃO, Leonardo Peixoto. A importância da inserção do aprendiz no mercado de trabalho. *Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos*, São Luís de Montes Belos – GO, v. 5, n. 1, 2012.

DE ALMEIDA PEREIRA, Josecleto Costa. *Globalização: sociedade da informação e trabalho*. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, UFSC, Florianópolis - SC, v. 22, n. 43, p. 45-68, 2001.

DE SOUZA, Eudes André Leopoldo. A expansão metropolitana de Fortaleza: eixos, níveis e escalas na produção do espaço. GEOgraphia, Niterói - Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 121-140, 2015.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na evolução do homem. Brasília: Kiron, 2012. Seleção de 4 textos de Engels por Gilson Dantas.

FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. Espaço e Debates, 41 (XVII), 26-45, 2001.

FERRACINI, Kelly Roberta; TAVARES, Sara Rebello. As dificuldades do planejamento regional frente à metropolização do espaço. In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017, Santa Cruz do Sul – RS. Anais.. 2017, p. 1-23 p. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16807/4333>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FRANÇA, Cristiane Ferreira de Souza. A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Doutorado em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2017, p. 1 – 299.

FRESCA, Tânia Maria. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. Revista da ANPEGE, Paraíba - RN, v. 7, n. 08, p. 31-52, 2011.

GIRÃO, Raimundo. História econômica do Ceará. Fortaleza: UFC, 2000. 470 p.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As oficinas ou charqueadas no Ceará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995. 140 p.
HARVEY. D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. Estudo de Potencialidades para Implantação de novos cursos no IFCE Campus Avançado do Pecém. Caucaia, 2018. 126p. Disponível em: <https://gestaoproen.ifce.edu.br/attachments/download/9121/Estudo%20de%20Potencialidades%20-%2018.05.2018.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. Projeto Político Institucional do Instituto Federal do Ceará. 2015. 88p. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/outros-documentos/ppi-ifce.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LEITÃO, Felipe Rodrigues; ELIAS, Denise. Agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza (CE). In: XIII ENANPEGE, 2019, São Paulo – SP. Anais.. São Paulo – SP, 2019, p. 1-15. Disponível em: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/site/anais2?AREA=53>. Acesso em: 27 dez. 2019.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia A. da.; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano J. G. (orgs.) *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 42-57.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (07). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>> [ISSN: 1138-9788].

MARTINS, Lígia Márcia; RABATINI, Vanessa Gertrudes. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. *Revista Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 345-358, 2011.

MARTINELLI JR, Orlando. *A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas*. Marília: UNESP - Marília Publicações. São Paulo: FAPESP, 1999.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. UNED (Unidade de Ensino Descentralizada). *Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/uned-unidade-de-ensino-descentralizada/>>. Acesso em: 03 de jan. 2020.

MOURÃO, Luciana. Oportunidades de qualificação profissional no Brasil: reflexões a partir de um panorama quantitativo. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, v. 13, n. 1, p. 136-153, 2009.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. *A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza*. 2014. 400 f. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2014.

_____. Produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica industrial. *Mercator - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza – CE*, v. 14, n. 3, p. 61-74, 2015.

_____. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, 2019.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; DA SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de fortaleza. *Boletim Goiano de Geografia, Góias*, v. 31, n. 1, p. 13-25, 2011.

NETO, Enéas Arrais; CRUZ, Keyla de Souza Lima. As interfases da qualificação do trabalhador brasileiro no contexto da mundialização do capital. *Revista Labor*, v. 1, n. 6, p. 64-76, 2011.

OLIVEIRA, André Luis Amorim de. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho na agroindústria celusósica em Três Lagoas - MS. XIII Jornada do Trabalho, Presidente Prudente – SP, 2012, p. 1-16. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/06.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. O processo de industrialização e as novas articulações cidade–urbano–região. **ANAIS DO XII ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA–XII EGAL**, v. 1, 2009.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5, 2009, Santa Maria. Anais... Porto de Galinhas: UFSM, 2009. 13 p.

PISTRAK, Moisey M. Ensaio sobre a escola politécnica. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015. 256p.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, 151 p.

_____. A superterceirização do trabalho. LTr Editora, 2008, 119 p.

REVISTA IFCE. Com um olhar no futuro: IFCE aprimora gestão, ensino, pesquisa e extensão. 2018. 60p.

RÔÇAS, Giselle; ANJOS, Maylta Brandão dos. As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2018.

ROCHA, F. Fins e objectivos do sistema escolar português de 1820 a 1926. Aveiro: Liv. Estampa. 1987.

RODRIGUES, José. Educação politécnica. 2017. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupol.html>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SALM, Cláudio L.; FOGAÇA, Azuete. Tecnologia, emprego e qualificação: algumas lições do século XIX. Revista de Economia Contemporânea, v. 2, n. 2, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. A urbanização Brasileira. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de Politecnicia. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989, p 1-26.

_____. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, 1(1): 131-152, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Cortez editora, 2017, 154 p.

SILVA, Maria Charleny de Sousa da. Reestruturação produtiva e o projeto neoliberal em debate. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2009. Anais.. Maranhão, 2009, p. 1-9. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/%C3%8DNDICE%20EIXO%20TRABALHO.htm>. Acesso em: 25 dez. 2019.

SILVA, Cesar Augusto Alves da. Educação e não emancipação: os limites objetivos da educação escolar no capitalismo industrial contemporâneo. Educação & Sociedade, v. 39, n. 143, p. 439-454, 2018.

SILVA, Maria Charleny de Sousa da. Desenvolvimento planejado e ações de qualificação profissional no Ceará: o caso do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. 2010. 148 f. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da Escravidão no Ceará: Das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, Rosemeire Soares de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e; SILVA, Nalva dos Santos Camargo. A educação na perspectiva emancipatória e o capitalismo neoliberal. Revista Científica, Itapuranga - Goiás, vol. 2, 2017.

TELES, Glauciana Alves. Dinâmicas metropolitanas contemporâneas: Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza. Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2005, p. 1 – 176.

_____. Mobilidade da força de trabalho e produção do espaço: o complexo industrial e portuário do Pecém na região metropolitana de Fortaleza. PEGADA – A revista da Geografia do Trabalho, v. 15, n. 2, 2014.

THOMAZ JR A. (Org). Geografia e trabalho no século XXI. Presidente Prudente – SP: Centelha, 2002.

_____. Geografia e trabalho no século XXI: os limites para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. Revista OKARA: Geografia em debate, Paraíba, v.1, nº 2, p.1-128, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário enviado aos trabalhadores do Complexo Industrial e Portuário do Pecém via google forms.

1 – Sexo

() Feminino

() Masculino

2 – Qual é a sua idade?

3 – Onde você reside?

4 – Quantas pessoas moram na sua casa?

5 – Qual é a renda familiar?

() Até um salário mínimo

() De 1 a 2 salários mínimos

() De 3 a 4 salários mínimos

() Acima de 4 salários mínimos

6 – Qual é o seu grau de escolaridade?

() Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental

() Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Superior

() Especialização

() Não estudou

7 – Qual empresa você trabalha?

8 – Qual seu horário de trabalho?

9 – Você já fez algum curso técnico? (Se sim, qual(is)?)

10 – Para você, o que é Trabalho?

11 – Você começou a trabalhar com qual idade?

12 – Qual foi a forma de ingresso na empresa? (Jovem Aprendiz, SINE, Estágio etc.)

- 13 – Qual é o principal motivo para a sua entrada no mercado de trabalho?
- 14 - Em sua opinião, como esta empresa contribui para as suas formações profissionais e acadêmicas?
- 15 - Segundo você, qual é a importância da qualificação profissional na vida do trabalhador?
- 16 - Qual é o motivo que faria ou faz você voltar a estudar?
- 17 – Para você qual a importância da Educação para o Trabalho?
- 18 - Como você descreveria seu ambiente de trabalho?
- 19 – Qual setor você trabalha?
- 20 – Seu trabalho no setor é braçal ou maquinário?
- 21 – Manifesta interesse em continuar trabalhando nesta empresa?
- () Sim
- () Não
- 22 - Como trabalhador incluso nos direitos à qualidade de trabalho, como classificaria sua saúde física e mental?
- () Regular
- () Boa
- () Ótima
- () Ruim
- () Péssima
- 23 - Na sua opinião o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) trouxe melhorias para a região? Quais?
- 24 - Para você qual é o papel do IFCE - Campus Avançado Pecém para a região?
- 25 - A quantidade de jovens em atividade nas empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) aumentou após a capacitação técnica ofertada pelos cursos no IFCE - Campus Avançado Pecém?

Apêndice B - Questionário enviado aos estudantes do IFCE – Campus Avançado Pecém via google forms.

1 – Sexo

() Feminino

() Masculino

2 – Qual é a sua idade?

3 – Onde você reside?

4 – Qual sua escolaridade?

5 – Qual é a ocupação dos seus pais?

6 – Qual é o curso que você está cursando pelo IFCE – Campus Avançado Pecém e o seu turno?

7 - Você pretende fazer outros cursos no IFCE - Campus Avançado Pecém? (Se sim, qual(is)?)

8 - O que motivou você a entrar no IFCE - Campus Avançado Pecém?

9 - Você gostaria que o IFCE - Campus Avançado Pecém ofertasse cursos de graduação e especialização?

10 - Classifique qual a porcentagem de chances de você cursar um curso de graduação ou especialização:

() 25%

() 50%

() 75%

() 100%

() Não tenho interesse

11 - Pretende entrar em alguma das empresas implantadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)? (Se sim, qual(is) delas você tem interesse? Ou você já tentou trabalhar ou trabalha?)

12 - Qual é o meio de transporte utilizado para ir às aulas? (Se for ônibus, qual a rota?)

13 - Para você, qual a importância do IFCE - Campus Avançado Pecém para a região?

14 - Classifique a estrutura física do campus de acordo com as opções a seguir:

- Regular
- Boa
- Ótima
- Ruim
- Péssima

14 - Qual a ligação das empresas instaladas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) com o IFCE - Campus Avançado Pecém?

15 - Os professores e a gestão institucional do IFCE - Campus Avançado Pecém motivam os estudantes a entrarem no mercado de trabalho?

16 - Em que sentido o IFCE - Campus Avançado Pecém acrescentou na sua formação profissional e acadêmica?

17 - Na sua opinião, o nível educacional dos jovens da região de São Gonçalo do Amarante e Caucaia teve aumento com a chegada do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)?

- Sim
- Não

18 - Os cursos ofertados pelo IFCE - Campus Avançado Pecém permitiram maior entrada de jovens nas empresas da região?

- Sim
- Não

19 - Qual é o seu objetivo profissional e pretensões futuras de qualificação?

